

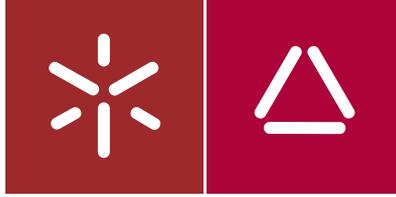


Delfina Vivas Vilela

Das potencialidades às dinâmicas – estudo de caso da rota dos moinhos no município de Vila Verde

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Delfina Vivas Vilela

Das potencialidades às dinâmicas – estudo
de caso da rota dos moinhos no
município de Vila Verde

Dissertação de Mestrado
Geografia – Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima
Remoaldo
Professor Doutor Miguel Sopas de Melo Bandeira

“Enquanto não alcances, não descanses, de nenhum fruto queiras só a metade”. (Miguel Torga,
1907-1995)

AOS MEUS PAIS

Agradecimentos

- Em primeiro lugar não poderia deixar de agradecer aos meus orientadores, **Professora Doutora Paula Remoaldo e Professor Doutor Miguel Bandeira**, pelo incentivo e acompanhamento, sugestões e críticas. Foi uma excelente orientação científica. Estou-vos profundamente grata por me fazerem crescer enquanto geógrafa e como pessoa.

- À **ATAHCA**, pelo estágio curricular. Em particular ao Presidente da Direção, o **Professor Mota Alves**, que me transmitiu saberes essenciais. À **Dra. Sandra** que sem ter a obrigação de me ajudar no que quer que seja o fez de forma entusiasta.

- Ao **Dr. António Vilela**, na qualidade de presidente da **Câmara Municipal de Vila Verde**, pela disponibilidade. À vereadora, **Dra. Júlia Fernandes** pela simpatia e resposta à entrevista.

- Ao **Sr. Domingos**, do Parque de Campismo Rural de Aboim da Nóbrega, por me ter auxiliado no trabalho de campo.

- **Aos meus pais**, geradores de tudo o que alcancei na minha vida e que sempre acreditaram que conseguiria atingir aquilo a que me propus ao longo do meu percurso universitário.

- **Ao meu namorado** pela compreensão e pelo apoio incondicional, nos melhores e nos piores momentos, mostrando-me sempre o caminho da felicidade. Companheiro de todas as horas.

- **Às minhas irmãs e sobrinhas**, sempre presentes e que contribuem diariamente para o meu crescimento enquanto pessoa.

- **Às minhas amigas**, as quais se tornaram parte da família. Obrigada **Rosana**, obrigada **Sofia**, obrigada **Vânia** e obrigada **Lúcia**. Com vocês este caminho fez-se de forma mais leve e também mais marcante. Gosto muito de vós, sois-me muito!

- **Rosa** não podia passar sem te deixar um agradecimento muito especial. Sabes que és uma verdadeira amiga e confidente. Obrigada por acreditares que era capaz de terminar esta etapa.

- Por último, e não em último, expresso a minha gratidão ao meu amigo **Hélder**, que me esclareceu sempre nas dúvidas e dificuldades que foram surgindo.

- **A todos os outros** que me apoiaram fica o meu agradecimento sincero.

RESUMO

DAS POTENCIALIDADES ÀS DINÂMICAS – ESTUDO DE CASO DA ROTA DOS MOINHOS NO MUNICÍPIO DE VILA VERDE

O turismo é uma atividade que tem demonstrado ser uma estratégia com potencial em termos de desenvolvimento local. O seu conceito apresenta-se como uma atividade abrangente, multidimensional e complexa, que está reiteradamente em construção. As Estatísticas do Turismo referentes a 2013 revelam que nesse mesmo ano a atividade turística apresentou uma evolução globalmente positiva e também refletem o progresso positivo do Turismo em Espaço Rural num passado recente (2000-2007).

Vários recursos endógenos são importantes permitindo tirar partido da atividade turística. Entre eles sobressaem os 176 moinhos existentes no município de Vila Verde, afigurando-se a criação de uma rota como um elemento que poderá vir a ser estruturante no desenvolvimento turístico do município de Vila Verde. A atividade turística em territórios de baixa densidade demográfica pode ser apresentada como complementar ou alternativa à atividade agrícola (que tem verificado um acentuado declínio), mas não se pode apresentar como solução para todos os problemas que estes enfrentam.

Na presente investigação é abordada a proposta de criação de uma rota dos moinhos no município de Vila Verde. São caracterizados os moinhos em estudo, e é ainda analisada a perceção de atores locais sobre a criação da rota dos moinhos, tendo sido usada a técnica de entrevista semiestruturada. A importância dos moinhos tem de ser compreendida tendo em consideração o valor patrimonial destes.

Da análise realizada conclui-se que a criação da rota dos moinhos seria uma mais-valia para o desenvolvimento do município de Vila Verde. A atração de turistas permitiria desenvolver estabelecimentos municipais já existentes. Adjacente a esse fato está a criação de postos de emprego, para satisfazer as necessidades que a rota dos moinhos causaria na comunidade local.

Palavras-Chave: Moinho, Rota, Desenvolvimento Turístico, Vila Verde.

ABSTRACT

FROM POTENTIALITIES TO DYNAMICS - A CASE STUDY OF THE MILL ROUTE IN THE MUNICIPALITY OF VILA VERDE

Tourism is an activity that has been shown to be a strategy with potential in terms of local development. Its concept presents itself as a comprehensive, multidimensional and complex activity, which is repeatedly under construction. Tourism statistics for 2013 show that in that same year the tourist activity presented a generally positive development and also reflect the positive progress of tourism in rural areas in the recent past (2000-2007).

Several endogenous resources are important enabling you to take advantage of the tourist activity. Among them stand out the 176 existing mills in the municipality of Vila Verde, and the creation of a route as an element that may be structuring in the tourist development of the municipality of Vila Verde. Tourism activities in the territories of low population density can be presented as complementary or alternative to agricultural activity (which has been having a sharp decline), but not as a solution to all the problems that they face.

In this research a proposal to create a route of the mills in the municipality of Vila Verde is addressed. The study of the mills and the perception of local actors about the creation of the route of the mills was analyzed, and a semi-structured interview technique was used. The importance of the mills must be understood in the light of their heritage value.

The analysis concluded that the creation of the route of the mills would be an asset for the development of the municipality of Vila Verde. The attraction of tourists would allow developing existing municipal establishments. Adjacent to this fact is job creation, to meet the needs that the route of the mills would cause in the local community.

Keywords: Mill, Route, Tourist Development, Vila Verde.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS, EVOLUÇÃO E IMPACTES DO TURISMO.....	5
1.1 – Conceito e evolução do turismo.....	6
1.2 – Impactes do turismo.....	10
1.3 – Dimensão internacional e nacional do turismo.....	12
1.4 – Notas conclusivas.....	15
CAPÍTULO 2 – FUNDOS COMUNITÁRIOS – ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO.....	17
2.1 – Oportunidade/Instrumento de desenvolvimento.....	18
2.2 – A evolução dos Quadros Comunitários de Apoio.....	23
2.3 – Notas conclusivas.....	27
CAPÍTULO 3 – MOINHOS – ELEMENTO PATRIMONIAL.....	28
3.1 – Turismo cultural e o conceito de património.....	29
3.2 – Património molinológico.....	31
3.3 – Notas conclusivas.....	36
CAPÍTULO 4 – O TURISMO EM PORTUGAL, NA REGIÃO NORTE, NA NUTS III CÁVADO E NO MUNICÍPIO DE VILA VERDE.....	37
4.1 – Evolução de alguns indicadores do turismo.....	38
4.2 – O turismo em Vila Verde.....	45
4.3 – Notas conclusivas.....	48
CAPÍTULO 5 – VILA VERDE: UM MUNICÍPIO COM POTENCIALIDADES?.....	50
5.1 – Enquadramento do município.....	51
5.2 – Caracterização física.....	53
5.2.1 – Hipsometria.....	54
5.2.2 – Declives.....	55
5.2.3 – Exposições e clima.....	56

5.3 – Caracterização demográfica.....	58
5.3.1 – Evolução da população.....	58
5.3.2 – Estrutura etária da população.....	58
5.3.3 – Densidade populacional.....	59
5.3.4 – Escolaridade.....	60
5.4 – Caracterização socioeconómica.....	61
5.4.1 – População ativa e inativa.....	61
5.4.2 – Taxa de atividade, de emprego e de desemprego.....	63
5.4.3 – População por setor de atividade económica.....	63
5.4.4 – População empregada segundo o ramo de atividade económica.....	64
5.5 – Notas conclusivas.....	67
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	68
6.1 – Escolha da problemática.....	69
6.2 – Metodologia de investigação.....	69
6.3 – Notas conclusivas.....	73
CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....	75
7.1 – A análise de conteúdo.....	76
7.2 – Análise das entrevistas aos principais agentes locais.....	77
7.3 – Notas Conclusivas.....	82
CAPÍTULO 8 – A ROTA DOS MOINHOS DE VILA VERDE.....	83
8.1 – A distribuição dos moinhos em Vila Verde.....	84
8.2 – A rota dos moinhos.....	85
8.3 - Rede viária do município.....	91
8.4 - Restauração e Alojamento no município.....	92
8.5 – Notas Conclusivas.....	93
CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES.....	95
BIBLIOGRAFIA.....	99
ANEXOS.....	106

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Classificação dos viajantes.....	15
Figura 2 – Azenha e roda vertical movida a água no município de Vila Verde.....	33
Figura 3 – Exemplos de um moinho de Vila Verde.....	34
Figura 4 – Cadeia operatória de um moinho de vento.....	35
Figura 5 – Casa do Conhecimento e Loja Interativa do Turismo de Vila Verde.....	47
Figura 6 – Visitas à Loja Interativa de Turismo do município, em 2015, segundo o país de origem.....	48
Figura 7 – Enquadramento geográfico de Vila Verde.....	51
Figura 8 – Museu Terras de Regalados e Igreja de Coucieiro do século XII.....	52
Figura 9 – Fonte de Dente Santo e Praia Fluvial da Vila de Prado.....	53
Figura 10 – Mapa hipsométrico de Vila Verde.....	54
Figura 11 – Carta de declives de Vila Verde.....	55
Figura 12 – Temperatura média e precipitação média mensal do distrito de Braga.....	56
Figura 13 – Carta de exposições de Vila Verde.....	57
Figura 14 – Evolução da população residente no município de Vila Verde.....	58
Figura 15 – Pirâmide etária do município de Vila Verde em 2011.....	59
Figura 16 – Densidade populacional de Vila Verde em 2011.....	60
Figura 17 – Nível de escolaridade da população de Vila Verde em 2011.....	61
Figura 18 – População ativa e população inativa de Vila Verde em 2001 e 2011.....	62
Figura 19 – População empregada e desempregada de Vila Verde em 2001 e 2011.....	62
Figura 20 – Taxa de emprego e taxa de desemprego de Vila Verde em 2001 e 2011.....	63
Figura 21 – População por setor de atividade económica de Vila Verde em 2001 e 2011.....	64
Figura 22 – Distribuição dos moinhos no município de Vila Verde em 2007.....	84
Figura 23 – Estado de conservação dos moinhos de Vila Verde em 2007.....	85
Figura 24 – Proposta da Rota dos Moinhos.....	86
Figura 25 – Casa da Pequeninina e lugar da Póvoa Dura.....	88
Figura 26 – Moinho com micro-hídrica.....	88
Figura 27 – Cascata no Lugar de Lameiras.....	89
Figura 28 – Casa D. João de Aboim e casa do Picão.....	91
Figura 29 – Rede viária do município de Vila Verde.....	92
Figura 30 – Empreendimentos turísticos do município de Vila Verde.....	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dualidade do turismo.....	12
Quadro 2 – Metas de Portugal no âmbito da Estratégia da Europa 2020 e situação em 2011.....	20
Quadro 3 – Mecanismos elementares ao funcionamento dos moinhos.....	35
Quadro 4 – Capacidade de alojamento em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	38
Quadro 5 – Número de quartos em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	39
Quadro 6 – Número de estabelecimentos em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	40
Quadro 7 – Dormidas em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	41
Quadro 8 – Hóspedes em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	42
Quadro 9 – Estada média (número de noites) em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013.....	43
Quadro 10 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, em 1999.....	44
Quadro 11 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, em 2006.....	44
Quadro 12 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, em 2013.....	45
Quadro 13 – População empregada por atividade económica em Vila Verde em 2001.....	65
Quadro 14 - População empregada por atividade económica em Vila Verde em 2011.....	66
Quadro 15 – Fontes primárias e secundárias utilizadas na investigação.....	71
Quadro 16 – Caraterização dos entrevistados.....	72
Quadro 17 – Ficha técnica da rota.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATAHCA Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

CMVV Câmara Municipal de Vila Verde

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

INE Instituto Nacional de Estatística

LEADER Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MEE Ministério da Economia e do Emprego

OMT Organização Mundial do Turismo

PENT Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIDETUR Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo em Vila Verde

POC Programa Operacional da Cultura

PO Norte Programa Operacional da Região Norte

PRODER Programa de Desenvolvimento Rural

QCA Quadro Comunitário de Apoio

QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional

INTRODUÇÃO

A presente investigação pretende demonstrar a importância da criação de uma rota dos moinhos para o desenvolvimento do município de Vila Verde, permitindo, dessa forma, valorizar os recursos endógenos e tentando transformá-los num produto turístico de qualidade. A recuperação do património construído, neste caso a recuperação dos moinhos, apresenta-se como uma oportunidade de valorizar os recursos já existentes e a concretização da rota dos moinhos poderá potenciar o turismo de Vila Verde.

O turismo é considerado uma das principais atividades económicas e sociais a nível mundial, sendo uma atividade que recebe *inputs* do contexto económico, social, cultural e ambiental que podem tornar-se num fator positivo para o desenvolvimento das regiões.

O conceito de turismo assume-se como abrangente e complexo, estando reiteradamente em construção. Pode ser definido sob várias perspetivas. Segundo Pakman (2014), em 1937, a Organização Mundial do Turismo, considerava que o turismo se relacionava com as viagens que se realizavam, por motivos de lazer, para fora da residência habitual por mais de 24 horas e inferior a um ano. Um conceito mais recente é o de Cunha (2009: 29), que assume-o como “um conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para exercício de uma atividade lucrativa principal”.

Segundo Cisne e Gastal (2010), o turismo tem evoluído ao longo dos séculos, destacando-se três períodos: o da idade clássica (até ao século XVIII) – as viagens realizavam-se fundamentalmente por razões de peregrinação ou por necessidade de comércio e caracterizavam-se por serem realizadas de forma individual; o da idade moderna (do século XVIII ao século XIX) – as viagens passam a ser realizadas por motivos de recreio, mas apenas para os grupos populacionais mais abastados, de forma a aumentar os conhecimentos e as experiências; e o da idade contemporânea (século XX ao XXI) – o turismo surge como uma atividade económica de destaque devido ao reconhecimento de férias pagas e o desenvolvimento dos transportes, mas só se consolida posteriormente à fase de progresso económico e social, após a Segunda Guerra Mundial.

Em Portugal, o turismo assume origens remotas, mas segundo Silvano (2006), começou a ser encarado como um fenómeno social com o desenvolvimento do turismo de massas no século XX. Dessa forma, deixou de ser analisado somente através dos efeitos económicos. Alguns autores, como Cunha (2010), afirmam que esta atividade era praticamente desconhecida antes do século

XX, mas o Turismo de Portugal (2012) assume que já antes, entre os séculos XVII e XIX, a costa marítima portuguesa começou a ser valorizada para efeitos de visita.

O crescimento do turismo poderá explicar-se pelo “interesse crescente que se tem manifestado pelos recursos naturais e patrimoniais e, geralmente, a deslocação turística estrutura-se cada vez mais à volta de atividades de recreação e de ocupação de tempos livres diversificadas” (Lerat *et al.*, 2000: 17).

Na presente investigação centrada sobre o município de Vila Verde, assume-se que os moinhos são elementos que quando recuperados podem proporcionar atratividade aos locais em que estão inseridos, considerando que podem satisfazer o propósito da visita dos turistas.

A escolha do município de Vila Verde para esta investigação prende-se com o facto de a autora ser natural deste município e ter residência no mesmo. Contudo, esta não foi a única realidade tida em consideração, pois também se considerou o facto de não existir nenhuma rota dos moinhos no município, ou alguma atividade que esteja ligada ao património molinológico. Desta forma, a autora da presente dissertação pretende dar o seu contributo para um mais sustentável desenvolvimento turístico do município.

A investigação centra-se nas seguintes questões, às quais se pretende responder no decurso desta investigação:

- i) qual é a perceção dos principais agentes locais sobre a importância da rota dos moinhos para o desenvolvimento local?
- ii) de que forma a rota dos moinhos pode promover o desenvolvimento turístico de Vila Verde?

Os objetivos que nos propomos alcançar são os seguintes:

- i) perceber de que forma a rota dos moinhos poderia fomentar o desenvolvimento do município;
- ii) propor a criação da rota dos moinhos como motor de desenvolvimento turístico de Vila Verde;
- iii) aferir a perceção dos principais *players* do turismo do município sobre a importância da rota dos moinhos para o desenvolvimento local.

A metodologia aplicada nesta investigação baseou-se em fontes primárias e fontes secundárias. Como fontes primárias foi utilizada a entrevista semiestruturada, que foi realizada aos principais agentes locais (presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, à Vereadora da Cultura e por último, ao presidente da direção da Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave), de forma a avaliar a importância da rota dos moinhos para quem está inserido no município. Ainda como

fonte primária realizamos o levantamento dos moinhos que fazem parte da rota proposta. Nas fontes secundárias recorreu-se a uma ampla e diversificada análise documental, baseada em estudos realizados à escala internacional e nacional que vão de encontro aos temas abordados. Inicialmente analisou-se o conceito de turismo, seguido dos fundos comunitários, de algumas características geográficas e turísticas do município de Vila Verde, e por fim analisando o tema dos moinhos e da rota que é proposta para o município.

A dissertação engloba oito capítulos tendo-se optado por não dividir a mesma em partes distintas (uma de cariz mais teórico e outra de pendor mais empírico). O primeiro capítulo aborda o conceito e evolução do turismo, assim como os seus impactes, sendo que também é feita uma análise da dimensão internacional e nacional do turismo. No segundo capítulo é realizada uma fundamentação e análise detalhada dos fundos comunitários, abordando-os como oportunidade/instrumento de desenvolvimento e compreendendo a evolução dos Quadros Comunitários de Apoio. O capítulo três aborda essencialmente o tema principal da dissertação, os moinhos, analisando-os como elemento patrimonial, mas tendo em consideração que estes se relacionam com o turismo cultural e o conceito de património. Com o capítulo quatro pretendeu-se perceber como tem evoluído o turismo em Portugal, na Região Norte, na NUTS III Cávado e no município de Vila Verde desde 1999 até 2014. O quinto capítulo pretende apresentar o município de Vila Verde de forma mais detalhada, fazendo-se uma caracterização física, demográfica e socioeconómica. As considerações metodológicas aparecem descritas de forma pormenorizada no capítulo seis, onde apresentamos a escolha da problemática e a metodologia de investigação. O capítulo sete expõe a análise de conteúdo às entrevistas realizadas, de forma a obter-se a perceção dos agentes locais sobre o contributo da rota dos moinhos para o desenvolvimento do município. Por último, o capítulo oito foca-se na concretização da rota dos moinhos, apresentando um trilha possível, sendo de destacar a complementaridade que apresentam com outros elementos da paisagem, também é apresentada a associação com diversos pontos de interesse do município (locais a visitar, alojamento e restauração).

A possível concretização desta rota é do interesse dos vilaverdenses, sendo que sairiam beneficiados, pois o município tornar-se-ia mais atrativo para os visitantes, e dessa forma a atividade económica sairia reforçada.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS, EVOLUÇÃO E IMPACTES DO TURISMO

O presente capítulo debruça-se sobre o conceito de turismo e a sua evolução, frisando também os principais impactes ligados à atividade turística. Está estruturado em três *itens*. O primeiro reporta-se à análise do conceito e evolução do turismo, o segundo aborda os impactes do turismo e o terceiro a dimensão internacional e nacional do turismo. Por fim, este capítulo termina com as notas conclusivas que englobam os *itens* apresentados anteriormente.

1.1 - Conceito e evolução do turismo

A perceção do turismo como uma atividade humana foi-se formando lentamente ao longo dos anos. A sua emergência como atividade económica fez com que surgisse a necessidade de o definir.

Segundo Beni (2001), as definições de turismo surgem conforme os autores que o estudam, devido ao facto de este se encontrar ligado a muitos setores da atividade humana.

Em 1994, o Instituto Nacional de Estatística, definiu turismo como um conceito que se centra nas viagens que se realizam para fora da residência habitual por mais de 24 horas e inferior a um ano, por motivos de lazer.

A ATAHCA (2008) defende o facto de o turismo ser uma força económica com grande relevância no mundo, de que resulta a deslocação de pessoas do seu local de residência para outros locais, desde que essa mudança seja realizada de forma voluntária e provisória.

Esta atividade engloba vários setores de atividade que se ligam de forma direta ou indireta, beneficiando o desenvolvimento das regiões e a preservação da identidade local e a respetiva conservação do património.

O crescimento do turismo permite-nos perceber que o incentivo ao seu desenvolvimento é tão importante como a imposição de limites, tendo sempre em consideração os princípios mais importantes para os espaços turísticos e para os turistas. Assim sendo, surge a necessidade de compreender o conceito de turismo sustentável. O planeamento e desenvolvimento do turismo é visto como um fenómeno interdisciplinar, sendo que é necessária a relação entre os constituintes dos produtos turísticos. Estes constituintes do turismo são considerados como elementares do planeamento e desenvolvimento do turismo. Conhecer estes elementos é exigido para o sucesso do planeamento do turismo.

Para se compreender o turismo sustentável é necessário abordar, em primeiro lugar, o conceito de desenvolvimento sustentável, onde os primeiros sinais surgem no século XVIII. Contudo, só em 1987, no decorrer da Comissão de Brundtland, a ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como “a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Our Common Future, 1987: 19).

A sustentabilidade do turismo é uma questão primordial devido aos efeitos positivos e negativos do turismo e à sua transversalidade, pois a sustentabilidade passa essencialmente por ressaltar os efeitos positivos do turismo e tentar minimizar os efeitos negativos. Desta forma surgiu a necessidade de alargar o conceito de desenvolvimento sustentável ao setor do turismo.

A Organização Mundial do Turismo (2003: 24) define turismo sustentável como “o turismo que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões recetoras ao mesmo tempo que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, sem que o crescimento económico do turismo saia prejudicado”. Beni (1997) defende que o turismo sustentável deve pressupor a viabilidade económica e social, privilegiando simultaneamente a cultura local e o ambiente.

O MEE (2013:9) afirma que “Portugal deve ser um dos destinos na Europa com crescimento mais alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável”.

Sachs (1993) assume que o turismo sustentável está fundamentado em seis princípios de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, económica, espacial e política. Para o autor, a sustentabilidade só é estimulada pondo em funcionamento um modelo de planeamento que beneficie todas as suas dimensões.

Foi há muitos séculos atrás que o ser humano começou a viajar, sendo que inicialmente era uma necessidade subjacente à sua sobrevivência, procurando alimentos ou até mesmo por questões religiosas. Rubio (2005) defende que o conceito de turismo surgiu como um conceito atual de viagem, institucionalizando-se em Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

Este conceito decorreu do surgimento de modificações relevantes, como o direito a férias remuneradas ou a necessidade de descanso e tempo livre, em 1937. Estas modificações traduziram-se numa massificação do turismo, depois da Segunda Guerra Mundial, onde se pode destacar o produto mais procurado, ou seja, o de “Sol e Mar”.

A partir dos anos 60 do século XX Portugal centrou a atividade turística no produto “Sol e Mar”, como consequência de vários empreendimentos construídos nesse sentido. Assim sendo, alguns destinos turísticos tornaram-se lugares frequentes de visita, transformando-os em destinos saturados, fazendo com que os turistas procurassem locais diferentes, destacando-se o contato com a natureza, o património, a cultura e a tradição.

Nos dias de hoje assiste-se à exigência de que o turismo se deve basear num turismo de qualidade, sendo, por exemplo, associado a locais com características únicas. O perfil do turista também tem

evoluído ao longo dos tempos, possuindo atualmente critérios mais rigorosos de avaliação dos locais por onde passa.

Segundo Mancini (2015), a tendência turística que se verifica na atualidade, representa a procura de novas experiências, a fuga do quotidiano e os benefícios físicos e psicológicos. Defende que, quando as pessoas decidem viajar não devem ter em mente os problemas com que se defrontam no seu dia-a-dia. Refere ainda a importância do turismo *slow*, que se baseia numa viagem mais lenta, tendo como finalidade uma experiência mais agradável e significativa, disfrutando da atividade turística. Este conceito torna-se o oposto daquilo a que se assiste na maioria das viagens turísticas efetuadas, tendendo a visitar-se muitos locais em pouco tempo. O principal benefício do turismo *slow* é que os destinos saem beneficiados economicamente porque os turistas *slow* utilizam por mais tempo os serviços turísticos.

Na era em que vivemos o mundo rural vai perdendo a função produtiva, assim como os seus habitantes vão decrescendo em número. Segundo Pérez (2015) os núcleos rurais têm vindo a perder competitividade em comparação com os núcleos urbanos. Isto surge sobretudo como consequência da diminuição da atividade agrícola. Numa tentativa de inverter este processo alguns agentes locais tentam promover essas regiões. A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU), de 1998, define que os quatro grandes problemas relacionados com os espaços rurais são: o despovoamento, as oportunidades de emprego, a edificação dispersa e as paisagens. Segundo Kastenholtz *et al.* (1999), o turismo é um dos mais importantes setores na economia portuguesa, podendo contrariar os quatro problemas referidos anteriormente, defendendo que o turismo em áreas rurais provocou um interesse crescente no mercado português. A autora menciona a necessidade da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o turismo rural, tendo em consideração o seu potencial económico e sociocultural, de forma a poder compreender as necessidades e desejos do mercado, para que os turistas valorizem aspetos diferentes nas suas experiências de férias.

Figueiredo (2011) sustenta a ideia de que a maior parte dos territórios rurais aposta em processos de redefinição, reestruturação, reconfiguração e também de reinvenção e recriação. A autora acredita que as transformações sociais e económicas evidenciam as mudanças ocorridas nos espaços rurais, com maior incidência nas sociedades ocidentais. Estas transformações não podem ser vistas como o fim do rural, uma vez que o fim está associado à perda ou transformação da sua função inicial, a de produtor de bens alimentares. Assume-se, agora, como um espaço

multifuncional com as atividades relacionadas com o turismo. Para Figueiredo (2011) a multifuncionalidade do mundo rural não surge de forma eficaz, sendo que beneficia alguns atores e agentes rurais. O turismo é a forma que tem surgido para que a ruralidade se transmita como eterna, transmitindo o seu legado, pois também contribui para a formação de lugares. O fim do tradicional mundo rural permite, por exemplo, o surgimento da atividade agrícola empresarial.

As propostas de desenvolvimento que contribuem para o fim da crise das áreas rurais têm sido sustentadas no turismo. Os produtos e os serviços turísticos têm de ser inovadores e diversificados. A atividade turística em áreas enfraquecidas pode ser apresentada como complementar ou alternativa à atividade agrícola, que tem revelado um acentuado declínio, mas não se pode apresentar como solução para todos os problemas que enfrentam.

O desenvolvimento regional e local deve ser tido em consideração, pois influencia de forma direta o turismo e o seu desenvolvimento. Ao longo dos tempos foram sendo delineadas estratégias e objetivos de desenvolvimento regional e local, apesar de não existir consenso para os autores que estudado essa temática. Cabugueira (2000: 124) defende a importância de perceber “a relação entre os instrumentos baseados nas aproximações *top-down* e *bottom-up* sobre o *timing* e a forma de introduzir a inovação”. Ainda assim, para que a política de desenvolvimento seja eficaz, deverá existir um elo de ligação entre as ações *top-down*.

Na perspetiva de Toselli (2015), é comum falar de desenvolvimento local baseado no turismo, tendo em consideração que muitos territórios apresentam processos de recuperação e expansão económica devido à evolução do setor do turismo. O turismo constitui um instrumento de inclusão e dinamização social e económica de um local. Toselli refere ainda que o planeamento turístico surge aproximadamente em meados do século XX, tendo em consideração as épocas, as tendências e as necessidades.

Segundo Hall (2000), citado por Vitorino (2012: 10), “(...) se a sustentabilidade dos locais (destinos) é um objetivo do planeamento em turismo, então este planeamento deve ser um processo que abrange não só o governo, a indústria e a satisfação do turista, mas deve alargar-se à noção de *stakeholders*, incluindo a comunidade local e o interesse público”. Esta perspetiva permite-nos compreender que o turismo não pode ser visto como um elemento único, mas sim como um conjunto de vários componentes ligados entre si.

Segundo a WTO (1993), as diferenças sociais, económicas e culturais entre a população e os turistas que visitam um determinado destino é o principal resultado dos impactes do turismo.

A Resolução do Conselho de Ministros, nº 97/2003, de 1 de Agosto, refere que é necessário “promover uma utilização racional, cuidada e sustentável dos recursos naturais, das áreas, do património histórico e arquitetónico e das infraestruturas e equipamentos disponíveis para fins turísticos”. Este aspeto é importante na medida em que é visível a preocupação de que o turismo seja desenvolvido de forma sustentável.

1.2 – Impactes do turismo

Existem diversos impactes, sejam positivos ou negativos, que o turismo causa nas sociedades e no território onde se desenvolve, sendo que eles se interligam de alguma forma. É importante referir que além dos impactes positivos e negativos também se verificam impactes diretos e indiretos e impactes esperados e inesperados, que apresentam as suas dimensões, em que se pode averiguar se os impactes foram ou não planeados, a sua natureza (qualitativa e quantitativa) e a categoria destes (Góis, 2014).

O turismo e a globalização encontram-se interrelacionados, o que nos leva à associação dos impactes, que provocam alterações no território de destino, e a atividade turística influencia e é influenciada pelos impactes.

A OMT (2003) assume que as diferenças sociais, económicas e culturais entre os residentes e os turistas são o antecedente dos impactes do turismo, pois estes são resultado dessas diferenças. O planeamento do turismo é essencial para que os impactes sejam minimizados quando são negativos e maximizados quando forem positivos.

Segundo Jafari (2002: 2), o “turismo é o estudo do homem fora do seu ambiente habitual, da indústria que responde às suas necessidades e dos impactes que ambos, ele e a indústria, produzem no ambiente sociocultural, económico e físico que os acolhe”. Esta afirmação reforça a ideia defendida no parágrafo anterior.

Faulkner e Tideswell (1997) apontam que o crescimento do turismo em novos destinos e que a correspondente intensificação da atividade turística faz com que mais comunidades percebam e vivenciem impactes dessa intensificação.

Krippendorf (1987) citado por Brunt e Courtney (1999) afirma que os impactes sociais são muito significativos e que devem ser estudados em primeiro lugar. Defende que os estudos devem determinar as perceções e atitudes da população recetora sobre a presença e comportamento dos turistas. Os impactes do turismo devem ser considerados no processo de planeamento, sendo que

qualquer planeamento que se quer que seja sustentável deve tentar otimizar os benefícios e minimizar os custos ou evitá-los.

A tentativa de minimizar os impactes negativos poderá garantir a qualidade e viabilidade do produto turístico, sem que este seja prejudicado por reações adversas dos residentes.

No que concerne aos impactes ambientais positivos pode-se destacar a criação de áreas protegidas e a melhoria de infraestruturas. Contudo, também se podem referir impactes negativos, como é exemplo a poluição.

Nos impactes económicos positivos pode-se destacar a criação de novos empregos e a questão do investimento estrangeiro no país que recebe turistas. Nos impactes económicos negativos destaca-se a sazonalidade do turismo e a dependência em demasia que o país cria desta atividade. A sazonalidade do turismo é negativa na medida em que os residentes apenas conseguem arranjar empregos de forma temporária, principalmente no verão, mas também é importante que se refira o facto de ser positivo para a economia local, pois mesmo que seja temporário ajuda na sustentabilidade de negócios de proximidade.

Relativamente aos impactes sociais positivos é de destacar a melhoria da qualidade de vida da população residente e a troca de experiências que se cria com os turistas. Os aspetos sociais negativos assentam, essencialmente, na marginalidade dos residentes e na economia local que se torna dependente do turismo.

O impacte cultural positivo principal é a preservação de edifícios e um impacte cultural negativo importante são os conflitos entre turista/habitante, que se baseiam essencialmente na diferença da língua que se fala e em alguns casos nas diferenças económicas e sociais e na partilha de equipamentos e serviços existentes no destino.

No que diz respeito aos impactes ambientais Remoaldo *et al.* (2014) destacam a preservação do património construído e o aumento da segurança pública. Como negativos, sobressaem, por exemplo, a degradação do meio ambiente físico e natural e a diminuição da qualidade do ar.

Relativamente aos impactes económicos positivos os autores citados neste parágrafo apontam a oportunidade para mais publicidade dos produtos e serviços do destino e a elevação da qualidade de vida. Por sua vez, referem como impactes económicos negativos o aumento dos preços de bens, serviços e propriedades e o aumento do custo de vida.

Os impactes socioculturais positivos têm a ver com a possibilidade de conhecer novas pessoas e o contributo para a construção de uma identidade nacional, assim como o reforço e/ou preservação de valores culturais e tradições locais. Por sua vez, os impactes socioculturais negativos referem-se ao aumento da delinquência e à mais elevada taxa de criminalidade (Remoaldo *et al.*, 2014).

Segundo Dall’Agnol (2012), citado por Scótolto *et al.* (2015: 3) “Ainda que o turismo possa gerar impactes positivos significativos nas cidades e regiões recetoras, quando mal planeado e gerido, pode gerar externalidades negativas ao núcleo recetor e refletir seus impactes para além do destino visitado” (ver quadro 1).

Quadro 1 - Dualidade do turismo

Agente influenciado	Natureza	Tipo de efeito		
		Económico	Social	Ambiental
Principalmente o indivíduo	Benefícios	Novas infra-estruturas de transporte, novos equipamentos e actividades recreativas, culturais e desportivas	Efeitos de demonstração positivo (exemplo, melhores cuidados de saúde, melhor educação)	Melhoria da paisagem
	Custos	Inflação	Congestionamento de tráfego e de pessoas, aumento da criminalidade, efeitos de demonstração negativos	Poluição (visual, sonora, das águas e do ar)
O Estado e o bem estar colectivo	Benefícios	Aumento directo, indirecto e induzido das receitas	Valorização cultural	Preservação da flora e da fauna
	Custos	Despesas na construção e manutenção de infra-estruturas e atracções turísticas que não possuam um sistema de utilizador pagador Despesas na segurança Despesas na recolha de resíduos sólidos	Aumento dos serviços de segurança, saúde, protecção de incêndios e de limpeza	Destruição da flora e da fauna

Fonte: Eusébio, M. (2006: 34), com base em Bull (1996).

1.3 – Dimensão internacional e nacional do turismo

Richards (1996: 181) assume que “The geographic position of Portugal, isolated from the rest of Europe by Spain and the Pyrenees, has tended to slow the pace of industrialization and modernization, and with it the development of tourism”.

Em contrapartida o PENT defende que o turismo assume-se como elemento fundamental na economia portuguesa, sendo superior nas exportações, sustentabilidade, inovação e criação de

emprego, segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo – Propostas para a revisão no Horizonte 2015 (versão 2.0) (Turismo de Portugal, I.P, 2011). Ainda neste documento percebe-se que os objetivos definidos no PENT 2007 ficaram comprometidos com a crise financeira que se observou a nível internacional nos anos de 2008 e 2009, dessa forma, a meio da concretização desse plano executou-se os acertos necessários.

“As prioridades definidas no PENT foram interiorizadas pela generalidade dos agentes do setor, permitindo um alinhamento dos esforços de entidades públicas e privadas, tendo também sido assegurada a sua presença nos principais instrumentos de política pública. Nos anos decorridos desde o seu lançamento foram alcançados importantes progressos, dos quais destacamos o elevado investimento público e privado no setor, o reforço do número de rotas de interesse turístico para Portugal, o início da estruturação e desenvolvimento dos produtos turísticos estratégicos, a forte aposta na promoção e na organização de eventos que potenciaram a visibilidade externa dos nossos destinos, ou a reorganização orgânica e institucional, no plano nacional e regional” - Plano Estratégico Nacional do Turismo – Propostas para a revisão no Horizonte 2015 (versão 2.0) (2011:9).

O Plano Estratégico Nacional do Turismo – Revisão e Objetivos 2013-2015 (Ministério da Economia e do Emprego, 2013) assume que as motivações de lazer (predominantemente o sol e mar) prevalecem para os turistas que procuram os países do Mediterrâneo. Na entrada de turistas nestes países o melhor desempenho cabe à Turquia, a Marrocos e à Croácia.

A maior região turística do mundo é a Europa com 50% do turismo internacional e 43% das receitas turísticas, segundo dados do Turismo 2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Portugal 2014-2020. Neste plano de ação assume-se que as tendências demográficas e socioculturais, económicas, ambientais, tecnológicas e dos transportes trazem consequências para o turismo. Como exemplo apresentam-se as tendências dos transportes que provocam um contínuo aparecimento de novos destinos devido ao desenvolvimento das acessibilidades e das soluções de transporte.

Os principais destinos portugueses reconhecidos internacionalmente apresentam uma oferta organizada. O país pretende ser um destino rico em experiências, mesmo que as estadias sejam de curta duração. Segundo Cadima Ribeiro *et al.* (2001), a diversificação e desconcentração do turismo é essencial, aproveitando o potencial oferecido pelas regiões e demonstrando determinados produtos turísticos que sejam alternativos.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (Ministério da Economia e da Inovação, 2007) destacava que Portugal dispõe das condições climáticas, e de recursos naturais e culturais indispensáveis à consolidação e desenvolvimento de dez produtos turísticos estratégicos, sendo eles o Turismo de Sol e Mar, o *Touring Cultural e Paisagístico*, o *City Break*, o Turismo de Negócios, o Turismo de Natureza, o Turismo Náutico, Saúde e Bem-estar, o Golf, os Resorts Integrados e Turismo Residencial, e a Gastronomia e Vinhos.

O setor do turismo é fundamental para o progresso do país. É uma indústria em constante crescimento. A década de 1980 foi o período com um crescimento mais controlado, fruto do excesso de oferta. De facto note-se que as variações económicas não têm surgido como fator que inibe o crescimento do turismo.

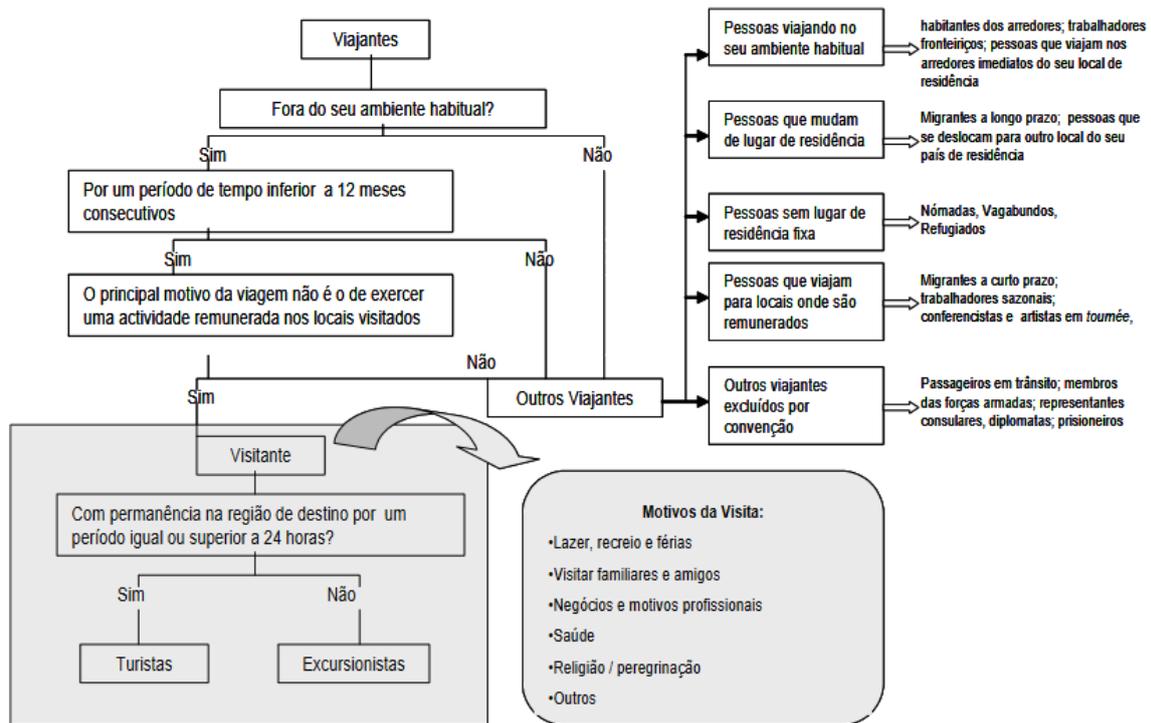
Vareiro (2008) assume que o turismo tem vindo a crescer nas propostas de desenvolvimento que têm sido pensadas para o fim da crise que afeta a maioria das áreas rurais. O turismo apresenta-se como um setor estratégico ou tenta evoluir nessa direção.

O turismo pode ser classificado em três tipos, segundo a OMT (1995): turismo doméstico, os residentes viajam no seu próprio país por um período inferior a 12 meses por motivos de lazer, negócios ou outros; turismo recetor, os visitantes não residentes permanecem no país que visitam por um período inferior a 12 meses por motivos de lazer, negócios ou outros; e turismo emissor, os residentes de um país viajam para fora desse país por um período inferior a 12 meses, por motivos de lazer, negócios ou outros.

Nesta sequência, pode-se ainda referir o turismo interno (engloba o turismo doméstico e o turismo recetor), o turismo internacional (engloba o turismo recetor e o turismo emissor) e o turismo nacional (engloba o turismo doméstico e o turismo emissor).

Na perspetiva de Vareiro (2008), além da definição de turismo distinguem-se mais quatro conceitos que estão associados a este, sendo viajante, visitante, turista e excursionista, caracterizados pela Organização Mundial do Turismo em 1995 (ver figura 1). Desta forma, a OMT, em 1995, define visitante como o indivíduo que se desloca a um lugar diferente da sua residência habitual, por uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado. Turista é o visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado, por um período inferior a um ano. Excursionista é o visitante que não pernoita no lugar visitado. Viajante é toda a pessoa que se desloca entre dois ou mais lugares.

Figura 1 – Classificação dos viajantes



Fonte: Eusébio, M. (2006: 12), com base em OMT (1995).

1.4 - Notas conclusivas

Este primeiro capítulo teve como objetivo principal elucidar sobre os principais conceitos de turismo e a evolução que este tem apresentado ao longo dos anos, assim como os seus impactes e a sua dimensão, nacional e internacional. É ainda apresentado um pouco das linhas gerais do turismo cultural.

De forma ampla, o turismo, como atividade, caracterizou-se por um rápido crescimento a partir da metade do século XX e consolidou-se no início do século XXI, sendo que o seu crescimento continua em franca expansão. Este crescimento é visível em Portugal, assim como a nível mundial. A tendência de querer que esta expansão tenha sucesso fez com que nos últimos anos a grande parte dos autores só considerasse o crescimento do turismo e não tivessem em consideração outros panoramas. De referir o facto de o turismo ser uma atividade de grande complexidade. A economia de grande parte dos países é consolidada e cresce em função das atividades turísticas lá decorridas.

Martins, L. (2011:9) afirma que “a distribuição das atividades e de visitantes é desigual no território nacional, resultando o principal contributo do Algarve, da Linha (Lisboa-Cascais) e da Madeira, que concentram cerca de 65% da oferta e 75% da procura”.

O turismo pode ser pensado como motor de desenvolvimento sustentável, económico, social e humano, que tem em consideração os impactes ambientais (Remoaldo *et al.*, 2012). Por sua vez, Silva e Perna (2002), assumem que o turismo tem como principal missão associar o seu crescimento, que gera grandes benefícios, com a utilização racional dos recursos, como é exemplo o meio natural, em que a sua preservação é fundamental. É neste seguimento que o desenvolvimento sustentável se interliga com o turismo. Contudo, o turismo não apresenta apenas aspetos positivos, pois como qualquer outra atividade económica também apresenta impactes negativos, relacionados com vários fatores, como são exemplo as áreas turísticas onde se desenvolve.

Os bens e serviços característicos do turismo, com base na OMT (2000), são: serviços de alojamento; serviços de restauração; serviços de transporte de visitantes; serviços dos agentes de viagens, dos operadores turísticos e dos guias turísticos; serviços culturais; serviços recreativos e outros serviços de lazer; e serviços de turismo mistos.

A valorização das tradições e costumes locais é um importante fator de promoção das particularidades e diferenças culturais que se observam. O turismo cultural interliga-se com a atividade do turismo em si, verificando-se uma fusão de culturas. Os recursos culturais são fundamentais para o desenvolvimento turístico.

A preservação do património construído, natural e cultural é uma das bases para o desenvolvimento turístico sustentável, que tem a participação imprescindível dos residentes. É fundamental o equilíbrio entre o seu aproveitamento e a manutenção que requer. O património é a herança comum da humanidade, daí a necessidade da sua gestão eficaz ou haverá o risco de perda da identidade dos povos e/ou comunidades.

CAPÍTULO 2

FUNDOS COMUNITÁRIOS – ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO

O segundo capítulo debruça-se sobre o tema dos fundos comunitários, em especial no seu enquadramento e evolução. Os fundos estruturais são abordados como elemento de oportunidade e/ou instrumento de desenvolvimento dos locais onde são aplicados, sendo desta forma que se realiza o enquadramento ao tema. Relativamente à evolução, para que seja possível a sua compreensão, analisa-se a evolução dos Quadros Comunitários de Apoio.

2.1 – Oportunidade/Instrumento de desenvolvimento

Segundo o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio¹ os Fundos Estruturais são “instrumentos de cofinanciamento a que os Estados-membros se podem candidatar para, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, apoiar ao longo de períodos plurianuais definidos, os esforços nacionais de desenvolvimento, com vista à realização plena da coesão”.

Os fundos comunitários apresentam-se como fundos que ajudam a população europeia a desenvolver-se em determinados domínios. Os princípios de programação dos fundos comunitários estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia Europa 2020.

Segundo o Governo de Portugal, a Estratégia Europa 2020 foi criada em 2010, com a duração de 10 anos, acordada pelos Estado-membro. O principal objetivo é a criação de emprego, fomentando um crescimento inteligente (onde o principal investimento é na educação, investigação e inovação), um crescimento sustentável (indústria competitiva) e um crescimento inclusivo (proporcionando a criação de emprego e a redução da pobreza). Através do Semestre Europeu (coordenação das políticas económicas e orçamentais da EU) é feito o acompanhamento e execução da Estratégia Europa 2020.

As prioridades estabelecidas pela Estratégia Europa 2020 são complementadas pelo Portugal 2020, cuja designação foi atribuída pelo governo português ao Acordo de Parceria 2014-2020, que é abordado a seguir. Portugal 2020 é a estratégia do país para a utilização dos Fundos da União Europeia até 2020.

Portugal vai receber 25 mil milhões de euros até 2020². Para tal, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (I.P), definiu Objetivos Temáticos para estimular o crescimento e a criação de Emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e os resultados esperados com estes financiamentos.

Os fundos comunitários subdividem-se, e um desses exemplos em que os fundos se dividem é o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que, segundo informação do *site* do mesmo, “constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013”³, sendo que este irá ser substituído pelos fundos comunitários

¹ Cfr <http://www.qca.pt/fundos/estrutura.asp> - acedido em junho de 2016.

² Cfr. <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020> - acedido em fevereiro de 2016.

³ Cfr. <http://www.qren.pt/np4/qren> - acedido em junho de 2016.

de 2014-2020. O QREN tem por objetivo principal a qualificação dos portugueses, dando maior importância a alguns domínios específicos, como é exemplo a ciência ou a inovação. Este programa funciona de forma conjunta, proporcionando a sua melhor e maior aplicação, como por exemplo, os Programas Operacionais, sendo eles Espanha-Portugal; Madeira-Açores-Canárias; Espaço Atlântico; Sudoeste Europeu; Mediterrâneo; Espon, Urbact, Interact e Interreg C).

As Comunidades Intermunicipais do Minho-Lima, Ave e Cávado em conjunto com parceiros públicos e privados candidataram-se ao PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) do QREN com o projeto Minho IN, de forma a promover uma Estratégia de Eficiência Coletiva, com o objetivo do desenvolvimento do Minho Rural. Duas das quatro áreas económicas fundamentais são o turismo e a cultura/património. Estas áreas económicas pretendem aumentar a atratividade e competitividade do território, onde se inclui o património histórico – os moinhos.

Segundo o Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia os fundos comunitários, também conhecidos como fundos estruturais de 2014-2020, irão funcionar sobretudo como fomento ao desenvolvimento sustentável do país, tentando-se corrigir as assimetrias que persistem no território nacional. Desde há muito que o país não apresenta défice de equipamentos e/ou infraestruturas, pelo que aquilo em que se pretende apostar, com a entrada em vigor destes fundos, é na competitividade, e desta forma conseguir desenvolver uma economia que se abre para os outros países mundiais, sendo desta forma capaz de gerar riqueza própria, sem depender de outros. Portugal 2020 pretende aproveitar de forma plena as potencialidades do território e pretende corrigir as assimetrias que existem neste.

O Acordo de Parceria enfatiza o facto de as atividades de valor acrescentado reduzido e o recurso pouco intenso da tecnologia e do conhecimento serem a base da especialização produtiva portuguesa, sendo desfavorável na medida em que os parceiros comerciais se tornaram mais recetores às emergentes economias da Ásia e do Leste europeu. As atividades portuguesas mais importantes dos últimos anos são as menos expostas à concorrência internacional. O investimento direto estrangeiro foi menos acentuado, essencialmente pela diminuída atratividade, o que reflete de forma clara a competitividade da economia portuguesa. De forma a contrariar esta tendência será importante criar uma estratégia que difunda a reindustrialização do país, mais uma vez primando a competitividade e a valorização da produção portuguesa, podendo reforçar as

exportações, modernizando e dinamizando a indústria nacional. Esta estratégia deverá fortalecer o turismo enquanto atividade estratégica, valorizando os recursos endógenos.

O Quadro 2 permite ter uma melhor perceção dos objetivos do Governo de Portugal, que se baseia em melhores resultados no ano de 2020 do que aqueles que se obtiveram em 2011. Um objetivo ambicioso será o da taxa de abandono escolar descer mais de 10 pontos percentuais em 9 anos.

Quadro 2 – Metas de Portugal no âmbito da Estratégia da Europa 2020 e situação em 2011

Objetivo	Indicadores	Meta PT2020	2011
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento: % do PIB	Entre 2,7% e 3,3%	1,5%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10,0%	23,2%
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40,0%	26,1%
Clima e Energia	Emissões de Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	+1,0%	-8,0% ⁽¹⁾
	% Energias renováveis no consumo de energia final	31,0%	27,3%
	Eficiência Energética (ganho % relativamente a consumos de energia primária no cenário de referência)	20,0%	16,5%
Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75,0%	69,1%
Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	Pessoas em risco pobreza ⁽²⁾ /exclusão social (variação face a 2008)	- 200 mil	-156 mil

(1) Dados provisórios, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013

(2) Rendimentos referentes a 2010.

Fonte: Programa Nacional de Reformas de Portugal

Fonte: Acordo de Parceria 2014-2020 (2014).

A ambição do governo para o desenvolvimento do país traduz-se num aumento da competitividade e da internacionalização (como já foi referido anteriormente, mas dá conta que 40% das verbas da Comissão Europeia serão canalizadas para este objetivo), o aumento da formação e do capital humano, o aumento da inclusão social e do emprego (a crise vivida arrastou Portugal para taxas de desemprego mais elevadas do que aquelas que eram desejadas), e por fim tem-se como objetivo o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Estes quatro pilares poderão permitir a diminuição das assimetrias e o aumento das potencialidades regionais, e consequentemente haverá uma reforma da administração pública.

No que diz respeito às categorias das regiões, estas dividem-se em três. A primeira categoria é a das regiões menos desenvolvidas onde se engloba o Norte, o Centro, o Alentejo e os Açores. A

segunda categoria é a das regiões em transição, sendo que a única região nesta categoria é o Algarve. A terceira, e última, categoria é as regiões mais desenvolvidas, sendo considerada a região de Lisboa e da Madeira.

Os fundos estruturais e de investimento, de 2014-2020, estão a ser divididos em três grupos primordiais: Fundos da Política de Coesão, sendo que este se subdivide em Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), em Fundo Social Europeu (FSE) e em Fundo de Coesão (FC); o segundo grupo é o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEDER); por último aparece o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Estes três grupos de apoios são os fundamentais, mas não são isolados, uma vez que estes grupos têm outros programas que lhes estão associados, como por exemplo o LEADER ou o PRODER.

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Instituto Público, é a entidade Nacional que tem como missão a coordenação técnica geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

É importante referir que a Direção-Geral da Administração Interna, englobada na administração direta do Estado, tem no seu domínio a Direção de Serviços de Gestão de Fundos Comunitários que pretende: “a) assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira dos programas e fundos comunitários, bem como de outros financiamentos internacionais, que lhe sejam cometidos (...); b) organizar a abertura de períodos anuais de candidatura; c) publicitar o acesso ao financiamento pelos programas e fundos; d) receber, analisar e admitir as candidaturas apresentadas; e) analisar e propor a aprovação das candidaturas de acordo com os regulamentos relevantes e o respetivo mérito, bem como a respetiva contratação; f) acompanhar a execução dos projetos cofinanciados e proceder ao respetivo financiamento de acordo com as normas regulamentares respetivas; g) realizar verificações e controlos de gestão sobre os projetos cofinanciados; h) assegurar o reporte e encerramento dos projetos pelos respetivos beneficiários; i) assegurar a apresentação dos relatórios necessários à avaliação anual e plurianual dos fundos; j) realizar as verificações jurídicas de elegibilidade das candidaturas e das despesas apresentadas no âmbito dos projetos cofinanciados por fundos comunitários, ou outros financiamentos internacionais, designadamente em termos de cumprimento dos procedimentos de contratação pública, bem como acompanhar as questões relativas ao pré-contencioso e ao contencioso no âmbito da gestão de fundos comunitários”.⁴

⁴ Crf. <http://www.fundoscomunitarios.dgai.mai.gov.pt/Paginas/Default.aspx> - acedido em 15/02/2016.

O Terceiro Quadro Comunitário de Apoio⁵, com base em dados do INE, assume que em 2001 a região Norte apresentava cerca de 21 278 km² de área total e aproximadamente 3,5 milhões de habitantes.

Ainda segundo o Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, através do Programa Operacional da Região Norte do período 2000-2006, afirma que a região Norte é por vezes designada de Arco Atlântico, em que os polos urbanos do litoral, com maior destaque para a cidade do Porto, apresentam contrastes entre o seu nível de desenvolvimento e do território que é essencialmente rural no interior. Do Continente, é a região Norte a que apresenta a população mais jovem, sendo que a infância e a juventude são elementos fulcrais para esta região. A qualificação dos trabalhadores, os baixos salários são duas das principais fragilidades. A inovação é essencial para se obter maior produtividade, sendo que esta região é especializada no têxtil, calçado, vestuário, madeira e cortiça. É ainda líder no setor do leite e dos vinhos, como é exemplo o Vinho do Porto.

A promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a coesão nacional, foi o grande objetivo do Programa Operacional da Região Norte. Para que este objetivo seja executado foram definidas três prioridades estratégicas: melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social; Promover os fatores de competitividade regional e valorizar os sistemas produtivos territoriais; e Promover as condições para um ordenamento equilibrado e sustentável do território regional.

O PO Norte 2000-2006 estruturou-se em 3 eixos fundamentais: eixo 1 – ‘Apoio ao Investimento de interesse Municipal e Intermunicipal’, contemplando 9 medidas específicas, onde se pode destacar a medida 9 que é ‘Saneamento Básico – Zonas de Intervenção Prioritárias (FEDER)’; eixo 2 – ‘Ações Integradas de Base Territorial’, com 6 medidas, em que a sexta é a ‘Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana (FEDER)’; e eixo 3 – ‘Intervenção da Administração Central regionalmente desconcentradas’, com 19 medidas, em que a sétima é a ‘Certificação em TIC (FSE)’. O investimento total no PO Norte foi de 4.910 milhões de euros, sendo que 2.865 milhões de euros foi financiamento comunitário.

O Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 aplicará 3,4 mil milhões de euros de verbas comunitárias e é gerido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Quase metade deste dinheiro tem como finalidade a competitividade de micro e pequenas empresas, que tenham projetos de internacionalização, inovação e investigação. Ainda

⁵ Crf. <http://www.qca.pt/acessivel/pos/ponorte.asp> - acedido em 15/06/2016.

assim, existem verbas para serem aplicadas na educação e aprendizagem ao longo da vida, entre outros domínios. O Norte 2020 é um dos cinco programas operacionais regionais que englobam o Portugal 2020, definindo os princípios de programação no país.

A conjuntura económica da região Norte é especialmente difícil, caracterizada pela baixa atividade económica, assim como no emprego. A sua estrutura económica é elucidada pela indústria, que tem um peso importante, sendo esta a região com a diretriz maior para a exportação. Assiste-se ao processo de terciarização no Norte de Portugal. O turismo é um vigoroso potencial de crescimento e de valorização dos recursos endógenos, traduzindo-se na criação de emprego.

Os objetivos previstos na Estratégia Europa 2020 e no Plano Nacional de Reformas de Portugal serão alcançados através de uma estratégia de desenvolvimento regional, onde se incluem o emprego, o I&D e a educação. O objetivo fulcral é, que em 2020, a região Norte consiga produzir bens e serviços de forma a recuperar a força económica e alcançando o nível europeu, traduzindo-se na coesão económica, social e territorial.

2.2 – A evolução dos Quadros Comunitários de Apoio

No *site* do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional⁶ é-nos permitido saber que foi elaborada uma avaliação *ex-post* ao Quadro Comunitário de Apoio I (1989-1993). Essa avaliação constatou que os grandes objetivos deste primeiro Quadro Comunitário não foram conseguidos. As principais conclusões foram: “nem sempre foi possível mobilizar ou atingir com eficácia o tecido empresarial relativamente às medidas inovadoras e que poderiam contribuir mais fortemente para a sua modernização, tanto em termos de capacidade de gestão como de competitividade (particularmente no domínio da Formação Profissional ou na internalização das atividades de I&D nas empresas); verificou-se que, ainda que de forma não generalizada, a existência de instrumentos e de ações onde foi privilegiada a equidade territorial ou sectorial da respetiva aplicação, em prejuízo da seletividade e a concentração das medidas concretizadas; constatou-se que seria muito importante aumentar a flexibilidade dos serviços da Comissão Europeia relativamente à aceitação de modificações nos instrumentos e nas ações em concretização, aumentando consequentemente a sua capacidade de adaptação a novas situações emergentes no contexto nacional e comunitário; e a participação dos parceiros sociais na conceção e concretização dos instrumentos e ações foi reduzida”.

⁶ Cfr. <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=110&eid=573> – acedido em 16/06/2016.

A avaliação *ex-post* ao Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999) chega às seguintes conclusões: “Elevada performance atribuída à capacidade de adaptação dos PO ao contexto e evolução socioeconómica, aumentando a eficácia da intervenção dos Fundos Estruturais; cerca de 7.7% da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), no período 1994-2000 foi diretamente induzida pelo II; foram criados e mantidos até 1999 cerca de 77 mil postos de trabalho diretamente induzidos pelos investimentos realizados no QCA II (correspondendo a 29.5% da criação líquida de emprego no período)”, esta informação é do *site* mencionado no parágrafo anterior.

No que diz respeito ao Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) não nos foi possível saber se a avaliação *ex-post* foi feita, ainda assim está disponível a avaliação intercalar realizada em 2005 que nos permite conhecer aquilo que quase no fim do período de atuação do QCA III tinha sido feito. Desta forma as principais conclusões foram: “agravamento das condições internas e das condições de integração da economia portuguesa na economia mundial; lento mas progressivo aumento da qualificação da oferta de trabalho; incapacidade estrutural do sector público para absorver a melhoria de qualificações; reduzida expressão do empreendedorismo em Portugal apontando para políticas ativas de emprego; nível elevado de desempenho dos Programas Operacionais, em termos de aprovação, sem correspondência perfeita em termos de execução financeira”⁷.

O primeiro Quadro Comunitário de Apoio de 1989 a 1993 não fez referência a apoios financeiros para a cultura, que seria o tema onde se enquadrasse o património, o turismo rural e/ou cultural, os moinhos e as rotas temáticas, por exemplo.

No Quadro Comunitário de Apoio II de 1994 a 1999 o financiamento para a cultura foi essencialmente do FEDER no âmbito da Componente Cultura da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural.

O Programa Operacional da Cultura foi considerado no eixo I do Quadro Comunitário de Apoio III, de 2000 a 2006, e foi o primeiro programa vocacionado para a cultura na União Europeia. Os objetivos essenciais do POC era reforçar a cultura como fator de desenvolvimento e de emprego e promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura. Os meios financeiros disponibilizados pelos fundos comunitários, assim como dinheiros público são fundamentais para o progresso cultural de Portugal. Baseava-se em dois eixos, cada um englobando duas medidas. O eixo 1 tinha com objetivo valorizar o património histórico e cultural, sendo que a recuperação de edifícios

⁷ Cfr. <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=110&eid=573> – acedido em 15/06/2016.

culturais foi mencionada diversas vezes nas medidas deste primeiro eixo, que teve um financiamento total de mais de 257 milhões de euros, sendo que mais de 181 milhões de euros foram de fundos comunitários. O eixo 2 pretendia favorecer o acesso a bens culturais, onde se apresentava como medida o inventário e digitalização do património imóvel e móvel e a sua divulgação. O financiamento total para o segundo eixo foi de aproximadamente 94 milhões de euros, mas destes apenas 68 milhões de euros foram de base comunitária.

O POC 2000-2006 pretendia contribuir para quatro elementos essenciais: a promoção do emprego e da coesão social, na medida em que pretendia aumentar o nível de qualificação do capital humano e valorizar a herança cultural; o desenvolvimento do perfil produtivo do país, podendo originar novas atividades ligadas às indústrias culturais; o desenvolvimento sustentado das regiões e a coesão nacional, valorizando o património e criando condições de crescimento local; e a proteção do ambiente e a igualdade de oportunidades, protegendo e valorizando o património, promovendo a estratégia de desenvolvimento ambiental sustentável.

Dentro do tema cultura, o turismo cultural elevou-se como prioritário, incidindo na valorização do património, preservando a herança histórica, criando emprego e riqueza e promovendo eventos culturais de elevada dimensão.

Os fundos comunitários de 2007-2013 apoiaram as artes e os projetos culturais através do Programa Cultura, que pretende reforçar o espaço cultural, assente num património cultural comum. Os objetivos específicos são: promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais; incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais; e incentivar o diálogo intercultural. Apresenta um cofinanciamento até um máximo de 80%.

Ainda no período de atuação de 2007-2013 devemos abordar o Programa PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, que se assume como um instrumento estratégico e financeiro e é cofinanciado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). As ações a realizar no PRODER encontram-se agrupadas por subprogramas e estes por medidas.

A estratégia nacional para o desenvolvimento rural tem como objetivos estratégicos: aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

O subprograma 1 – promoção da competitividade, o subprograma 2 – gestão sustentável do espaço rural, e o subprograma 3 – dinamização das zonas rurais encontram-se no seguimento e interrelacionados com os objetivos estratégicos apresentados anteriormente. O subprograma 4 –

promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências é mais vocacionado para orientações comunitárias.

No que concerne à rota dos moinhos esta englobar-se-ia no PRODER. O subprograma 3, na medida 3.1 – diversificação da economia e criação de emprego, apresenta a ação ‘desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer’, através da criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, tais como rotas/percursos, com o objetivo de desenvolver o turismo e outras atividades de lazer, valorizando os recursos endógenos do território rural. Se analisarmos a medida 3.2 – melhoria da qualidade de vida, a ação ‘conservação e valorização do património rural’ destaca a preservação do património rural construído, por exemplo moinhos ou espigueiros, com o objetivo de valorizar o património rural, assumindo-se como fator de identidade e de atratividade do território.

No novo quadro comunitário o PRODER é substituído pelo PDR 2020 – Plano de Desenvolvimento Rural do Continente, e tem como objetivo apoiar o investimento em explorações agrícolas e florestais, em empresas agroindustriais e à instalação de jovens agricultores, promovendo as condições para aumentar a competitividade do seu negócio. A medida 10 – LEADER, mais especificamente na ação 10.2 – Implementação de estratégias, apresenta um ponto que aborda a ‘Renovação de Aldeias’ cujo objetivo é a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais. É a única medida onde se pode englobar os moinhos e a sua recuperação.

Até 2020 temos o Programa Europa Criativa, programa da União Europeia que apoia o setor cultural e criativo, cujos objetivos são: garantir a salvaguarda e a promoção da diversidade cultural e linguística europeia; e reforçar a competitividade dos setores cultural e criativo, com vista a promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Na nossa opinião, o esforço para o desenvolvimento da cultura tem sido substantivo, como se pode avaliar pelos resultados obtidos, mas ainda existe muito a fazer, pois as potencialidades poderão ser ainda mais aproveitadas. Desde 1994 que o património é um elemento a considerar nos quadros comunitários, pois quando é abordada a valorização do património histórico e cultural de forma indireta está-se a englobar também o património molinológico.

2.3 - Notas conclusivas

Apesar dos efeitos recessivos da crise económica, a recuperação da economia foi incitada essencialmente pela ação da região Norte. O seu crescimento foi superior ao da média nacional,

devido ao surgimento de setores competitivos. Além destes fatores, o crescimento da economia não tem sido suficiente para que o emprego cresça de forma sustentada.

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, designados no nosso país por Portugal 2020, têm como documento orientador o Plano Global de Avaliação do Portugal 2020. A implementação e a conceção das políticas e dos programas beneficiam de avaliações de qualidade, com o objetivo principal de garantir a boa gestão e utilização dos FEEL.

Portugal 2020 tem como alvo promover no país o “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020” (Acordo de Parceria 2014-2020, 2014: 3). As prioridades de intervenção são definidas aquando do reconhecimento dos constrangimentos e das potencialidades. Em Portugal verificam-se assimetrias territoriais, mas o Portugal 2020 visa a correção dessas assimetrias, explorando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento das regiões. As sete regiões de Portugal dividem-se em três categorias: regiões menos desenvolvidas, regiões em transição e regiões mais desenvolvidas.

Segundo o Secretário de Estado Paulo Ferreira (Jornal de Negócios de 7/6/2016) até 31 de maio de 2016 foram apresentadas 16.500 candidaturas, sendo que 5.000 já foram aprovadas, correspondendo a 10 milhões e meio de investimentos. Relativamente aos promotores, 2380 receberam mais de 200 milhões de euros. Do total de candidaturas, 48% diz respeito ao Programa Operacional do Norte, demonstrando dessa forma maior dinamismo.

Apesar dos atrasos no lançamento do Portugal 2020, o novo quadro de fundos comunitários tem registado uma possante procura. As empresas, através do programa Compete, são as que têm revelado um maior investimento aprovado, sobretudo as que apresentem projetos com qualidade.

CAPÍTULO 3

MOINHOS – ELEMENTO PATRIMONIAL

O presente capítulo aborda os moinhos enquanto elemento patrimonial. Para que seja perceptível a compreensão do capítulo três optámos por, em primeiro lugar, realizar uma análise ao turismo cultural e ao conceito de património, uma vez que os moinhos são elemento presente no património dos municípios e, conseqüentemente, das suas freguesias. O ponto dois deste capítulo faz uma caracterização mais pormenorizada do património molinológico.

3.1 – Turismo cultural e o conceito de património

O desenvolvimento estratégico local é um fator essencial no turismo cultural. Pensar o turismo como forma de preservar o património cultural é fundamental, quer seja material ou imaterial, sendo que é a base para adquirir receitas económicas para a sua preservação e remodelação e desta forma a população reconhece a sua importância. Ainda assim, há setores da população que reconhecem vantagens e apoiam esta forma de turismo e há outros setores da população que não percebem a necessidade e se opõem ao turismo cultural.

Segundo Costa (2005) o elemento cultural encontra-se presente no turismo, nacional e internacional, e assume-se como uma das principais motivações para que os turistas se desloquem. O turismo cultural tem sofrido uma evolução positiva nos últimos anos, pois na atualidade os turistas procuram cada vez mais atividades culturais, como por exemplo a visita a museus (Costa, 2005).

Segundo Vareiro *et al.* (2011) a cultura representa atualmente entre 35% e 70% do turismo europeu. A sua taxa de crescimento foi das mais rápidas e é uma das indústrias com maior poder do século XXI. Os autores referem ainda que o turismo cultural é um dos mais dinâmicos da indústria turística.

As atividades culturais associam-se a perspetivas de crescimento, criando riqueza e favorecendo a criação de emprego qualificado.

Remoaldo *et al.* (2014) apontam que um estudo da Comissão Europeia afirma que 60% dos turistas europeus se manifesta atraído pela descoberta cultural. Menciona ainda que o impacto económico do turismo cultural é irrefutável, representando 360 milhões de chegadas no ano de 2007 tendo por base dados da OCDE de 2009.

O turismo é uma atividade complexa, e o turismo cultural não é exceção e a expansão económica que lhe está adjacente é demasiado importante. Contudo, e apesar de esta expansão ser reconhecida em vários países, em Portugal não existem muitos estudos que comprovem a importância do turismo cultural na melhoria da qualidade de vida dos residentes e sobre a perceção que estes têm sobre o turismo. Vareiro *et al.* (2011) asseguram que a perceção da comunidade sobre a gestão e planeamento do turismo não tem sido tomada em consideração nas políticas do turismo.

O simples facto de no turismo se proporcionar o diálogo entre os residentes e o turista faz com que se desenvolva uma permuta cultural, sendo vantajoso para o desenvolvimento do turismo cultural. Em contrapartida, um fator negativo é quando não há benefícios económicos desta forma de turismo e quando as tradições culturais não são usadas na sua essência, mas sim alteradas.

Tanto o turismo em geral, como o turismo cultural em particular tem implicações na qualidade de vida dos residentes dos destinos que são escolhidos pelos turistas, sendo que estas implicações podem ser positivas ou negativas, sendo reconhecida a necessidade de formas de turismo cultural mais sustentáveis, que deverão ter em conta os estudos que têm sido realizados sobre os impactes económicos, ambientais e sociais. Uma política de planeamento torna-se essencial para fortalecer os impactes positivos e para amenizar os impactes negativos da indústria que é o turismo.

Cadima Ribeiro *et al* (2012: 285) baseado em diversos autores refere que “a ideia que os residentes devem ser tomados como intervenientes importantes da atividade turística, vem do fato de que eles são uma parte integrante do fenómeno do turismo cultural e, sendo assim, pode ser determinante para o sucesso dos destinos turísticos”.

Richards considera que o turismo cultural origina “movimentos de visitantes para atrações culturais, que se situam fora da sua área de residência com a finalidade de reunir informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais” (Richards, 1997 citado por Christous, 2006, p. 6).

Em 2005, a Organização Mundial do Turismo assumiu o turismo cultural como as viagens que satisfazem a necessidade de diversidade e ampliação do conhecimento do turista. De forma mais redutora aborda o turismo cultural como a viagem que é realizada por motivos culturais ou educativos.

O *Touring* Cultural e Paisagístico, de acordo com o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007), consiste em rotas ou circuitos que privilegiem locais com património natural, paisagístico, histórico e cultural. Este fará a ligação entre a natureza e a cultura. O setor cultural inclui as artes tradicionais e as indústrias criativas.

No que diz respeito ao património os autores diferenciam da análise feita ao turismo cultural, pois não se tem tão em conta o produto turístico, mas é mais relevante as motivações dos turistas. É importante a simbiose entre turismo e património porque percebe-se a relação fundamental que existe entre o passado e o presente. Sharpley, citado por Christous (2006) considera que o património é a herança das gerações do passado.

Se o património é algo deixado por herança, o património cultural é o produto cultural que é transmitido de geração em geração, que assenta essencialmente na dimensão material, mas que se associa inevitavelmente à dimensão simbólica pois existe a necessidade da preservação do legado cultural. Assim sendo, o património cultural é um combinado de bens materiais e imateriais que representam a cultura de uma determinada sociedade.

A globalização vista enquanto fenómeno social afeta cada pessoa individualmente, uma vez que o consumismo é prioridade em relação a determinados valores do quotidiano. Desta forma, o património de cada indivíduo é afetado pelas consequências da globalização. As transformações das sociedades é um exemplo negativo da globalização, na medida em que elementos característicos de uma região podem ser adquiridos fora dessa mesma região, daí a necessidade cada vez mais emergente na preservação e valorização do património, evitando a perda da identidade cultural e o choque entre culturas (Reigado, (2000); Moreira, (2006); Rodrigues, (2012)).

Neste seguimento consideramos pertinente revelar a importância do património usando a afirmação de Richards que menciona que “Writers bemoaned the poor state of historic monuments, which led to the first moves to conserve the heritage, which was considered to show the uniqueness of Portuguese people” (Richards, 1996: 181).

O património tem demonstrado importância a nível nacional, reconhecendo a necessidade de preservação e valorização. Assim sendo, em 2012 foi criada a Direção-Geral do Património Cultural, que é responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental.

Peralta considera que “O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras” (Peralta, 2000: 218).

3.2 – Património molinológico

A escolha do estudo dos moinhos tem o intuito de tentar valorizar o património rural do município de Vila Verde. A recuperação dos moinhos (tem de ocorrer um correto restauro para que não se verifique uma descaracterização do moinho), bem como a sua área envolvente, tem em vista a criação de uma rota dos moinhos, que poderá contribuir para a dinamização do município e para sensibilizar as populações e os visitantes para a riqueza e importância do património natural e rural. Os visitantes podem usufruir do sossego da montanha, da qualidade do ar, bem como da

água e ainda têm a possibilidade de realizar passeios pedestres (são já várias as rotas existentes e estão bem definidas) e passeios equestres, típicos das áreas de montanha.

O município detém grandes potencialidades, pois oferece uma grande riqueza e diversidade de património cultural, natural e histórico, que sendo aproveitados sob a forma de turismo podem vir a assumir-se como a alavanca perfeita para o desenvolvimento concelhio.

Segundo Macedo (2010) as primeiras construções dos moinhos surgem, em Portugal, em 85 a.C. Os moinhos primitivos utilizavam a força humana como força motriz, sendo que seguidamente apareceram os moinhos em que o mover das mós se fazia através dos animais e, por último, conhece-se os cinco tipos de moinhos atuais, a que nos referimos no parágrafo seguinte. Os primeiros sistemas mecânicos de moagem surgem com a Revolução Industrial no século XIX, o que originou o abandono dos moinhos.

Segundo Galhano (1978) e também na perspetiva mais recente do Presidente da Direção da Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA), José Mota Alves, em entrevista realizada em Dezembro de 2014, os moinhos assumem em Portugal cinco tipologias: moinhos de rodízio, moinhos de dorna, moinhos de vento, moinhos de maré e moinhos de roda vertical.

Destes cinco tipos de moinhos, em Vila Verde, apenas não existe o moinho de maré e de vento. Os moinhos têm a sua componente histórica, na qual se destaca a moagem de cereais, fundamental na vida das populações. Contudo, na atualidade, estes são vistos como um elemento fundamental na produção de energia (favorecendo as micro-hídricas). Ainda segundo o Presidente da Direção da ATAHCA, tal afigura-se como um fator positivo, na medida em que não existe a necessidade de alteração dos cursos de água e é assegurada a manutenção dos açudes (servem para reter, elevar, desviar a água dos rios e para a conduzir, através da levada ao moinho), que permite a oxigenação da água e, por sua vez, melhora a qualidade desta, proporcionando o aumento da fauna e da flora aquífera. No município, esta cadeia interligada permite a criação e o desenvolvimento da truta (das espécies arco-íris e fário). Todos estes aspetos são importantes por assegurar a manutenção dos ecossistemas.

No passado, os moinhos permitiram um grande desenvolvimento económico, sendo na sua maioria associados a atividades primárias, assumindo-se como a simbiose entre o aproveitamento das águas e a paisagem. A partir dos anos 60, a atividade dos moinhos sofreu grandes alterações devido à introdução das moagens industriais. Como consequência verificou-se um progressivo abandono dos moinhos, daí o estado de degradação de muitos deles.

O Dicionário da Idade Média (Loyn, 1990) considera que “A moagem do trigo em moinhos manuais era um trabalho lento e laborioso que foi gradualmente substituído, no começo da Idade Média, por azenhas, moinhos movidos por queda-d’água, ou, em alguns lugares, por atafonas, moinhos acionados por força animal. A moagem podia ser uma operação técnica complexa e os moinhos mais elaborados estavam normalmente associados ao desenvolvimento de uma economia senhorial, na qual os direitos do senhor sobre a moagem tornaram-se uma condição prévia sumamente valiosa” (Loyn, 1990: 523).

Atualmente os moinhos são vistos como uma forma de preservação do património etnológico. Associados aos moinhos temos geralmente os espigueiros, os canastos e as eiras, mas também os trabalhos agrícolas que formam um conjunto de ritos, como por exemplo o lavrar, o semear e o colher. Estes elementos fazem parte do ciclo de transformação dos cereais. Os moinhos, além de se apresentarem como um elemento da cadeia que relaciona vários aspetos característicos do mundo rural, estão associados ao êxodo rural e ao despovoamento. O decair dos processos tradicionais e, conseqüentemente, da moagem puseram em risco o próprio sistema, perdendo as suas funções.

Segundo Martins e Souto (2001), os moinhos são construções de pequenas dimensões (ver Figura 2), com formas toscas e rudimentares, em alvenaria de granito, com cobertura de duas águas em telha ou, raros os exemplos, de colmo. O soalho é, geralmente, feito de pedras grandes encaixadas nas paredes, com a adaptação de um par de mós, ligadas através de um eixo a uma roda horizontal movida a água, representando uma das técnicas mais evoluídas de moagem e uma forma de aproveitamento de energia limpa e renovável (Martins e Souto, 2001).

Figura 2 – Azenha e roda vertical movida a água no município de Vila Verde



Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.380785018639239.115886.149065925144484&type=3>
(Acedido em 15/12/2015).

Encontram-se, obviamente, implantados próximos de linhas de água e em terrenos declivosos. A configuração do terreno permite a formação de dois níveis: o superior, onde está localizada uma só moenda e onde o moleiro trabalha, e o inferior, o cabouco, onde está o rodízio, junto à levada ou ao caudal do rio. A água é orientada através de uma levada, que desce do monte e é conduzida para um dispositivo aproximadamente vertical de acumulação de água (o cubo), construído na maioria das vezes em granito e com forma cilíndrica, permitindo que a água ganhe pressão suficiente, para melhor movimentar o rodízio, e conseqüentemente, aumentar a produtividade. Deste modo, é importante referir os moinhos de consortes, cuja função é o uso da água para rega dos campos.

A utilização destas construções (ver Figura 3) é para consumo próprio, sendo algumas de particulares e outras de consortes, e estes últimos dependem dos dias que cada pessoa dispõe para o uso da água. A sua quantidade varia com o maior ou menor número de pessoas dos lugares e com a dinâmica da atividade agrícola. Paralelamente aos acessos existentes permanecem os açudes e as levadas, de caudal rápido e pouco volumoso, mas indispensáveis ao funcionamento dos moinhos. As condições dos terrenos declivosos em Aboim da Nóbrega (setor norte do município) consentem a instalação de moinhos em cadeia, alimentados por uma levada, sendo estes em maior número do que os moinhos instalados em açudes.

Figura 3 – Exemplos de um moinho de Vila Verde



Fonte:

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.959292950788440.1073741969.149065925144484&type=3>
(Acedido em 15/12/2015).

No rés-do-chão do moinho existe uma plataforma em alvenaria, com cerca de 80 centímetros de altura, onde estão assentes os mecanismos indispensáveis ao funcionamento do moinho (Quadro 3).

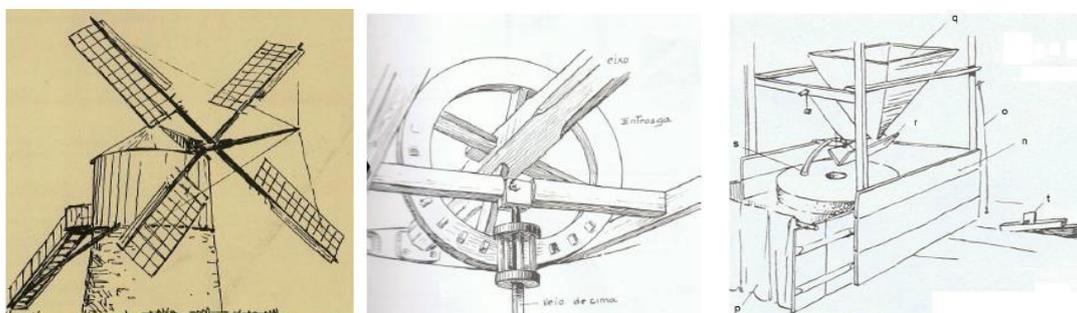
Quadro 3 – Mecanismos elementares ao funcionamento dos moinhos

Mecanismos	Descrição
Mós	A mó fixa é a que está assente na plataforma e é convexa, a mó giratória fica por cima e é ligeiramente côncava.
Moega	É uma caixa de madeira, em forma de funil retangular onde é deitado o cereal. Pelo fundo do orifício cai o cereal a moer e cai na quelha.
Caleira ou quelha	É em madeira e tem um sistema de suspensão ligado à moega. É nela que vão cair os grãos vindos do orifício da moega, os quais perante a vibração que lhe transmite o chamadouro, vão deslizando para a frente até cair no olho da mó giratória.
Chamadouro	É um pedaço de madeira, geralmente de carvalho, onde depois a meio lhe é feita uma cavidade para encaixe da ponta de um outro pau formando uma peça semelhante à figura de um “T”.

Fonte: Martins e Souto, 2001: 8.

Macedo (2010) defende que, no que diz respeito ao funcionamento de um moinho (Figura 4) este divide-se em três fases distintas: a primeira fase corresponde à captação de energia, em que se capta a energia eólica ou hídrica através das velas ou do rodízio; na segunda ocorre a transformação de energia, que só ocorre nos moinhos de vento, que se baseia em transformar um movimento horizontal num movimento vertical; e na última fase dá-se a produção de energia, em que as mós usam a rotação transmitida pelo eixo para moer.

Figura 4 – Cadeia operatória de um moinho



Fonte: Galhano, 1978:159.

O mesmo autor refere que quanto à força motriz utilizada, os moinhos são classificados como: moinhos a sangue, cuja força motriz é a força humana; atafonas, cuja força motriz são os animais;

moinhos de água/azenhas, cuja força motriz é a água; e moinhos de vento, cuja força motriz é o vento.

3.3 – Notas conclusivas

O património tem a capacidade de representar uma identidade, o que permite que os residentes de um determinado lugar ou quem o visita tenha, inevitavelmente, uma ligação ao passado permitindo ter a consciência da continuidade. O património assume, ainda, a capacidade da diversidade cultural.

No desenvolvimento desta investigação verificámos que a arte de trabalhar nos moinhos tem vindo a perder a sua importância e, conseqüentemente os seus moleiros, em parte justificada pela fraca atração que esta atividade representa para os mais jovens.

Os moinhos foram, em tempos passados, os responsáveis pela moagem de cereais, e em alguns casos de azeite, utilizados, por exemplo, para a confeção de pão. Contudo, com o evoluir das técnicas usadas observou-se um abandono dos moinhos, acabando por cair no esquecimento.

Atualmente, a recuperação do património é, cada vez mais, um elemento importante para o turismo e para a própria economia. Em particular, a recuperação dos moinhos é uma mais-valia, pois pode ser uma solução para o aproveitamento energético, respeitando a natureza.

CAPÍTULO 4

O TURISMO EM PORTUGAL, NA REGIÃO NORTE, NA NUTS III CÁVADO E NO MUNICÍPIO DE VILA VERDE

O presente capítulo relaciona-se com a análise de dados de fontes secundárias, nomeadamente, de dados estatísticos de Portugal, da região Norte, da sub-região do Cávado e do município de Vila Verde sobre o setor do turismo.

4.1 – Evolução de alguns indicadores do turismo

Começando pela capacidade de alojamento, o Quadro 4 representa este indicador para o período de 1999 a 2013. São apresentados dados relativos a Portugal, à Região Norte, ao Cávado e a Vila Verde. Não existe informação publicada para alguns anos referentes ao município de Vila Verde, mas ainda assim consegue-se ter uma leitura representativa da realidade do município. No global, pode-se afirmar que as quatro entidades territoriais estudadas registaram um aumento da capacidade de alojamento, com algumas exceções, nalguns anos, em que os valores desceram. A descida mais acentuada verificou-se na Região Norte de 2009 para 2010 em cerca de 500 alojamentos. Todas as outras não ultrapassam os 100. Estas descidas e algumas verificadas nos quadros posteriores podem justificar-se pela alteração que existiu em 2008 ao Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Quadro 4 – Capacidade de alojamento em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Capacidade de alojamento	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	216 828	28 485	3 997	-
2000	222 958	28 827	3 769	109
2001	228 665	29 523	3 881	-
2002	239 903	31 308	4 237	98
2003	253 927	32 184	4 426	98
2004	263 814	34 631	4 356	98
2005	264 037	35 504	4 528	134
2006	264 747	36 421	4 722	132
2007	273 975	38 817	4 966	130
2008	273 804	38 827	4 958	130
2009	279 506	38 386	4 773	126
2010	289 107	40 156	5 451	126
2011	296 321	41 831	5 212	126
2012	326 187	48 894	5 824	151
2013	342 497	52 105	6 650	185

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

O Quadro 5 permite-nos fazer uma leitura do número de quartos nas quatro entidades em estudo, devendo destacar-se que apenas existem dados para os anos de 2000, 2001 e 2002. Em Portugal, nestes três anos subiu aproximadamente quatro mil quartos. A região Norte apresentou um maior número de quartos em 2001, ainda assim baixou em cerca de mil o número em 2002. A NUTS III Cávado desceu do ano de 2000 para 2001, mas ainda assim em 2002 subiu, se bem que o número não ultrapassou o do primeiro ano em análise. Relativamente ao município de Vila Verde apenas apresenta dados para o ano de 2000, correspondendo a 0,4% do total de quartos da região Norte e a 3% da NUTS III Cávado.

Quadro 5 – Número de quartos em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Quartos	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	95 401	13 764	1 932	-
2000	97 709	13 892	1 790	54
2001	99 120	13 776	1 897	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2002.

No PENT (Horizonte 2013-2015) é assumida uma alteração do perfil do consumidor, o que se relaciona por exemplo com a racionalização do consumo (fruto da crise económica) e uma maior atenção em relação à qualidade/preço. Estes aspetos são importantes para compreender algumas descidas pontuais que ocorreram em alguns indicadores. As mudanças económicas de alguns mercados emissores de turistas podem colocar em causa o turismo, e este fator pode contribuir para melhorar o desempenho dos estabelecimentos, de forma a garantir uma maior competitividade.

O Quadro 6 fornece-nos a evolução dos estabelecimentos entre 1999 e 2013. De uma forma global, e não divergindo dos quadros anteriores e mesmo dos seguintes, o número tem vindo a aumentar.

Quadro 6 – Número de estabelecimentos em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Estabelecimentos	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	1 772	395	57	2
2000	1 786	393	50	2
2001	1 781	392	53	2
2002	1 890	436	60	2
2003	1 954	435	60	2
2004	2 012	450	60	2
2005	2 028	1 750	63	3
2006	2 031	461	66	3
2007	2 041	465	70	3
2008	1 998	450	67	3
2009	2 011	441	63	3
2010	2 019	453	65	3
2011	2 028	463	65	3
2012	3 345	860	102	8
2013	3 578	922	113	9

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

É importante reter que “A instabilidade económica e financeira da Europa – que gera mais de 85% das dormidas internacionais em Portugal – e a evolução do PIB, emprego e rendimento disponível, aconselha, também, maior prudência na projeção dos fluxos turísticos” (MEE, 2012: 2).

Em contrapartida, o meio de alojamento preferido dos residentes foi o “Alojamento gratuito de familiares ou amigos”, “englobando 36,0 milhões de dormidas, o equivalente a 44,9% do total (48,7% em 2014)” (Estatísticas do Turismo, 2015: 5).

Deste modo, percebe-se que entre 2003 e 2007 o número de dormidas por estabelecimento aumentou significativamente (cerca de 30%), conforme se verifica no Quadro 7.

No PENT (Horizonte 2013-2015) ressaltava-se que se pretendia que as dormidas crescessem anualmente 3,1% entre 2011 e 2015, o que é um valor inferior ao que se verificou em anos anteriores. Até 2013, o último ano analisado, comprovou-se que as dormidas cresceram.

Quadro 7 – Dormidas em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Dormidas	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	32 728 061	2 994 353	421 208	-
2000	37 795 123	3 012 673	400 717	5 112
2001	16 643 942	1 936 412	276 578	-
2002	34 208 968	3 262 430	392 744	-
2003	34 140 581	3 330 650	420 412	-
2004	35 520 631	3 438 518	405 264	-
2005	37 566 461	3 844 374	468 566	6 775
2006	39 736 583	4 228 965	509 075	8 841
2007	39 227 938	4 250 764	517 949	8 675
2008	36 457 069	4 269 967	515 714	7 003
2009	37 391 291	4 437 756	470 366	7 776
2010	39 440 315	4 547 011	480 009	7 946
2011	39 681 040	4 541 919	460 585	6 141
2012	43 533 151	5 276 137	497 218	9 617
2013	48 711 366	6 061 742	564 053	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Segundo dados publicados pelo I.N.E. (2014), no mesmo ano, verificou-se que os hóspedes são, sobretudo, residentes em Portugal, com 11,1 milhões de dormidas, correspondendo a 28,3% do total. Em contrapartida, as dormidas de não residentes atingiram 28,1 milhões de dormidas, valor que representou 71,7% das dormidas totais. Relativamente à caracterização da procura, o registo

de hóspedes apresenta-se de forma desigual. É relevante recordar que as experiências vividas proporcionam um aumento do consumo médio do turista.

Quadro 8 – Hóspedes em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Hóspedes	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	9 128 603	1 674 471	214 671	-
2000	9 515 615	1 673 367	214 194	3 016
2001	5 759 092	1 041 064	155 565	-
2002	10 546 892	1 845 700	212 789	-
2003	10 901 968	1 838 017	207 259	-
2004	11 469 314	1 925 667	200 073	-
2005	12 376 941	2 144 033	237 640	3 825
2006	13 336 173	2 373 563	269 520	4 626
2007	13 456 372	2 412 837	288 888	4 720
2008	12 927 907	2 466 818	296 777	4 484
2009	13 537 040	2 545 911	267 422	4 468
2010	13 992 782	2 641 977	276 779	4 245
2011	13 845 419	2 626 472	273 616	3 487
2012	15 209 605	2 996 737	279 173	5 168
2013	17 301 622	3 392 300	322 049	5 751

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

A leitura do Quadro 9 permite-nos conhecer o número médio de noites que os turistas passaram nos estabelecimentos hoteleiros de 1999 a 2013. A tendência geral de Portugal foi de uma diminuição destes números, pois se em 1999 a tendência era para pernoitar quase 4 noites, em 2013 atingiram-se os valores mais baixos, em que a estada média foi de 2,8. Por sua vez, a região Norte manteve um registo quase contante de 1,8 noites. A NUTS III Cávado diminuiu de uma

estada média de 2 noites para 1,8. O município de Vila Verde, apesar de não apresentar dados para todas as datas, tem variado constantemente entre a estada média de 1,6 e 1,9.

Quadro 9 – Estada média (número de noites) em várias entidades territoriais entre 1999 e 2013

Estada média	Portugal	Região Norte	Cávado	Vila Verde
1999	3,6	1,8	2	-
2000	3,6	1,8	1,9	1,7
2001	3,6	1,8	1,8	-
2002	3,2	1,8	1,8	-
2003	3,1	1,8	2	-
2004	3,1	1,8	2	-
2005	3	1,8	2	1,8
2006	3	1,8	1,9	1,9
2007	2,9	1,8	1,8	1,8
2008	2,8	1,7	1,7	1,6
2009	2,8	1,7	1,8	1,7
2010	2,8	1,7	1,7	1,9
2011	2,9	1,7	1,7	1,8
2012	2,9	1,8	1,8	1,9
2013	2,8	1,8	1,8	1,8

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Os principais motivos da realização das viagens dos portugueses foram em 2012 “Lazer, recreio ou férias”, correspondendo a 42,1% do total (I.N.E., 2013). Em 2013 a atividade turística apresentou uma evolução positiva. Também ocorreu um crescimento do Turismo em Espaço Rural entre 2000 e 2007. A principal razão para deslocações foi “Lazer, recreio ou férias” e levou cerca de 2,5 milhões de pessoas a viajar no ano de 2013 (I.N.E., 2014).

As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual de 1999 a 2013 permite-nos conhecer as origens dos turistas que visitam anualmente o nosso país, a região norte, a sub-região do Cávado e o município de Vila Verde. Esta análise vai variando na medida em que ao analisar os países da União Europeia tem de se ter em consideração que o número de países pertencentes foi aumentando ao longo dos anos. Ainda neste aspeto podemos reter o facto de no início se fazer uma abordagem apenas à União Europeia e aos Estados Unidos da América, mas posteriormente se alargar esta análise à África, à América (onde se englobaram os EUA), à Ásia e à Oceânia. Por último, usámos três períodos em termos de análise (1999, 2006 e 2013 – Quadros 11, 12 e 13) e os restantes anos foram remetidos para o Anexo I.

Quadro 10 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, segundo o país de residência habitual, em 1999

1999	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	9 397 225	5 127 075	1 722 221	983 114	815 435	1 753 986	6 892 337	732 514
Região	1 868 295	135 833	261 199	118 421	92 189	60 129	144 731	42 258
Cávado	272 601	20 133	29 445	15 711	17 465	7 847	32 961	3 541
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro 11 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, segundo o país de residência habitual, em 2006

2006	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	12 968 053	3 851 143	3 380 916	1 442 344	1 010 500	1 825 862	7 705 144	652 679
Região	2 470 874	144 410	548 107	179 675	113 905	56 895	155 499	56 045
Cávado	342 629	16 654	50 336	16 639	9 163	7 761	17 517	5 542
Vila Verde	7 980	27	300	233	3	10	93	5

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro 12 – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, em várias entidades territoriais, segundo o país de residência habitual, em 2013

2013	Portugal	EU 28 (excluindo Portugal)	África	América	Ásia	Oceânia
Portugal	7 397 217	7 396 659	161 444	1 265 357	463 850	119 407
Região Norte	1 909 909	1 046 074	22 773	243 347	74 996	23 480
Cávado	227 971	73 616	1 227	13 008	2 262	838
Vila Verde	4 626	1 030	4	65	2	2

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Analisando os dados do Instituto Nacional de Estatística por NUTS III comprova-se que a sub-região do Cávado registou, em 2013, 468 403 dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, ficando, desta forma, em segundo lugar na região Norte, precedida pela sub-região do Grande Porto, havendo seis sub-regiões com valores inferiores. No que concerne à proporção de hóspedes estrangeiros, a NUTS III Cávado apresenta-se em quinto lugar (I.N.E., 2014).

4.2 – O turismo em Vila Verde

Além dos dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte, não existem dados publicados que sejam recolhidos anualmente por parte da autarquia de Vila Verde sobre a atividade turística.

Não obstante, o desenvolvimento do município de Vila Verde está contemplado no Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo em Vila Verde (PIDETUR) para o período de 2011-2018. Este plano tem por objetivo a criação de uma proposta mais estratégica que consolide o turismo no município no prazo de oito anos, sendo o seu início em 2011. Pretende tornar Vila Verde num destino turístico de excelência.

Os princípios deste plano são a sustentabilidade, a transversalidade, a competitividade, a ética e o benefício para a comunidade local. A principal linha de orientação estratégica do turismo no município é “Posicionar Vila Verde como um destino diferenciador, capaz de responder às tendências turísticas internacionais e ser referência no turismo interno e externo como um território de excelência, único, singular e autêntico” (PIDETUR, 2010: 13).

Num plano prioritário e mais específico existe o Plano de Excelência Turística de Vila Verde (2011-2013), enquadrando-se num plano operacional, que permite ir desenvolvendo ações de consolidação para que o mercado reconheça o objetivo principal, que é o da excelência turística.

Com o 'Destino Vila Verde' quer-se desenvolver o capital turístico, quer o material como o imaterial. Pretende-se que os *stakeholders* conheçam Vila Verde pela sua certificação de excelência. A implementação dos projetos, medidas ou ações relaciona-se com o seu contributo na construção do destino.

Segundo o PIDETUR, em 2009, os turistas nacionais eram os mais representativos no município de Vila Verde, correspondendo a 86,9% do total de turistas alojados nos estabelecimentos hoteleiros, num total de 6113 dormidas. Relativamente aos turistas estrangeiros predominam os provenientes de Espanha (9% das dormidas), seguindo-se os turistas franceses, italianos, americanos, alemães, holandeses e ingleses, para os quais não é disponibilizado, infelizmente, o seu contributo. A estada média no município foi de 1,6 dias. Também em 2009, existiam 309 camas distribuídas por 22 unidades de alojamento. No que concerne à restauração, o município possui 62 estabelecimentos licenciados.

Este Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo definiu três obras que permitem uma maior modernidade para o município de Vila Verde, sendo elas a Casa do Conhecimento, a Loja Interativa do Turismo e as obras na sede da Aliança Artesanal. Neste seguimento é importante referir que estas três obras já estão realizadas. As duas primeiras foram obras realizadas de raiz (ver Figura 5) e relativamente à sede da Aliança Artesanal tratou-se de uma obra de modernização.

Na nossa perspetiva um dos objetivos estratégicos mais importantes, relacionado com o tema da presente investigação, é melhorar a experiência do visitante e do turista e a comunicação com os residentes, que se pretende que se traduza num aumento da repetição da visita ao município e a recomendação da mesma.

Por sua vez, o Plano de Excelência Turística tem como principais valores o território/destino, a identidade, a singularidade e a autenticidade. No que concerne aos objetivos estes traduzem-se em mais visitantes, num maior gasto médio a nível económico do visitante e numa maior estada média.

Figura 5 – Casa do Conhecimento e Loja Interativa do Turismo de Vila Verde



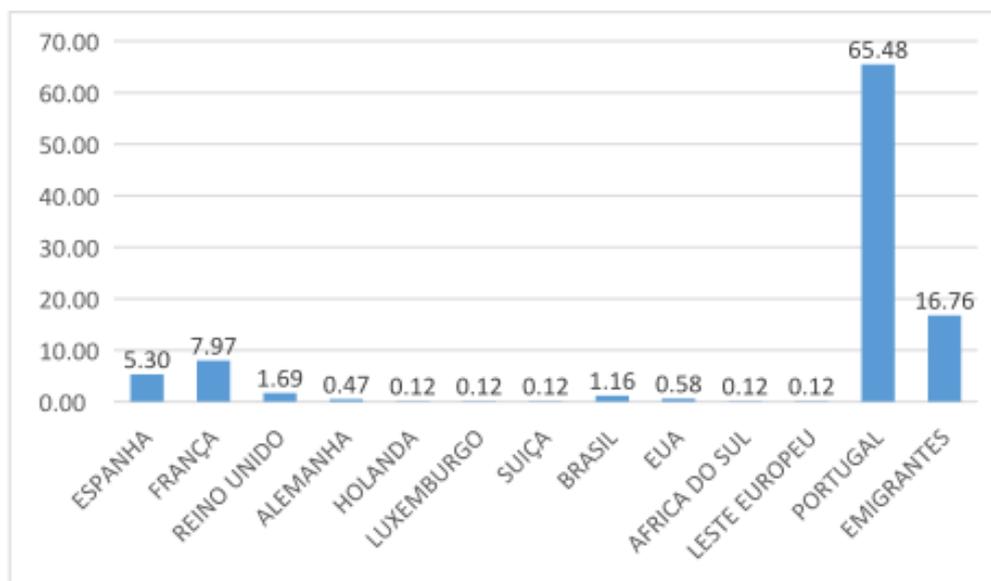
Fonte: fotos tiradas pela autora em 23/01/2017.

Segundo dados concedidos pelo técnico do turismo da câmara municipal (Dr. Manuel Brito), em dezembro de 2016, existiam em Vila Verde três estabelecimentos hoteleiros (de 2, 3 e 5 estrelas), quinze empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, um parque de campismo e oito estabelecimentos de alojamento local, correspondendo a um total de vinte e sete empreendimentos turísticos.

A Síntese de Resultados Estatísticos de 2015 (Costa, 2016) assume que o município de Vila Verde tem aumentado a sua capacidade de atrair visitantes. Foi em 2014 com 2094 visitantes que se verificou uma maior afluência de visitantes, sendo importante destacar que estes números são relativos à Loja Interativa de Turismo, como se pode verificar na Figura 5.

Os turistas que procuram a Loja Interativa fazem-no no âmbito da aquisição de informação e de material promocional, como é exemplo do mapa turístico do município. O mercado nacional prevalece no número de visitas à Loja Interativa (65,48% do total). Nos visitantes estrangeiros predominam os franceses (7,97%), seguido dos visitantes espanhóis (Figura 6).

Figura 6 – Visitas à Loja Interativa de Turismo do município, em 2015, segundo o país de origem (em %)



Fonte: Síntese de Resultados Estatísticos 2015 (2016: 3).

O turismo mundial sofre, inevitavelmente, com a sazonalidade. Desta forma, os meses com maior afluência de visitas no município são, em primeiro lugar, o mês de agosto e em segundo o mês de fevereiro, podendo se justificar por o mês de agosto ser aquele em que mais pessoas têm acesso a um período de férias e outro elemento importante é o evento ‘Fevereiro: Mês do Romance’ se realizar no mês de fevereiro. Os meses com menos visitas são Abril e Dezembro.

Associando a procura com as motivações do turista, e relacionando estas motivações com os produtos estratégicos do PENT, sobressai o *Touring Cultural* e Paisagístico (30,62% da procura), seguindo-se o Turismo de Natureza (2,56%).

Na Síntese de Resultados Estatísticos – 2015, de Vila Verde é afirmado que segundo o INE, o número de hóspedes nos empreendimentos turísticos tem aumentado de forma gradual. As dormidas no município também têm aumentado desde 2012.

4.3 – Notas conclusivas

A procura de destinos turísticos tem sofrido alterações nos últimos catorze anos, fruto da conjuntura existente e da mudança do perfil do consumidor. Desta forma verifica-se uma maior racionalização do consumo e a conseqüente prudência no momento da compra. O setor do turismo registou um decréscimo, mas nos últimos anos está a inverter-se essa tendência,

crescendo e ajudando o turismo a crescer de forma sustentável. Para que esta tendência de aumento continue a verificar-se pretende-se que se continue também a apostar na inovação e diferenciação dos produtos e serviços turísticos.

O relacionamento entre os diferentes atores turísticos tem sido transformado pelas redes sociais e pelas aplicações móveis, revelando-se um aspeto inovador. Pretende-se que Portugal cresça alinhado, em termos turísticos, com os princípios do desenvolvimento sustentável, nunca esquecendo a qualidade e a competitividade.

Vila Verde apresenta resultados positivos na análise de alguns indicadores turísticos de 1999 a 2013. Na globalidade podemos afirmar que os números do município aumentaram de forma positiva. O número de dormidas é um aspeto relevante, tendo aumentado significativamente, revelando alguma vitalidade no município. Na concretização deste capítulo deparamo-nos com o problema da falta de dados para alguns indicadores turísticos, assim como para alguns anos em específico, o que dificultou a nossa análise.

O 'Destino Portugal' deve apresentar-se com experiências únicas permitindo que os turistas fiquem satisfeitos e que recomendem o país e as diferentes regiões e sub-regiões que o constituem.

CAPÍTULO 5

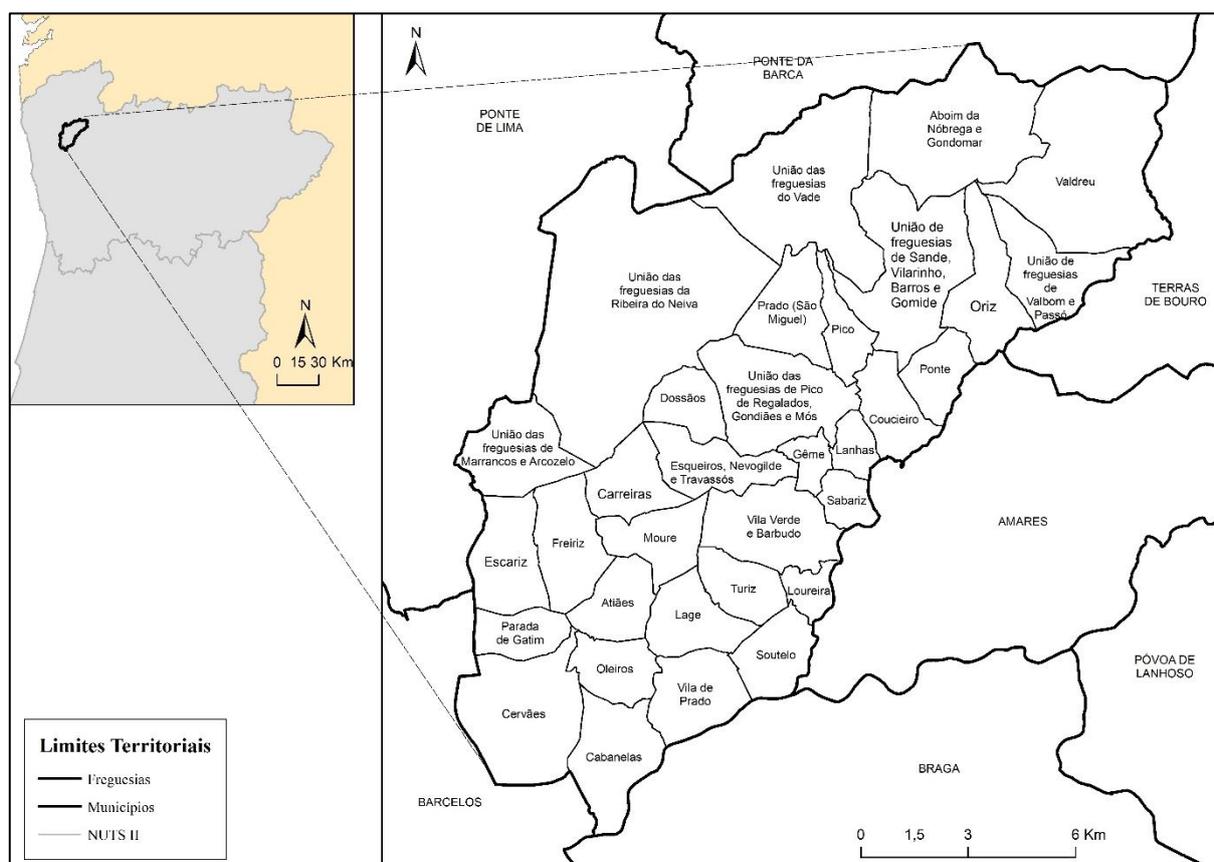
VILA VERDE: UM MUNICÍPIO COM POTENCIALIDADES?

O capítulo cinco inicia a abordagem mais prática da presente dissertação, começando pela análise mais detalhada do município de Vila Verde, que é o cerne da implementação da rota dos moinhos. Este capítulo examina o município na vertente física e na humana, em particular na componente demográfica e na socioeconómica.

5.1 – Enquadramento do município

Vila Verde é um município do distrito de Braga que pertence à sub-região do Cávado. Atualmente está subdividido em trinta e três freguesias (ver Figura 7). A norte é limitado pelo município de Ponte da Barca, a este por Terras de Bouro, a sudeste por Amares, a sul por Braga, a oeste por Barcelos e a noroeste por Ponte de Lima. A sua área é de 230 km² e a população era, de acordo com os último censo da população de 2011, de 47.888 habitantes (I.N.E., 2012), sendo que desde 1864 até à atualidade tem visto a sua população aumentar gradualmente.

Figura 7 – Enquadramento geográfico de Vila Verde



Fonte: elaboração própria com base na CAOP 2014.

Segundo Durand (2004), o município apresenta feições agrícolas, sendo que para a sua fertilização contribuem os muitos cursos de água que o atravessam em várias direções. Segundo o *site* da Câmara Municipal de Vila Verde (www.cm-vilaverde.pt) existem numerosos montes e outeiros de média altitude espalhados um pouco por todo o município. As atividades agrícola e pecuária são as que mais se destacam na economia local. O vinho verde é o produto que merece maior destaque, sendo que as terras férteis apresentam características favoráveis ao seu cultivo. No que se refere à atividade industrial esta é residual, mas tem produção do mais variado artesanato.

Relativamente ao património edificado destaca-se o Museu Terras de Regalados, que reúne o espólio de arte sacra da paróquia da Vila de Pico de Regalados, a igreja de Coucieiro, datada do século XII com características românicas (ver Figura 8), o Santuário de Nossa Senhora do Alívio, o Museu do Linho, onde se observam vários instrumentos de trabalho e peças elaboradas em linho, e os Caminhos de Santiago.

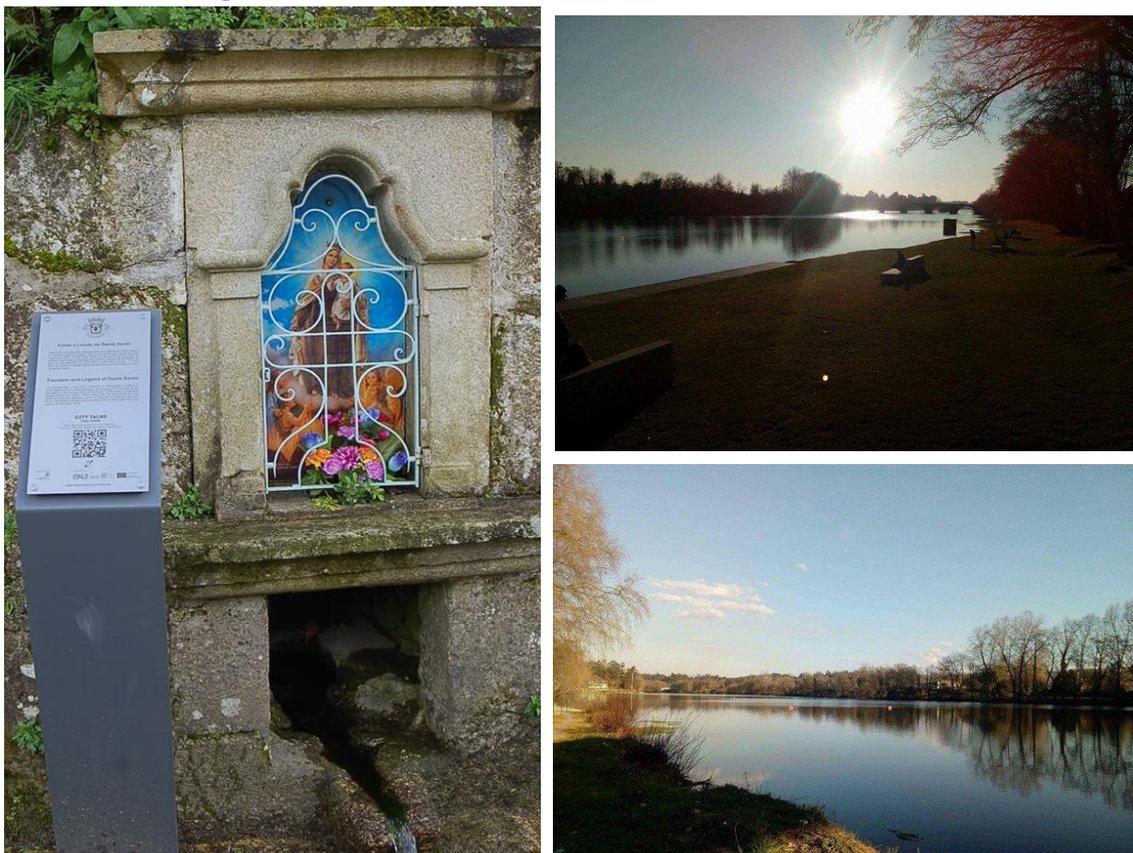
Figura 8 – Museu Terras de Regalados e Igreja de Coucieiro do século XII



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em 16/01/2017.

Em termos de património imaterial, os Lenços dos Namorados são o *ex-libris* do município (www.cm-vilaverde.pt). Vila Verde possui um vasto património, que se traduz em vários aspetos, destacando-se as paisagens verdejantes, os rios, a gastronomia tradicional (*e.g.*, o pudim Abade de Priscos) e o artesanato. O património natural proporciona inúmeras atividades de lazer. Os rios Cávado e Homem são os principais rios que atravessam o município, e proporcionam atividades diversas, destacando-se a canoagem e a pesca desportiva. No património natural há para visita as áreas ribeirinhas do município, a praia fluvial do Faial na Vila de Prado e em Aboim da Nóbrega destaca-se o Fojo do Lobo (onde existe um percurso pedestre), a fonte de Dente Santo, Mixões da Serra, a Casa da Pequenina e as Cabanas.

Figura 9 – Fonte de Dente Santo e Praia Fluvial da Vila de Prado



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em 25/01/2017.

5.2 – Caracterização física

A caracterização física é importante para compreendermos os aspetos relacionados com a rota dos moinhos, que se localiza na parte norte do município.

É diversificada e diferenciada a ocupação do solo no município. Contudo, há predominância de alguns elementos. As culturas anuais de regadio, as culturas anuais associadas às culturas permanentes, os matos e as florestas representam ocupações que se realçam. Todavia, também se verifica a existência de um tecido urbano descontínuo (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007).

Por último, e não menos importante, importa abordar a rede hidrográfica do município. Esta não é muito densa, mas ainda assim predominam dois importantes rios, o rio Cávado (que desagua no Oceano Atlântico junto a Esposende) e o rio Homem (afluente da margem direita do rio Cávado), que apresentam excelentes praias fluviais nas suas margens (praia fluvial do Faial e praia fluvial da Malheira, respetivamente), gozando também de boas condições para a prática de canoagem e de pesca desportiva. No verão de 2016 foi realizada na praia fluvial do Faial, a Taça do Mundo de

Canoagem e já em 2013 esta praia fluvial se destacou por ser palco do Campeonato Europeu de Canoagem e também em 2018 voltará a ter destaque com o Campeonato do Mundo de Canoagem.

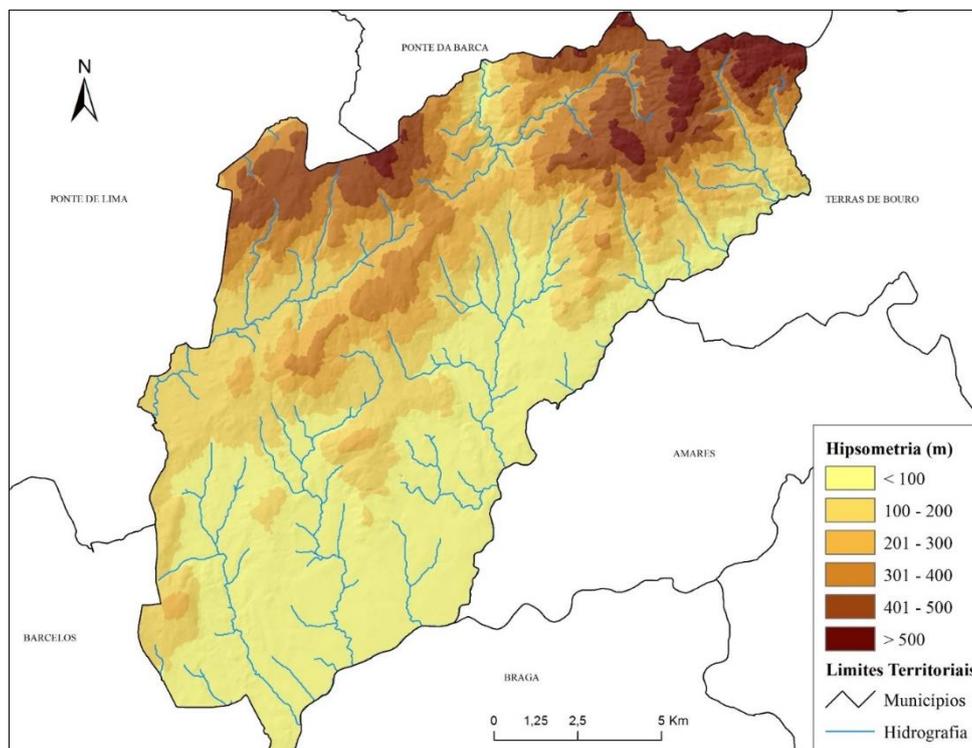
5.2.1 – Hipsometria

A Figura 10 representa a altimetria do município de Vila Verde. A altimetria foi elaborada usando seis classes: a primeira classe inferior a 100 metros, a segunda de 100 a 200 metros, a terceira de 201 a 300 metros, a quarta de 301 a 400 metros, a quinta de 401 a 500 metros e a última classe de altitudes superiores a 500 metros.

Desta forma, percebe-se que as áreas com maior altitude se localizam essencialmente na parte norte do município e as de menor altitude estão na sua parte sul. No norte do município predominam as altitudes superiores a 100 metros e no sul a grande maioria é de altitude inferior a 100 metros (áreas aplanadas).

Em forma de conclusão, pode-se afirmar que o sul de Vila Verde é uma área com relevo pouco acidentado, enquanto a parte norte se caracteriza, na sua maioria, por áreas mais montanhosas, existindo no município encostas mais declivosas e vales fechados, mas também se verificam vales abertos e aplanados.

Figura 10 – Mapa hipsométrico de Vila Verde



Fonte: elaboração própria com base na CAOP 2014 e no Atlas do Ambiente.

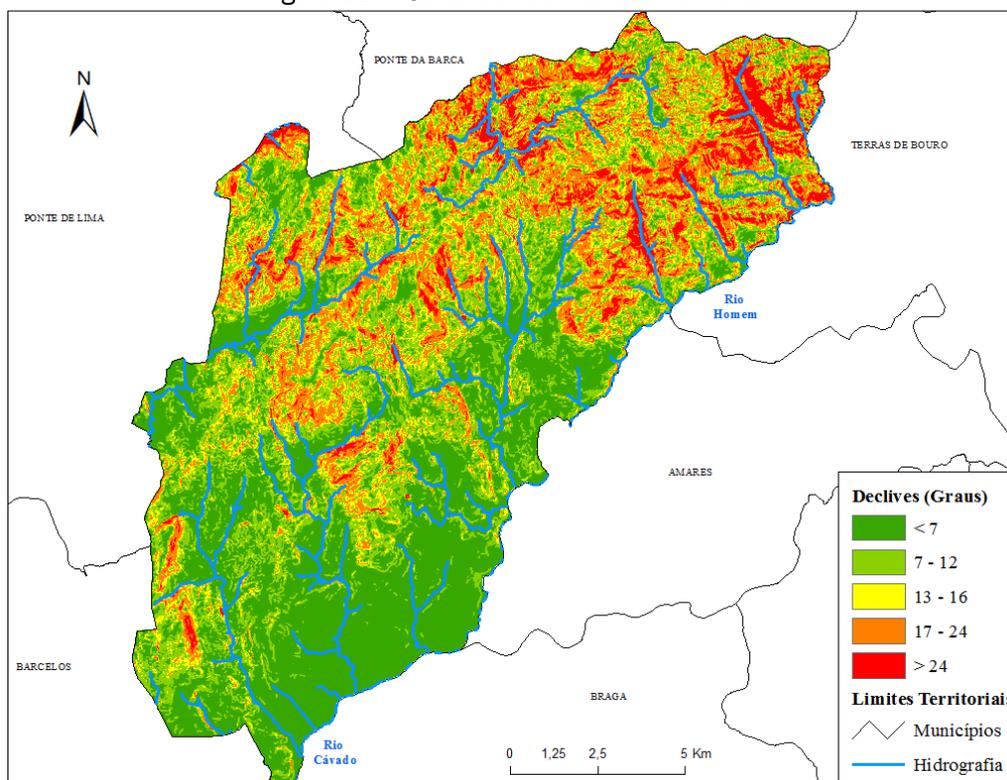
Estas características permitem-nos concluir que o norte de Vila Verde é mais propício à realização de percursos turísticos, uma vez que os que existem também se localizam naquela área (Trilho do Fojo do Lobo e Trilho da Nóbrega – percurso pedestre, Trilho do Vade – percurso equestre, Rota de Mixões da Serra – percurso ciclo turístico), exceto um que é o Percurso da Caminhada de S.Paio em Vila Verde (centro do município). Relativamente aos moinhos as áreas mais montanhosas fazem com que a água seja conduzida com maior pressão permitindo que estes trabalhem melhor e que tenham maior produção.

5.2.2 – Declives

O declive representa a inclinação da superfície topográfica relativamente a um plano horizontal. A distribuição de declives no município não tem uma distribuição homogénea (Figura 11). Os processos erosivos e as formações geológicas que afloram em Vila Verde contribuem para esta distribuição desigual.

Para a elaboração da respetiva carta de declives (Figura 7), teve-se por base o Modelo Digital do Terreno (dando conta da altimetria) e definiram-se cinco classes: inferior a 7%, entre 7 e 12%, entre 13 e 16%, entre 17 e 24% e por último, superior a 24%.

Figura 11 – Carta de declives de Vila Verde



Fonte: elaboração própria com base na CAOP 2014 e no Atlas do Ambiente.

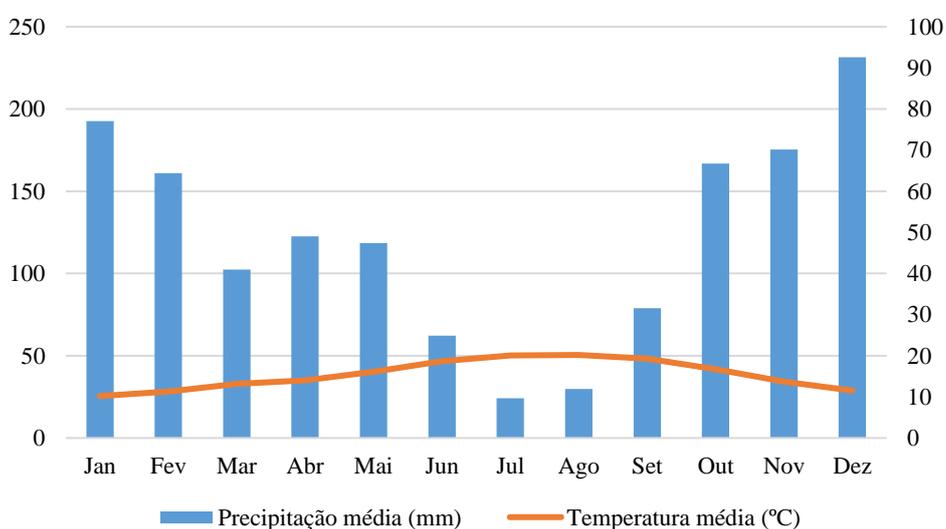
A parte norte do município sobressai relativamente à parte sul, uma vez que apresenta declives mais acentuados, especialmente declives superiores a 17%. Por outro lado, o sul municipal apresenta declives mais reduzidos, inferiores a 12%. Observam-se ainda pequenas manchas de declives entre 13 e 16% na parte sudoeste de Vila Verde.

5.2.3 – Exposições e clima

A precipitação e a temperatura média mensal do distrito de Braga permite-nos saber o melhor período para se realizar a rota dos moinhos, sem que esta seja condicionada pela precipitação intensa ou pelas temperaturas mais elevadas.

Numa análise detalhada à Figura 12 consegue-se perceber que os meses em que a precipitação é mais intensa são os meses de dezembro e janeiro, respetivamente. Posteriormente verifica-se que também ocorre grande intensidade de precipitação em outubro, novembro e fevereiro. Claramente diferenciados, pela quantidade de precipitação, verificam-se os meses de julho e agosto. Como é expectável, os meses em que existe maior quantidade de precipitação são os meses do outono e inverno e os meses com menor precipitação são os meses da primavera e do verão.

Figura 12 - Temperatura média e precipitação média mensal do distrito de Braga



Fonte: elaboração própria com base em dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

No que diz respeito à temperatura média anual registada os valores exibem-se de forma mais uniforme, não se registando grandes discrepâncias, como se verifica na precipitação. Os meses de julho e agosto são caracterizados por serem os meses com temperaturas mais elevadas. Em contrapartida, os meses de janeiro e dezembro são os que assinalam temperaturas mais baixas.

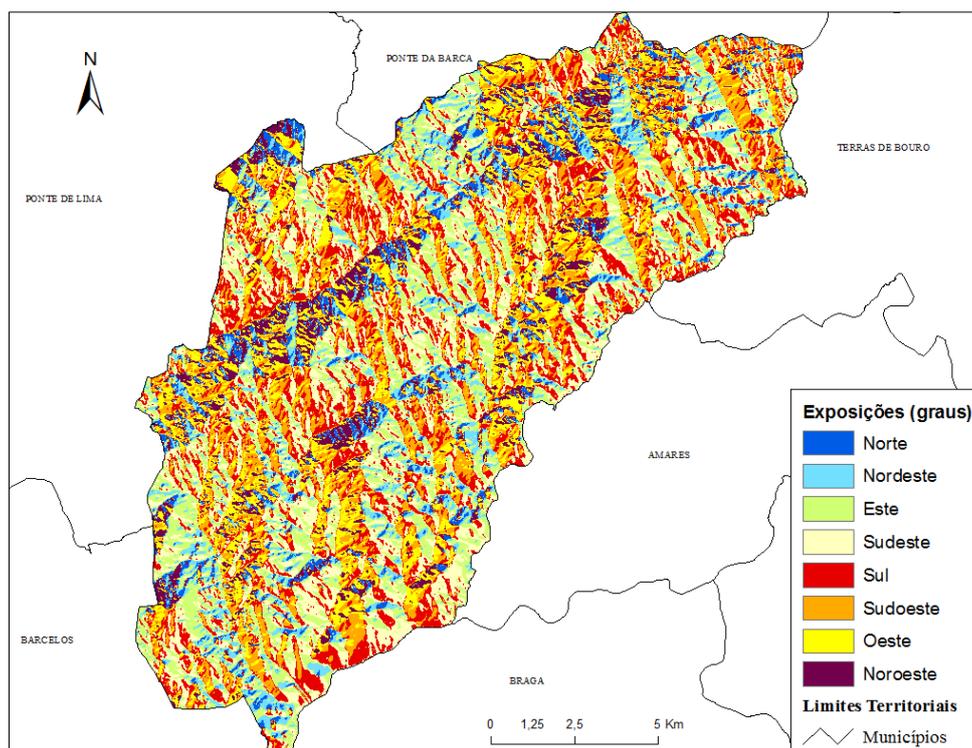
De forma geral, a temperatura média é mais alta nos meses em que existe menor precipitação e vice-versa. A temperatura máxima ronda os 20°C e a temperatura mínima não decresce dos 10°C.

Relativamente ao município de Vila Verde o seu clima é essencialmente quente e seco no verão e frio e húmido no inverno.

A carta de exposição de vertentes (Figura 13) apresenta o maior ou menor grau de insolação face à orientação das vertentes. Na área mais a norte do município, caracterizada por ser um vale encaixado, o rio Vade, com a direção ENE-WSW, apresenta vertentes mais sombrias. O rio Cávado, mais a sul do município faz com que as vertentes sejam mais voltadas a Oeste, Sudoeste, Norte, e Nordeste. As áreas do município que apresentam uma percentagem de vertentes voltadas para Norte, só recebem radiação direta quando a altura do sol é superior ao declive da vertente, sendo, por isso, vertentes com pouca insolação e, conseqüentemente, vertentes húmidas.

O território municipal expõe maiores exposições a oeste, sudoeste e sul, o que proporciona a prática de atividades turísticas, devido a um clima mais favorável.

Figura 13 – Carta de exposições de Vila Verde



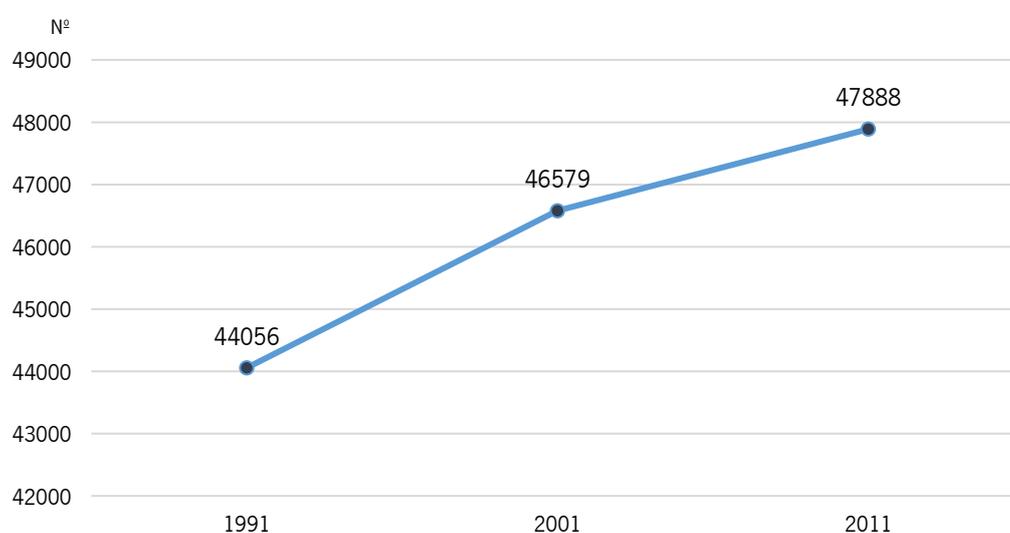
Fonte: elaboração própria com base na CAOP 2014.

5.3 – Caraterização demográfica

5.3.1 – Evolução da população

A Figura 14 permite-nos observar a evolução da população residente no município de Vila Verde. Desta forma, consegue-se perceber que de 1991 até ao último censo, a população tem aumentado, com uma variação de 9% entre 1991 e 2011. Esta evolução pode ser explicada pelo aumento, ainda que pouco significativo, da natalidade, a qual tem apoios por parte da câmara municipal.

Figura 14 – Evolução da população residente no município de Vila Verde entre 1991 e 2011



Fonte: elaboração própria com base em dados dos censos da população de 1991, 2001 e 2011.

5.3.2 – Estrutura etária da população

Uma pirâmide etária permite-nos analisar a distribuição da população por idades e sexo salientando a Figura 15 a pirâmide de Vila Verde em 2011.

Predominava em 2011 o grupo etário 35-39 anos e o grupo menos representativo era o de 85 e mais anos. A proporção de adultos tem variado pouco comparativamente com a de outros grupos etários.

A classe etária dos 20-24 anos é considerada uma classe oca, pois é menor do que a classe etária dos 25-29 anos.

Pode-se classificar, igualmente, relativamente à sua forma, a pirâmide como possuindo uma população envelhecida, caracterizada pela área central mais larga do que a base. Indica, ainda, um

município com uma quebra na taxa de natalidade, uma vez que os casamentos são mais tardios e a mulher assume grande importância no mercado de trabalho.

Figura 15 – Pirâmide etária do município de Vila Verde em 2011



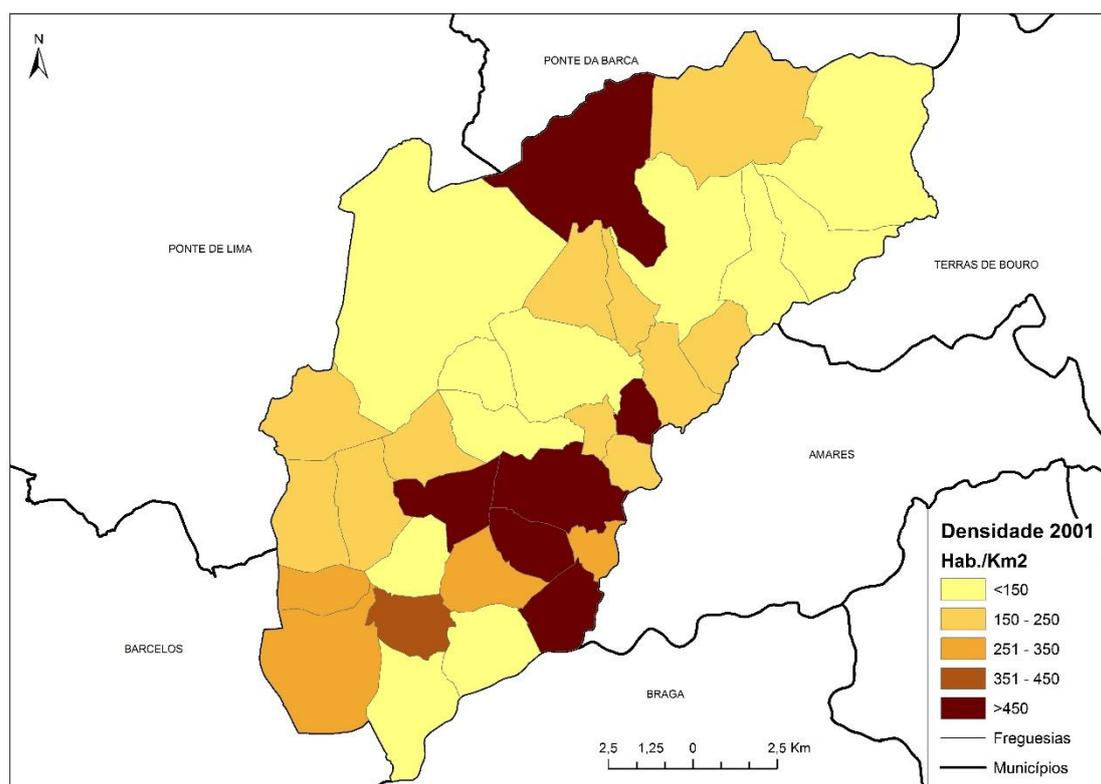
Fonte: elaboração própria com base em dados do censo da população (2011).

De forma sintética, a pirâmide demonstra um aumento da esperança média de vida. A diferença entre os sexos não é visível, pois representam valores muito semelhantes. A população está a caminhar para uma população envelhecida.

5.3.3 – Densidade populacional

A Figura 16 permite-nos analisar a densidade populacional, que se expressa pela relação entre a população residente e a superfície do território, expressando-se em habitantes por quilómetro quadrado. É notória a desigual distribuição da população no município. Ainda assim, as freguesias com maior densidade populacional são as freguesias do Vade, de Lanhas, de Vila Verde e Barbudo, de Turiz, de Moure e de Soutelo.

Figura 16 – Densidade populacional de Vila Verde em 2011



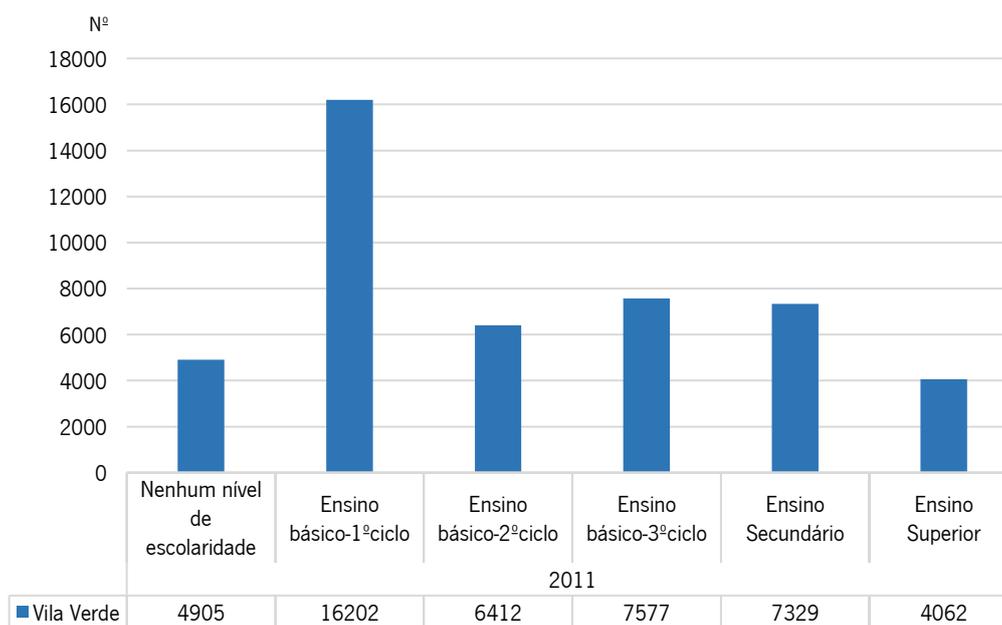
Fonte: elaboração própria com base em dados do censo da população (2011).

5.3.4 – Escolaridade

A Figura 17 mostra a realidade do município de Vila Verde em 2011 no que concerne ao nível de escolaridade. Assim sendo, ocorreu uma melhoria do nível de escolaridade do ano de 2001 para 2011 afigurando-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento do município.

Esta inversão ficou a dever-se ao aumento das oportunidades de prossecução e conclusão de níveis de escolaridade, com o surgimento das “Novas Oportunidades”, através da criação dos Centros Novas Oportunidades, em 2008, até aos atuais Centros Qualifica, sob a gestão da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional.

Figura 17 – Nível de escolaridade da população de Vila Verde em 2011



Fonte: elaboração própria com base em dados do censo da população de 2011.

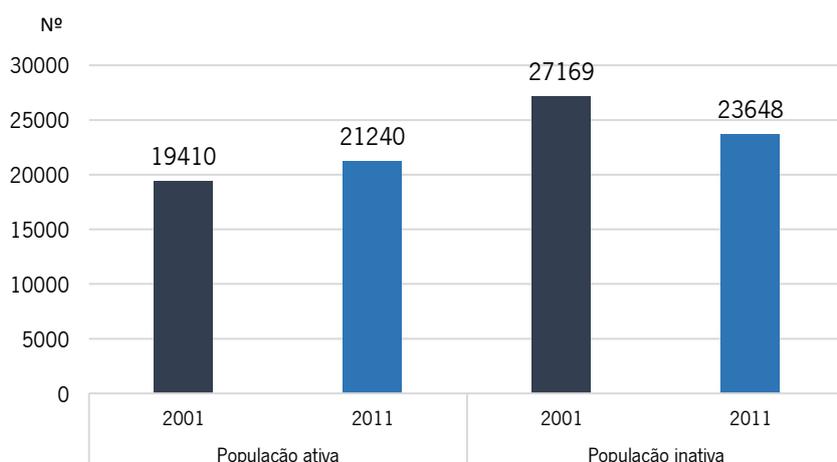
5.4 – Caracterização socioeconómica

5.4.1 – População ativa e inativa

A população ativa é um indicador de caráter económico-demográfico, que engloba o número de habitantes que exercem uma atividade remunerada, os desempregados e os indivíduos do serviço militar obrigatório. A população inativa é aquela em que os indivíduos não são considerados economicamente ativos (estudantes, domésticos, inválidos e indivíduos com menos de 15 anos).

A população ativa no município de Vila Verde (Figura 18) subiu significativamente de 2001 para 2011 (de 19410 para 21240 indivíduos), enquanto a população inativa desceu (de 27169 para 23648 indivíduos) nos dois períodos de estudo.

Figura 18 – População ativa e população inativa de Vila Verde em 2001 e 2011

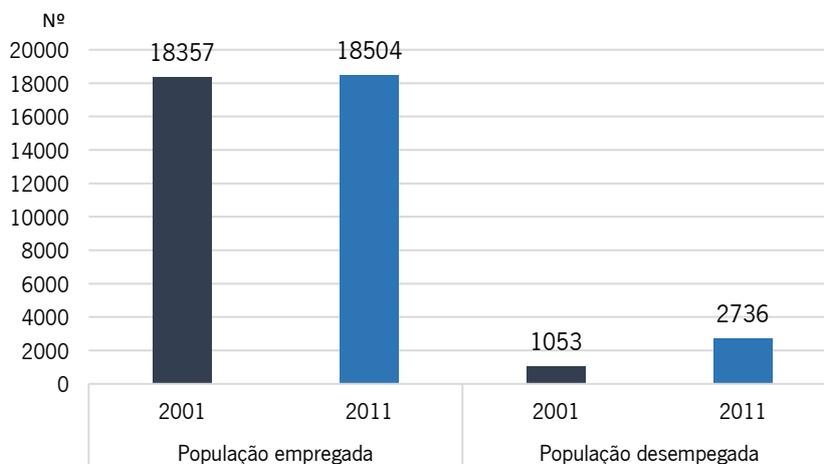


Fonte: elaboração própria com base em dados dos censos da população de 2001 e de 2011.

A população empregada é a que tem 15 ou mais anos que exerce uma atividade economicamente remunerada, ou que faz formação profissional, assim como os militares de carreira. A população desempregada é aquela que também tem 15 ou mais anos e que no momento da inquirição se encontra sem uma atividade económica remunerada.

Em Vila Verde (Figura 19), a população empregada subiu, de 2001 para 2011, em cerca de 150 pessoas, o que revela alguma vitalidade no município. Em contrapartida, a população desempregada também subiu de forma mais acentuada, tendo em consideração que de um período de estudo para o outro, 1500 pessoas ficaram desempregadas. Este elemento negativo é fruto da crise económica, que já nessa altura se fazia sentir e que se foi acentuado.

Figura 19 – População empregada e desempregada de Vila Verde em 2001 e 2011



Fonte: elaboração própria com base em dados dos censos da população de 2001 e de 2011.

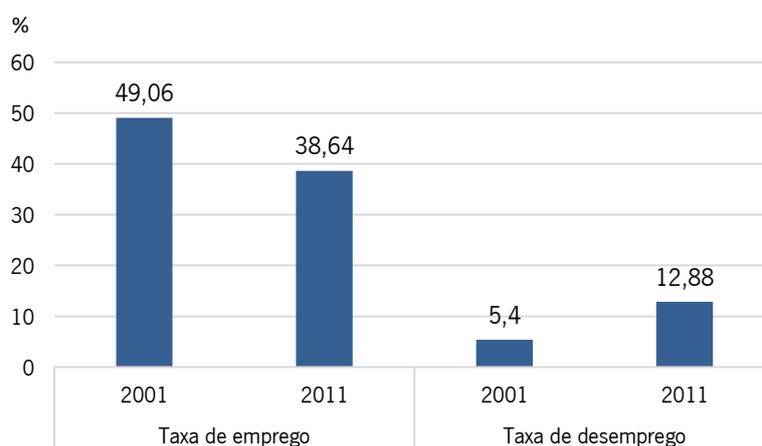
5.4.2 – Taxa de atividade, de emprego e de desemprego

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada cem habitantes. Os ativos de Vila Verde, por cada cem habitantes, aumentaram de 2001 para 2011, aumentando 2,85 pontos percentuais, de 41,6% para 44,35%.

A taxa de desemprego é a percentagem de desempregados na população ativa. Por sua vez, a taxa de emprego assume-se como a relação entre a população empregada e a população economicamente ativa.

No que concerne à taxa de emprego em Vila Verde (Figura 20) esta decresceu mais de 10 pontos percentuais, o que são valores bastante representativos. Relativamente à taxa de desemprego os valores decresceram (cerca de 1%), evidenciando um fator positivo.

Figura 20 – Taxa de emprego e taxa de desemprego de Vila Verde em 2001 e 2011

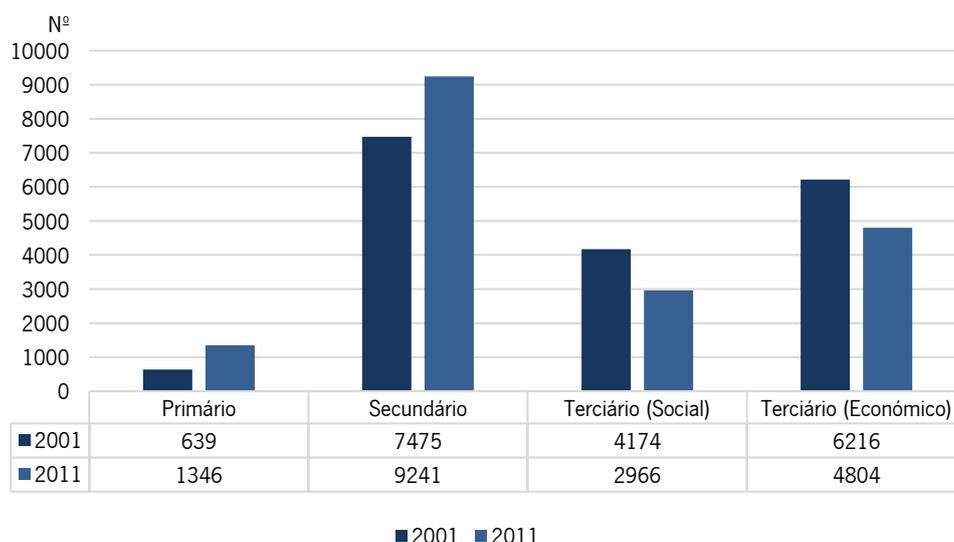


Fonte: elaboração própria com base em dados dos censos da população de 2001 e de 2011.

5.4.3 – População por setor de atividade económica

No que diz respeito à população por setor de atividade económica (Figura 21), em Vila Verde, quer em 2001 como em 2011, predomina o setor secundário, registando um aumento de um ano para o outro. Seguidamente, o setor terciário é o que regista um maior contributo, sendo que neste setor sobressai o terciário económico, com cerca de mais duas mil pessoas nos dois períodos de estudo. O setor primário é aquele que regista um menor número de pessoas a trabalhar. Ainda assim, em 2001 apresentava 639 pessoas, e em 2011 esse número subiu para 1346 pessoas.

Figura 21 – População por setor de atividade económica de Vila Verde em 2001 e 2011



Fonte: elaboração própria com base em dados dos censos da população de 2001 e de 2011.

Concluindo, o aumento do setor secundário e do terciário fica a dever-se ao desenvolvimento das infraestruturas e afins do município de Vila Verde e do distrito de Braga, como é exemplo o Parque Industrial de Gême e de Oleiros. O aumento do setor primário, se outrora era justificado pela ruralidade e falta de escolaridade, na atualidade poderá continuar a evidenciar alguma vitalidade, talvez como resultado do aproveitamento dos apoios da União Europeia ao desenvolvimento e crescimento da agricultura.

5.4.4 – População empregada segundo o ramo de atividade económica

No Quadro 13 é possível verificar a população empregada no município, em 2001, por atividade económica. Dessa forma, a atividade económica que mais se destaca no município é a ‘indústria transformadora’ e a ‘construção’, com mais de 4000 pessoas. Com aproximadamente 3000 pessoas aparece o ‘comércio por grosso e a retalho; e a reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico’. O que menos se destaca é a ‘pesca’ e os ‘organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais’ sem ocorrência no município. Relativamente aos serviços ligados ao turismo pode-se destacar o ‘alojamento e restauração (restaurantes e similares)’ com 939 pessoas empregadas.

Quadro 13 – População empregada por atividade económica em Vila Verde em 2001

Atividade económica	2001
	Vila Verde
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1346
Pesca	0
Indústrias extrativas	106
Indústrias transformadoras	4657
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	115
Construção	4363
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	2963
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	939
Transportes, armazenagem e comunicações	237
Atividades financeiras	111
Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	464
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	863
Educação	910
Saúde e ação social	505
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	308
Atividades das famílias com empregados domésticos e atividades de produção das famílias para uso próprio	386
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0

Fonte: elaboração própria com base em dados do censo da população de 2001.

No ano de 2011, no município mantiveram-se as mesmas atividades económicas (Quadro 14), sendo importante destacar o facto de ter ocorrido um decréscimo de cerca de 1000 pessoas em cada atividade económica predominante.

Em síntese, é importante referir que de 2001 para 2011 ocorreu uma revisão das atividades económicas, pois algumas passaram a englobar-se noutras, daí a justificação de alguns decréscimos sucedidos. Exemplo disso é a ‘pesca’ que em 2001 se encontrava individualizada e em 2011 passou a estar agrupada em ‘agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca’. No que diz respeito às atividades ligadas ao turismo, mais uma vez, se pode destacar o ‘alojamento, restauração e similares’ com 1207 pessoas, tendo aumento de 2001 para 2011.

Quadro 14 – População empregada por atividade económica em Vila Verde em 2011

Atividade económica	2011
	Vila Verde
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	639
Indústrias extrativas	63
Indústrias transformadoras	3447
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	125
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	72
Construção	3768
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3260
Transportes e armazenagem	377
Alojamento, restauração e similares	1207
Atividades de informação e de comunicação	156
Atividades financeiras e de seguros	174
Atividades imobiliárias	100
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	431
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	476
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	906
Educação	1334
Atividades de saúde humana e apoio social	1043
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	91
Outras atividades de serviços	352
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	482
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1

Fonte: elaboração própria com base em dados do Censo da População de 2011.

5.5 – Notas Conclusivas

Os aspetos salientados neste capítulo são relevantes para se compreender de que forma se pode desenvolver a atividade turística.

Um dos critérios para a tipologia das áreas urbanas é a relação entre a população residente e a área total da freguesia. Assim sendo, segundo esta classificação, o município apresenta-se como um território de transição entre o rural e o urbano.

A amplitude térmica do município é reduzida, revelando que não existem diferenças significativas entre a temperatura máxima e a temperatura mínima, proporcionando um clima ameno, o que se torna importante para a realização de percursos pedestres e, neste caso mais específico, para a execução da rota dos moinhos.

Vila Verde tem visto a sua população aumentar desde 1991 e a população predominante no município é a população mais jovem.

A autarquia apoia a criação de empreendimentos turísticos, o que favorece os agentes desta atividade, que podem ver a sua atividade facilitada. Por sua vez, o município também tem a oportunidade de se desenvolver económica e socialmente.

O município apresenta várias potencialidades para o desenvolvimento do turismo, como é exemplo as águas límpidas dos rios e as paisagens presentes em Vila Verde. Várias são as outras potencialidades capazes de atrair turistas. Para o sucesso do produto turístico é preciso criar e desenvolver estratégias e medidas para o contínuo sucesso e melhoramento.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As considerações metodológicas são tecidas neste capítulo, onde é abordada a escolha da problemática e a metodologia de investigação, sendo discriminadas as técnicas utilizadas para a elaboração da dissertação.

6.1 – Escolha da problemática

Para a concretização dos objetivos que nos propusemos atingir recorreremos a fontes primárias e secundárias, de forma a se responder às questões de partida e aos objetivos que foram definidos.

A investigação realizada tem como principal objetivo propor uma rota dos moinhos e perceber de que forma esta poderia fomentar o desenvolvimento do município de Vila Verde, assim como aferir a perceção dos principais *players* do turismo do município sobre a importância da rota dos moinhos. A rota proposta pretende que os turistas possam usufruir, em primeiro lugar, do património molinológico tão vasto e, em segundo lugar, da natureza e da sua envolvente, proporcionando experiências diferentes daquelas do seu quotidiano. O investimento económico dos visitantes é um aspeto também relevante.

O tema do turismo foi escolhido e abordado na presente investigação como elemento de fomento ao desenvolvimento turístico de Vila Verde, pois o município apresenta diversas potencialidades com elevado valor patrimonial que deverão ser preservadas e consideradas como elementos fundamentais para o turismo da área de estudo.

Propusemos como metodologia a utilizar nesta investigação uma aproximação ao estudo de caso, pois entendemos que nos possibilita uma investigação mais próxima da realidade, valorizando o processo de interação entre o investigador e os principais agentes locais.

Assim, o desenvolvimento desta dissertação que se fundamenta na rota dos moinhos, pretende convergir para um conjunto de preposições que se constituem nas seguintes questões de partida:

- i) qual é a perceção dos principais agentes locais sobre a importância da rota dos moinhos para o desenvolvimento local?
- ii) de que forma a rota dos moinhos pode promover o desenvolvimento turístico de Vila Verde?

6.2 – Metodologia de investigação

A investigação desenvolvida distinguiu vários procedimentos metodológicos de natureza qualitativa. Foi realizada análise documental e na base da fundamentação teórica estão documentos de natureza variada, que pela sua pertinência, contribuíram para a objetividade do estudo apresentado e para a clarificação dos princípios norteadores desta dissertação. Foram também concretizadas entrevistas semiestruturadas auscultando os atores que interferem no turismo do município de Vila Verde (o Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, a Vereadora da Cultura e o Presidente da direção da ATAHCA). Estas entrevistas foram gravadas, com

autorização do entrevistado, de forma a facilitar a recolha e análise da informação. Por último, foi realizada observação direta, através do levantamento de moinhos para a elaboração da rota proposta.

A utilização destes procedimentos metodológicos (ver Quadro 15) foi sendo cruzada com uma revisão da literatura. O estudo foi faseado com a pesquisa e análise documental, elaboração e realização das entrevistas, levantamento *in loco* dos moinhos, proposta da rota e o tratamento dos dados recolhidos.

A revisão da literatura foi feita através da recolha exaustiva de bibliografia sobre os diversos conceitos que foram considerados como pertinentes. Esta revisão bibliográfica teve como objetivo principal a definição, a evolução e impactes do turismo e do turismo cultural enquanto elemento estabelecedor de ligação com o património. Para a concretização deste objetivo recorreu-se à consulta de livros, teses, artigos de revistas, *sítes* e repositórios académicos. Em segundo lugar, e ainda neste seguimento, surgiu a importância dos fundos comunitários enquanto oportunidade e instrumento de desenvolvimento, levando à consulta de *sítes* relacionados com o tema para que fosse feita a sua caracterização e para que se percebesse a evolução dos Quadros Comunitários de Apoio, assim como a melhor opção de candidatura para a rota dos moinhos, caso esta se tornasse realidade. Em terceiro lugar, e não menos importante, urgia a necessidade de analisar o cerne da dissertação, os moinhos, percebendo e analisando o património molinológico e o património cultural.

Escolheu-se a entrevista semiestruturada porque apresenta uma maior profundidade nos elementos de análise recolhidos e também pela maior flexibilidade desta quando comparada com o inquérito por questionário. A entrevista semiestruturada ou semidiretiva é aquela que, por norma, dispõe de perguntas relativamente abertas, por forma a que o entrevistado possa falar abertamente. Raymond Quivy (1992: 73), afirma que “O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar (...)”.

Quadro 15 – Fontes primárias e secundárias utilizadas na investigação

Fontes		Objetivo e procedimento
Fontes primárias	Entrevistas aos agentes locais	Perceber a perceção dos agentes locais sobre a importância da rota dos moinhos para o desenvolvimento local. A entrevista semiestruturada foi aplicada a três agentes locais, ao presidente e à vereadora da cultura da câmara municipal de Vila Verde e ao presidente da direção da ATAHCA, entre o mês de outubro de 2016 e o mês de janeiro de 2017.
	Levantamento dos moinhos presentes na rota	Compreender de que forma a rota dos moinhos pode promover o desenvolvimento turístico de Vila Verde. Este levantamento foi realizado ao longo do rio Vade, no dia 27 de setembro de 2016, baseado na aglomeração de moinhos que existia num curto espaço.
Fontes secundárias	Livros, artigos e <i>sítes</i>	Recolha de diversa bibliografia, sobre os conceitos abordados ao longo dos capítulos, através da consulta de várias fontes.
	Censo da população e Anuário Estatístico da Região Norte	Recolha de dados da estrutura populacional e económica. Recolha de dados estatísticos do Anuário Estatístico da Região Norte, para a caracterização de algumas entidades territoriais.
	CAOP	Elaboração da cartografia tendo os dados sido tratados no programa Arcgis 10.3.
	PIDETUR e PET	Consulta destes planos de forma a obter dados relativos à atividade turística no município de Vila Verde.
	Legislação	Utilização da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo que aborda os problemas relacionados com os espaços rurais e utilização das Orientações da Política do Turismo que define as alterações que surgiram relativamente às definições de turismo.

Fonte: elaboração própria.

Realizámos um pré-teste do guião de entrevista, em setembro de 2016, que corresponde a um ensaio em pequena escala do guião elaborado. Foi feito a pessoas que profissionalmente não têm ligação ao tema de estudo, mas que têm características semelhante aos entrevistados. Assim sendo, seguindo este procedimento, foi realizado pré-teste a três pessoas, em que o tempo de resposta foi, aproximadamente, vinte e cinco a trinta minutos. Os entrevistados apenas sugeriram mudanças de posição de algumas questões.

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2016 e janeiro de 2017. A primeira entrevista foi realizada ao presidente da câmara no dia 15/10/2016, a segunda foi ao presidente da direção da ATAHCA no dia 13/12/2016 e a última entrevista foi à vereadora da cultura no dia 6/1/2017. Foram realizadas nos edifícios das instituições respetivas, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. A duração média foi de aproximadamente trinta e três minutos, tendo beneficiado de um ambiente sossegado.

Relativamente a algumas características sociodemográficas dos entrevistados, estas estão patenteadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Caracterização dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Função	Nível de instrução
António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela	56 anos	Presidente da Câmara	Mestrado em Administração Pública
Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes	49 anos	Vereadora da Educação, Cultura e Ação Social	Licenciatura em Ensino de Português e Francês
José António da Mota Alves	60 anos	Presidente da direção da ATAHCA	Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e Regional

Fonte: elaboração própria.

Todos os entrevistados possuíam, pelo menos, uma Licenciatura e a vereadora era o elemento mais jovem.

O tema das entrevistas focou-se no turismo no município de Vila Verde e no seu contributo para o desenvolvimento do mesmo, como se pode verificar no Anexo II. Procurámos compreender a importância da cultura e do património. Por último, um dos temas da entrevista foi a rota dos moinhos e o seu possível sucesso enquanto produto turístico. O guião de entrevista englobava 15

perguntas, sendo que algumas delas estavam subdivididas em dois ou três *itens* que permitiam um conhecimento mais alargado sobre o tema da pergunta.

Para a realização da cartografia utilizou-se o *software ArcGis 10.3*. Através deste *software* elaboraram-se os mapas que são apresentados no decorrer da presente dissertação. Para este fim utilizou-se também a informação geográfica do Instituto Geográfico do Exército e do Instituto Nacional de Estatística (censo da população) e recorreu-se ao *Google Earth*, onde se marcou os moinhos presentes na rota.

Quer a utilização de fontes primárias, quer a utilização de fontes secundárias têm as suas limitações. Assim sendo, sentimos alguns obstáculos ao longo da nossa investigação, os quais se prendem com o facto de, por exemplo, as entrevistas não dependerem da disponibilidade do entrevistador, mas sim do entrevistado, tendo a sua realização sido adiada por mais tempo do que aquele que tinha sido expectável. Um outro obstáculo que nos surgiu tem de uma certa forma ligação com o que referimos anteriormente, que se reporta ao trabalho de campo, tendo a primeira ida ao terreno sido adiada durante alguns meses, devido ao presidente da ATAHCA ter dificuldades de agenda e porque era necessária a sua presença, pelo conhecimento que detinha dos moinhos, sendo alguns deles difíceis de serem localizados. Desta forma, consideramos pertinente pedir ajuda ao responsável pelo parque de campismo de Aboim da Nóbrega, que com um conhecimento profundo do território nos auxiliou no levantamento dos moinhos que integram a rota proposta na presente dissertação. Por último, consideramos importante referir outro obstáculo que nos foi surgindo com o decorrer da investigação, que foi ao marcar os moinhos presentes nas cartas militares, no *software ArcGis 10.3*, e o facto de estas não definirem um sistema de coordenadas e dessa forma não se conseguir que a *shapefile* com o limite do município abranja a mesma área na qual se marcaram os moinhos.

6.3 – Notas conclusivas

De forma conclusiva, cabe-nos afirmar que os métodos adotados pareceram-nos ter sido os mais adequados, pois permitiram-nos responder às questões de partida e ajudaram-nos a confirmar os objetivos delineados no início da investigação.

O objetivo deste capítulo consistiu na apresentação das principais técnicas que foram utilizadas na recolha e no tratamento da informação necessária para a investigação. Foram descritas sobretudo as fontes primárias utilizadas.

A entrevista semiestruturada foi a mais adequada para o fim em vista e dava mais liberdade de resposta aos entrevistados (ver Quadro 16). Desta forma, as suas ideias e opiniões revelaram-se muito ricas e pertinentes, conforme se poderá perceber no capítulo em que se faz a análise de conteúdo. Se nos focarmos ainda neste tema compreendemos que a câmara municipal apesar de dispor de técnicos de turismo os dados disponíveis sobre a atividade turística são poucos. Contudo, os responsáveis pela autarquia mostram-se recetivos a ideias que tornem o município mais atrativo.

A observação *in loco* foi fundamental para compreender a dinâmica que os moinhos podem dar ao município de Vila Verde e para os municípios vizinhos. Se estes forem compreendidos como elementos essenciais podem vir a transformar a economia vilaverdense, quer nas visitas dos turistas quer nos empreendimentos que podem vir a ser construídos ou implementados em Vila Verde.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo examinamos os dados conseguidos nas entrevistas realizadas aos principais agentes locais ligados às políticas de turismo. O objetivo principal desta análise passa por aferir a perceção destes agentes sobre a importância da rota dos moinhos para o desenvolvimento do município de Vila Verde.

7.1 – A análise de conteúdo

Bardin (2015) defende que a análise de conteúdo apresenta-se como um aglomerado de ferramentas metodológicas, que podem ser aplicados a conteúdos extremamente diversificados.

Silva e Pinto (1987) assumem que a análise de conteúdo passou a ser umas das técnicas mais utilizadas na investigação empírica. Esta técnica exige uma maior explicação dos procedimentos que foram utilizados e deve ser usada como técnica de tratamento da informação que se possui e não como método.

Bardin (1979) considera que a inferência é um processo importante na medida em que faz a ligação da descrição à interpretação.

A atividade turística envolve múltiplos atores e são importantes as interações entre eles para haver sucesso no desenvolvimento da atividade.

A abordagem usada relativamente aos agentes institucionais foi a entrevista semiestruturada, entendendo-se que esta seria a técnica que permitiria obter discursos mais completos sobre a temática em estudo. Um dos critérios seguidos para a seleção dos entrevistados foi garantir a representatividade dos principais atores, direta e indiretamente, ligados ao desenvolvimento turístico do município de Vila Verde.

Como já foi referido anteriormente no capítulo da metodologia, foram realizadas três entrevistas. Escolheram-se para entrevistar o presidente e a vereadora da cultura da câmara municipal de Vila Verde e o presidente da direção da ATAHCA. A opção por estas três pessoas foi feita tendo em consideração que eram as pessoas que poderiam dar resposta à segunda questão de partida ou ao último objetivo da presente investigação, que se relaciona com a perceção que estes agentes locais têm da rota dos moinhos e as implicações que esta poderá fomentar no desenvolvimento turístico do município.

Foi usado um guião de entrevista composto por 15 perguntas, tendo algumas delas sido subdivididas (consultar Anexo 2). O objetivo principal era aferir a opinião de alguns agentes locais sobre o desenvolvimento do turismo no município de Vila Verde, a sua evolução e a dinamização do mesmo, com particular destaque para os moinhos deste município. Este objetivo corresponde aos grandes grupos temáticas que compõem a entrevista. Procurou-se ainda obter as principais fragilidades e também as potencialidades dos recursos de Vila Verde para a atividade turística.

Ainda segundo Silva e Pinto (1987), a análise de conteúdo de uma entrevista contém três perguntas essenciais que se relacionam com a frequência com que ocorrem determinados aspetos, quais as características ou contributos e qual a associação ou não que existe entre eles.

A primeira pergunta é a mais pertinente para a nossa investigação, pois foca-se na análise de frequência que permite identificar os temas mais relevantes da entrevista, que são mais vezes abordados e os que não representam tanto interesse. A razão pela qual este nos parece ser o mais favorável para a nossa análise prende-se pelo facto de ao longo das duas entrevistas aos elementos da câmara municipal de Vila Verde se ter observado o interesse que têm na marca 'Namorar Portugal' e na sua constante divulgação. Na grande maioria das questões estes entrevistados tenderam a desviar as suas respostas para este tema, o que lhes permitiu um maior conforto nas respostas. No que diz respeito ao presidente da direção da ATAHCA, não existe um tema que tenha sido focado de forma constante, retendo-se que este acredita de forma marcante nas potencialidades que o município detém.

Das entrevistas realizadas a primeira grande ilação que podemos reter é a diferença nas respostas. O presidente da câmara respondeu de forma curta e direta. Por outro lado, a vereadora utilizou respostas mais longas, mas sempre respondendo às questões colocadas. Por último, o presidente da direção da ATAHCA forneceu-nos respostas longas e nem sempre respondeu às questões que lhe foram colocadas.

7.2 – Análise das entrevistas aos principais agentes locais

A primeira questão da entrevista foi 'Na sua opinião, qual é o papel do turismo no desenvolvimento do município de Vila Verde?', tendo obtido respostas semelhantes. Os entrevistados afirmaram que o turismo tem assumido um papel decisivo no município e que o objetivo principal é que continue se afirmando, tal como defende a vereadora da cultura, Júlia Fernandes, "Para nós, o turismo é um dos vetores estratégicos no desenvolvimento do nosso concelho, porque acreditamos que o concelho tem um potencial turístico muito, muito grande e temos feito todo o nosso trabalho, toda a nossa estratégia de atuação a esse nível".

Na segunda questão 'Considera satisfatório o contributo que o turismo tem dado para o desenvolvimento do município?' obtiveram-se respostas diversificadas. O presidente da câmara mostrou-se mais realista, pois considerou que o turismo tem sido potenciado nos últimos anos, mas que o futuro ainda irá ditar maior sucesso no contributo do turismo para o desenvolvimento

de Vila Verde. Por sua vez, a vereadora e o professor Mota Alves consideraram que o contributo do turismo no desenvolvimento está quase no limiar do satisfatório.

O presidente da câmara afirmou que “(...) o nosso objetivo é que haja muito mais turismo no concelho de Vila Verde. Tem-se feito algum investimento em áreas essenciais. Há projetos para fazer outro tipo de investimentos, mas não estão ainda esgotadas todas as potencialidades para o turismo no concelho”.

A terceira questão ‘Que importância tem sido concedida ao turismo por parte da ATAHCA/CMVV? Concretize enumerando alguns projetos de que tem conhecimento’ demonstrou que a ATAHCA tem-se preocupado com os elementos mais práticos, como os investimentos com apoios comunitários, a dinamização e a promoção de destinos turísticos do município. Os elementos da câmara municipal, por outro lado, afirmaram que a importância concedida ao turismo é elevada e que constantemente são criados momentos e eventos que afirmam o seu desenvolvimento. A vereadora assumiu que “(...) tudo isto faz com que Vila Verde tenha, em termos de eventos, um cartaz de visita muito forte e sobretudo também naquelas épocas em que no resto do país não se passa muito, falo por exemplo do ‘Fevereiro: mês do romance’, em de certa forma combatemos a sazonalidade, porque é uma altura muito parada, muito baixa em termos turísticos, e em que Vila Verde está completamente em alta”.

Na verdade o município tem várias iniciativas ao longo dos meses do ano. O mês de janeiro é dedicado aos concertos de ano novo e de reis. Fevereiro tem a sua atenção voltada para o evento ‘Fevereiro: mês do romance’, em particular a Gala Namorar Portugal que se realiza no dia 14 desse mês. Março e Abril são direcionados para a ‘Bienal Internacional’ e ‘Bienal na Escola’. Em maio (cada dois anos), temos o Sá de Miranda, uma feira medieval. As festas concelhias de Santo António acontecem em junho. No mês de julho começa a programação da Rota das Colheitas, que se alonga até novembro, com destaque para a Mirtifrutos e Festa das Colheitas. Nos últimos fins-de-semana de novembro acontece os ‘Fins-de-semana gastronómicos’. Em dezembro existe a Feira de Natal, Artesanato e Mel e os concertos de Natal.

A quarta questão ‘Considera que a cultura e o património podem ser usados em Vila Verde como recursos turísticos e convertê-los em produtos turísticos? Se sim, de que forma?’ permite-nos concluir que o presidente da direção da ATAHCA não respondeu diretamente à pergunta, mas forneceu-nos a ideia de que a cultura é fundamental para o turismo, como podemos verificar pela sua narrativa “Temos o aspeto da nossa cultura mais tradicional que pode ajudar a alavancar. Os

aspectos da cultura que referi do nosso património construído, dos nossos povoados castrejos, que não podem ser esquecidos, ajuda a alavancar o turismo, a economia. Hoje temos um turista já muito interessado na cultura e identidade dos povos”.

No que diz respeito aos representantes da câmara municipal estes respondem de forma direta enunciando que a cultura e o património são essenciais para o turismo, sendo o que tem sido feito com os lenços dos namorados, em que a marca ‘Namorar Portugal’ tem cerca de 50 parceiros e mais de 1.000 produtos, tudo isto fruto de um elemento que fazia parte da cultura vila verdense.

A quinta questão “Que iniciativas de âmbito cultural são realizadas anualmente pela ATAHCA/CMV?” remete-nos para a mesma resposta por parte dos representantes da câmara municipal, que referiram como as iniciativas mais marcantes a ‘Rota das Colheitas’ e ‘Fevereiro: mês do romance’, mas ainda assim todo o ano é constituído por atividades culturais, desportivas ou de lazer que têm como objetivo a valorização da atividade turística. Por outro lado, o presidente da direção da ATAHCA apresentou como fundamental a realização de seminários e a presença em feiras e festas diversas.

A sexta questão ‘Que mais-valias retiram dessas iniciativas para o desenvolvimento do município?’ reuniu um consenso nas respostas obtidas concordando que são inúmeras as mais-valias das iniciativas de âmbito cultural. A vereadora Júlia Fernandes resume o que os três entrevistados pensam: “Neste momento, aquilo que nós queremos é mesmo isto, dinamizar o território, torná-lo mais apetecível para as pessoas e que essas pessoas invistam aqui em Vila Verde. Que ajudem em termos da economia e até se possível em apaixonar-se pelo território e cá ficar”.

Na sétima questão, ‘Existe um inventário dos recursos turísticos?’, percebe-se que esse inventário é assumido como existindo, conforme se percebe pelas narrativas do professor Mota Alves “Sim existe, nós temos, a câmara tem. Não são estáticos, tudo é evolutivo e temos a necessidade de ir atualizando todos os anos ou sempre que haja a necessidade”. Apesar destas afirmações somos de opinião de que se o inventário existe, não é público, pois o único inventário dos moinhos que é público foi realizado pela ATAHCA em 2007 e não foi ainda atualizado. As entidades não têm inventários de todos os recursos turísticos, ou seja, detêm inventários apenas de alguns que consideram ser os mais relevantes.

A oitava questão ‘Dispõem de técnicos de turismo ou pessoas a trabalhar no planeamento da atividade turística?’ permite-nos perceber que a câmara municipal tem um técnico superior de

turismo e duas técnicas sem formação na área a trabalhar na Loja Interativa do Turismo. A ATAHCA não dispõe de técnicos com formação em turismo.

A nona questão 'Que estratégias tem desenvolvido a ATAHCA/CMVV para promover turisticamente o município?' permitiu-nos compreender que a CMVV desenvolve estratégias como por exemplo com transmissão de programas de televisão em direto e em eventos com características internacionais, como a Taça do Mundo de Canoagem. O presidente da direção da ATAHCA afirmou que o papel da associação é a complementaridade com outras entidades, conforme se percebe na sua narrativa: "Nós temos entidades a que nunca nos podemos sobrepôr: o Turismo de Portugal, a Entidade de Turismo Porto e Norte de Portugal. Os municípios têm alguma responsabilidade, e depois temos entidades como a ATAHCA, esta é a ordem hierárquicas das responsabilidades das entidades".

A décima questão 'Das seguintes opções indique as que considera mais relevantes para o sucesso de um destino turístico: Cooperação entre as instituições competentes; Criação de estratégias de promoção; Investimentos governamentais e/ou apoios comunitários; Qualidade do serviço prestado aos visitantes; Satisfação dos visitantes; Relação ente visitantes e residentes; Outra-Qual?' tinha como objetivo a escolha das opções que consideravam mais importantes. Desta forma, os três entrevistados referiram que a qualidade do serviço é a opção mais relevante para o sucesso de um destino turístico. Em seguida aparece a criação de estratégias de promoção e a cooperação entre visitantes. A vereadora Júlia Fernandes considera que: "É muito, muito importante a qualidade do serviço, porque quando o serviço não é bom o visitante não volta".

Na décima primeira questão 'Na sua perspetiva, a oferta turística de Vila Verde corresponde às expetativas dos visitantes? Porquê?' ambos os entrevistados consideraram que a oferta turística do município corresponde às expetativas dos turistas. Contudo, convém reter que os três agentes locais mencionaram também que é importante para Vila Verde ter uma unidade hoteleira que consiga dar resposta a 70/80 pessoas, pois no município predomina o Alojamento Local. O presidente da autarquia afirma que os turistas "Gostam muito da área, manifestam também uma grande satisfação na nossa gastronomia e também, normalmente, da nossa cultura e pela forma como são acolhidos".

Na décima segunda questão 'De que forma o município tem aproveitado o património rural, tal como, espigueiros, moinhos, como recursos turísticos?' a vereadora da cultura afirmou que esse aproveitamento tem relação direta com a ATAHCA e que esta associação tem-no feito muito bem.

O presidente do município afirmou não haver um aproveitamento direto do património rural, pois apenas é considerado enquanto elemento da cultura do município, não justificando esta postura. O presidente da direção da ATAHCA afirmou que existe um bom aproveitamento do património etnológico e que é importante para perceber a cultura do povo, mencionando que: “Poder-se-á fazer mais. Em tudo e sempre se pode fazer mais e muito mais. Mudar estratégias, por exemplo”. A décima terceira questão ‘Em que medida os moinhos existentes no município de Vila Verde são um elemento que pode atrair visitantes? O município reconhece-lhes valor turístico?’ fornece-nos respostas diferentes. O presidente da direção da ATAHCA considerou que os moinhos podem atrair visitantes, mas que “O moinho é muito mais do que um conjunto de pedras edificadas. Cada uma daquelas pedras tem uma história”. O presidente da câmara e a vereadora consideraram que podem atrair visitantes e que lhes são reconhecidos valor turístico, mas a vereadora defendeu que “Temos o constrangimento de os moinhos não serem do município, todos eles são particulares, mas estamos sempre obviamente recetivos a apoiar e a ajudar naquilo que for necessário no sentido de os recuperar e para que não se perca este património”. Na realidade os moinhos são de particulares ou de consortes. Estes últimos têm a sua utilização condicionada, pois os beneficiários só podem usar o moinho para moagem quando a água está na sua posse, o que não acontece sempre que é necessário.

A décima quarta questão ‘Considera que a existência de uma rota dos moinhos no município teria potencial para atrair visitantes?’ revelou respostas similares. Os três entrevistados visualizaram potencial de atração de turistas através da rota dos moinhos. O presidente esclareceu ainda que: “Em primeiro é preciso recuperá-los, uma grande parte, e depois criar roteiros e rotas, percursos pedestres ao longo dos rios e ribeiros para valorizar os moinhos e atrair visitantes”.

As respostas à décima quinta questão, e última, ‘A autarquia está disponível para apoiar a criação de uma rota dos moinhos em Vila Verde?’ revelaram que as entidades apoiariam a rota dos moinhos naquilo que lhes compete. O presidente da direção da ATAHCA assumiu que: “Em termos estratégicos sim, porque devemos considerar os moinhos como um ponto estratégico para o desenvolvimento dos territórios mais isolados, das freguesias mais isoladas, mais rurais e com uma densidade populacional mais baixa”. Ainda neste sentido esta associação pode ajudar na recuperação de moinhos através de candidaturas a fundos comunitários. A autarquia considera que a sua atuação na criação desta rota passa pela promoção da mesma e pela isenção de taxas para empreendimentos turísticos.

7.3 – Notas conclusivas

O presente capítulo permitiu-nos analisar as entrevistas que foram realizadas aos principais agentes locais que têm ligação direta com o turismo.

A análise destas entrevistas permite-nos concluir que as respostas dos intervenientes da câmara municipal de Vila Verde foram semelhantes. Estas respostas vão de encontro ao esperado, pois já era perceptível a importância concedida pelo município aos lenços dos namorados e à respetiva marca 'Namorar Portugal'.

Assim sendo, conseguimos reter que a rota dos moinhos em Vila Verde é possível se não for pensada de forma isolada, tendo que ser pensada em conjunto com as outras rotas já existentes na mesma área, como é referido no próximo capítulo, em que é proposto usar caminhos do Trilho da Nóbrega e do Trilho do Fojo do Lobo. Os *players* do turismo consideraram que esta rota teria potencial para atrair turistas e que seria uma mais-valia para o desenvolvimento económico do município de Vila Verde.

O apoio destas instituições à rota não pode ser efetivado ao mesmo nível. Por um lado, a ATAHCA consegue apoiar na recuperação dos moinhos, com a atribuição de fundos comunitários, que estão condicionados a candidaturas prévias. Por outro lado, a câmara municipal poderá apoiar a rota dos moinhos, como tem feito com outras rotas existentes, na sua promoção e na sua dinamização. Um outro fator positivo é o facto de a câmara estar disposta a isentar de taxas a construção de empreendimentos turísticos.

O turismo do município parece ter os ingredientes essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento. Ainda assim parece-nos pertinente que a autarquia alargue os seus horizontes de atuação. Existe diversas potencialidades para serem aproveitadas e interligadas.

CAPÍTULO 8

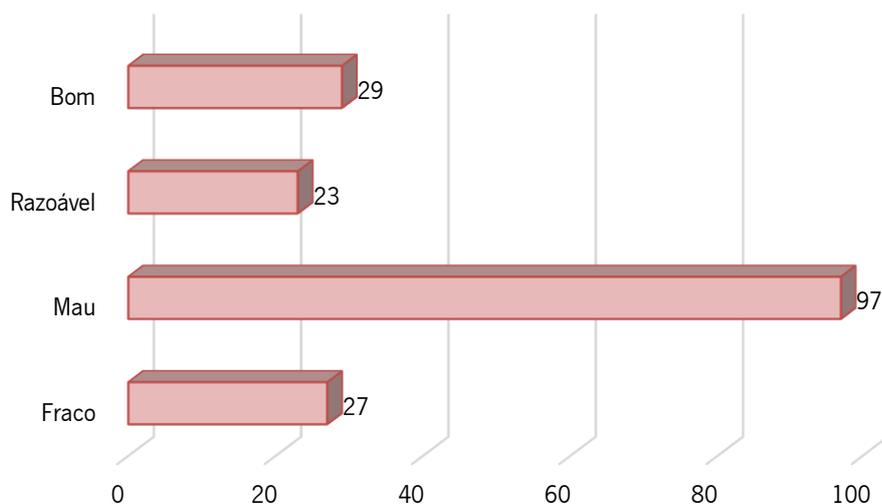
A ROTA DOS MOINHOS DE VILA VERDE

O oitavo capítulo dá a conhecer a rota dos moinhos que é proposta para o município de Vila Verde. Ainda no presente capítulo são apresentados os principais locais a visitar no seio da rota, assim como os alojamentos no município. Associada a esta temática, e porque consideramos imprescindível, foram consideradas as acessibilidades para quem quiser visitar Vila Verde.

Os moinhos, também segundo dados da ATAHCA (2007), estão classificados por estado de conservação, como se pode verificar na Figura 23. Assim sendo, 97 moinhos estão classificados como estando em mau estado de conservação, 27 como estando em fraco estado de conservação, 29 como bom e 23 como razoável estado.

O que poderá justificar este número tão elevado de moinhos em mau estado de conservação é o facto de estes serem de proprietário desconhecido ou terem mais do que um proprietário, dado que alguns foram transmitidos de forma oral, sem registo oficial, resultando num grande número de moinhos abandonados. Apesar de a ATAHCA ajudar na recuperação dos moinhos, essa iniciativa tem de partir dos proprietários, para que esses avancem com as candidaturas necessárias para a obtenção de fundos comunitários. A câmara municipal também não tem poder sobre os moinhos, mas ainda assim consideramos relevante referir que esta entidade isenta de taxas de pagamento os empreendimentos turísticos.

Figura 23 - Estado de conservação dos moinhos de Vila Verde em 2007



Fonte: Elaboração própria com base em ATAHCA, 2007.

8.2 – A rota dos moinhos

Antes de apresentarmos a rota proposta para o município convém reter que “As rotas sejam elas culturais ou temáticas, são uma das ferramentas mais antigas e frequentemente utilizadas na organização de produtos tendo por base o património. Permitem integrar num produto, elementos que individualmente não alcançam interesse suficiente ou que dificultam as tarefas de promoção

e/ou comercialização. São marcadas sobre o terreno ou aparecem num mapa, complementando-se com literatura que serve de guia ao turista” (ATAHCA, 2008: 25). Desta forma, compreende-se a necessidade que existe na associação dos moinhos a outros elementos presentes nas freguesias onde existem, de forma que seja uma rota mais eficaz e que seja mais atrativa para os turistas.

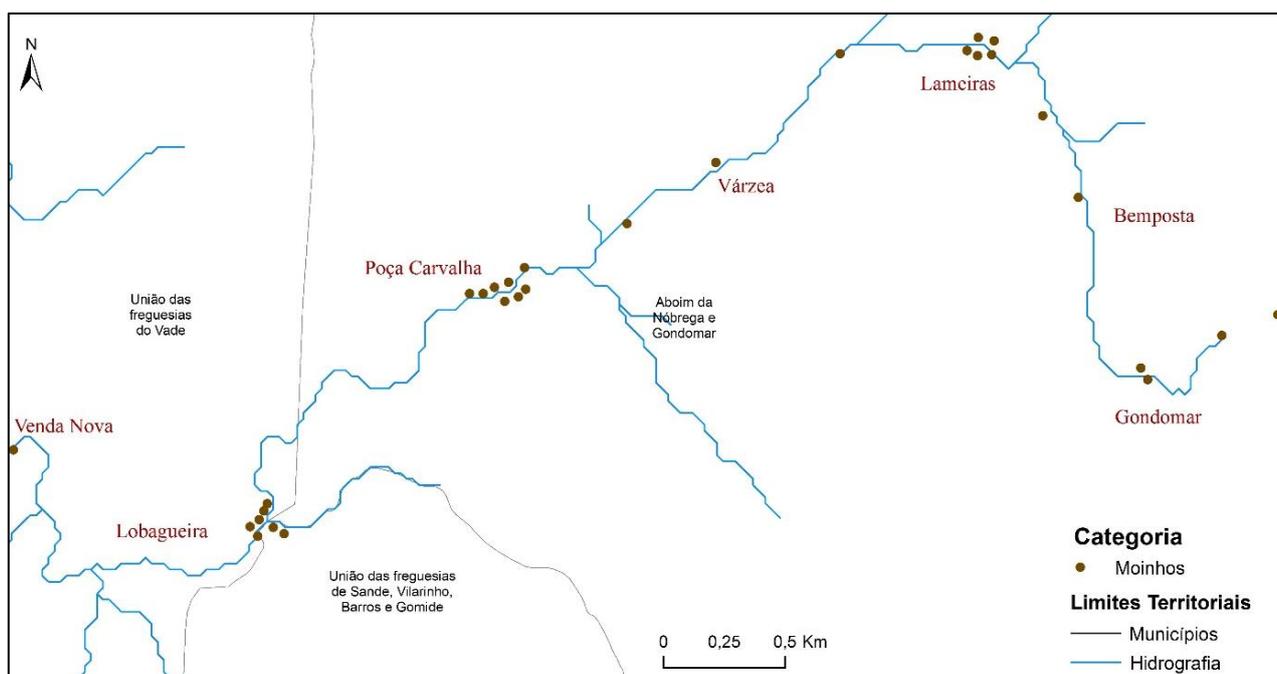
A possível associação entre o território e o património pode vir a ser uma ótima oportunidade para fomentar o desenvolvimento económico, através da criação de um produto turístico.

Os objetivos principais da rota proposta são revitalizar e modernizar o turismo do município e promover a transferência de saberes (experiência do saber-fazer).

O município de Vila Verde tem visto o seu turismo muito direcionado para a marca “Namorar Portugal”, que, por um lado, pode ser restritivo, pois os turistas associam Vila Verde apenas aos lençóis dos namorados e podem esquecer-se de outras potencialidades existentes. Em contrapartida, este elemento permitiu que Vila Verde se tenha destacado a nível nacional e internacional, alcançando inúmeros parceiros para a marca.

A Figura 24 mostra a rota dos moinhos proposta para o município de Vila Verde. As freguesias que englobam a rota são três: a União de freguesias do Vade, a União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide e Aboim da Nóbrega e Gondomar. Todos os moinhos representados se encontram nas margens do rio Vade.

Figura 24 – Proposta da Rota dos Moinhos



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo realizado no mês de setembro de 2016.

A Figura 24 representa os lugares principais das freguesias, onde há uma maior concentração de moinhos. O número total de moinhos da rota é de trinta, sendo que grande parte está em avançado estado de degradação (cerca de 30%). Ainda assim, os restantes estão em bom estado de conservação e estão em funcionamento, sendo que a moagem que realizam é para consumo dos proprietários ou para vizinhos que lhes pedem para utilizar o seu moinho.

Idealmente, a rota seria para fazer em dois dias (ver Quadro 17), repartindo-se a visita pelos moinhos nesses mesmos dois dias. É importante ter em consideração que já existe na freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar dois percursos pedestres, o Trilho da Nóbrega e o Trilho do Fojo do Lobo. Deste modo, consideramos que a rota dos moinhos deve poder interligar-se com estes dois percursos já existentes.

Quadro 17 – Ficha técnica da rota

NOME DA ROTA	Rota dos Moinhos
LOCALIZAÇÃO	Aboim da Nóbrega e Gondomar, União das Freguesias do Vade e União de Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide
TIPO DE ROTA	Média rota
PONTO DE PARTIDA	Parque de Campismo de Aboim da Nóbrega e centro desta freguesia
DISTÂNCIA PERCORRIDA	12 Quilómetros
GRAU DE DIFICULDADE	Moderado/Difícil

Fonte: elaboração própria.

Assim sendo, sugere-se que a rota seja realizada desta forma:

- **Dia 1** – Início pelas 9h00 no parque de campismo de Aboim da Nóbrega, que facilita o estacionamento das viaturas. Em seguida pretende-se que se visite a Casa da Pequenina e o lugar da Póvoa Dura (ver Figura 25). A ligação do parque a estes pontos de interesse faz-se através de um caminho que pertence ao Trilho da Nóbrega.

Depois destas paragens pretende-se que se dirijam a Gondomar para a visita ao primeiro moinho, que está ao lado da nascente do rio Vade. A distância percorrida entre o lugar da Póvoa Dura e

Gondomar é realizada pelo Trilho do Fojo do Lobo. Depois de visto o primeiro moinho que compõe a rota era importante ver também o Fojo do Lobo, com importância histórica, pois é um dos maiores da Península Ibérica, em forma de V, e a muralha tem uma extensão de aproximadamente dois quilómetros, com o objetivo de caçar o lobo através do seu aprisionamento depois destes tentarem fugir dos cães incentivados pelos caçadores, acabando por cair num buraco.

Figura 25 – Casa da Pequenina e lugar da Póvoa Dura



Fonte: Fotografias tiradas por Domingos Costa em 2/11/2016 e 8/1/2017.

Em seguida visitar-se-iam os moinhos de Gondomar até aos moinhos do lugar de Lameiras, onde se encontra um moinho com uma micro-hídrica que está a fornecer energia para o parque de campismo (ver Figura 26).

Figura 26 – Moinho com micro-hídrica



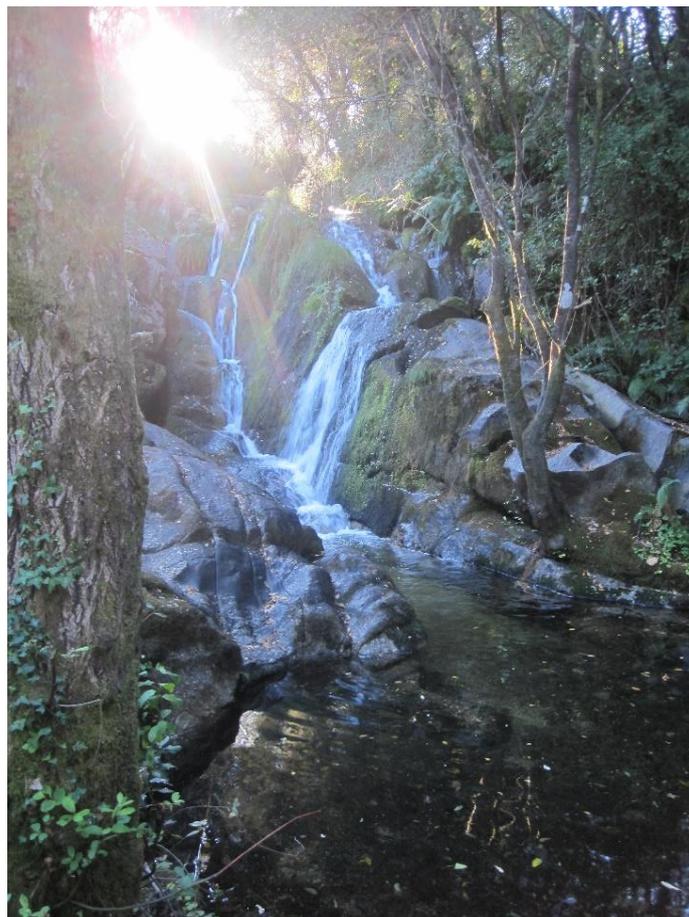
Fonte: Fotografias tiradas pela autora em 27/09/2016.

Neste mesmo lugar também se encontra uma cascata (ver Figura 27) de uma beleza extraordinária, que apenas necessita de limpeza e que para a existência de uma mini praia fluvial era necessário um pequeno depósito de areia naquele lugar.

Sugere-se ainda que sejam vistos os moinhos até ao centro da freguesia de Aboim da Nóbrega, sendo possível fazê-lo ao longo do rio, caso se concretize uma limpeza das áreas ribeirinhas, caso contrário existem alternativas por outros caminhos.

Pelo caminho ainda se pode ver uma pequena área de lazer, com um parque infantil e um bar, e a Fonte de Dente Santo, que faz parte do *Geocaching*, desporto ao ar livre, em que se utiliza o GPS para encontrar uma *geocache*. Esta fonte tem uma lenda associada, pois havia quem dissesse que a sua água curaria qualquer dor de dentes, mas outros consideram que o dente relíquia de São Frutuoso curava as pessoas do mal da raiva, segundo a placa informativa que está no local da fonte.

Figura 27 – Cascata no Lugar de Lameiras



Fonte: Fotografia tirada pela autora em 27/09/2016.

A chegada ao centro da freguesia prevê-se que aconteça por volta das 13h00, havendo naquele lugar dois restaurantes, onde os turistas podem almoçar.

No fim de almoço pretende-se que os turistas façam o caminho de regresso ao parque, mas por outro lugar, fazendo parte do Trilho da Nóbrega. Desta forma, pode-se visitar a Capelinha de S. João, o Castelo de Aboim e a Capelinha de S. Sebastião, estando a chegada ao parque prevista para as 17h30. Os turistas podem pernoitar no parque de campismo ou então escolher uma das outras opções disponíveis no município (alojamento local, agroturismo, hotel, casas de campo e turismo rural) e assim poderem ainda conhecer a gastronomia local, disfrutando de uma refeição num dos restaurantes de Vila Verde, com pratos típicos, como são exemplo o arroz de cabidela, o cabrito no forno e o pudim abade de priscos, tudo isto acompanhado do vinho verde produzido nas aldeias do município.

- **Dia 2** – Início pelas 9h00 no centro da freguesia, onde o estacionamento de viaturas também pode ser realizado de forma facilitada. Neste local pode-se visitar a igreja matriz da Aboim da Nóbrega, a casa de D. João de Aboim, que foi um nobre português que acompanhou o Infante D. Afonso em França, e a casa do Picão (ver Figura 28).

Depois de realizadas estas visitas espera-se que os turistas vejam os moinhos desde aquele lugar até ao último, no lugar de Venda Nova. Ao longo deste percurso existe um aglomerado de moinhos, onde está a ser concretizada uma área de lazer e o aproveitamento elétrico através dos moinhos. No último moinho está já em fase de construção um restaurante típico e uma mini-hídrica. Este local será o ideal para que os turistas possam almoçar. É importante que a junta de freguesia da União das Freguesias do Vade disponibilize uma carrinha para que possa ser feito o transporte dos turistas daquele lugar para o centro da freguesia de Aboim da Nóbrega, onde deixaram as viaturas.

Figura 28 – Casa D. João de Aboim e Casa do Picão



Fonte: Fotografias tiradas por Domingos Costa em 2/11/2016.

Da parte da tarde deste segundo dia os turistas poderiam optar por visitar o centro do município de Vila Verde, a praia fluvial da Vila de Prado, ou então a cidade de Braga, com destaque para a Sé de Braga ou o Santuário do Sameiro.

8.3 – Rede viária do município

A rede viária de Vila Verde caracteriza-se por ser densa, cobrindo quase todo o território municipal. Várias são as estradas municipais e as estradas camarárias, existindo também vários outros pontos de acesso, que não são consideradas estradas devido ao facto de serem estradas em terra, conhecidos como caminhos de acesso.

A principal via viária é a Estrada Nacional 101 que atravessa o município de Vila Verde, de sul para norte. Apesar desta, também se pode destacar as outras quatro estradas nacionais que passam pelo município, sendo elas a Estradas Nacionais 201, 205, 307 e 308, como se pode verificar na Figura 29.

É importante referir que no município não existem autoestradas, via-rápidas ou caminho-de-ferro. Apesar destas ausências, Vila Verde, encontra-se relativamente perto de pontos de acesso fundamentais.

O município está a aproximadamente 70 quilómetros de distância do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Maia) e está quase à mesma distância do centro da cidade do Porto. Estas ligações podem ser feitas pela Autoestrada número 3.

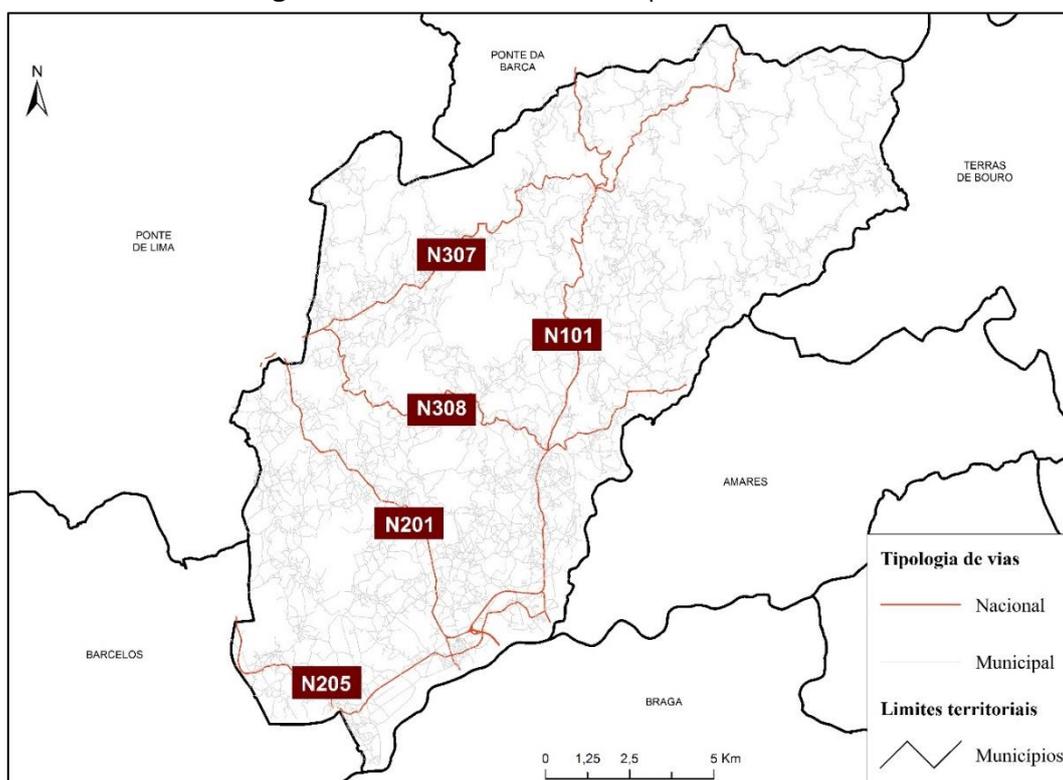
Mais perto do município está a cidade de Braga a aproximadamente 16 quilómetros ou 20 minutos em estrada nacional, que dispõe de todos os serviços. Guimarães está um pouco mais distante,

cerca de 40 quilómetros ou 40 minutos de viagem, com opção de estrada nacional ou autoestrada. Ambas as cidades merecem a visita dos turistas pela diversidade cultural que representam. Braga tem, por exemplo, o centro histórico e o Santuário do Bom Jesus para visita, e Guimarães tem o centro histórico.

Para os turistas que não dispensam uma visita à praia, Vila Verde apresenta-se a aproximadamente 50 minutos da costa marítima. Para se visitar o Parque Nacional da Peneda-Gerês também não necessário mais de 50 minutos de viagem. Este parque é considerado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas como Reserva Mundial da Biosfera⁸.

Também com interesse turístico temos os municípios vizinhos, como por exemplo Arcos de Valdevez, Amares ou Terras de Bouro.

Figura 29 – Rede viária do município de Vila Verde



Fonte: elaboração própria com base na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

8.4 – Restauração e alojamento no município

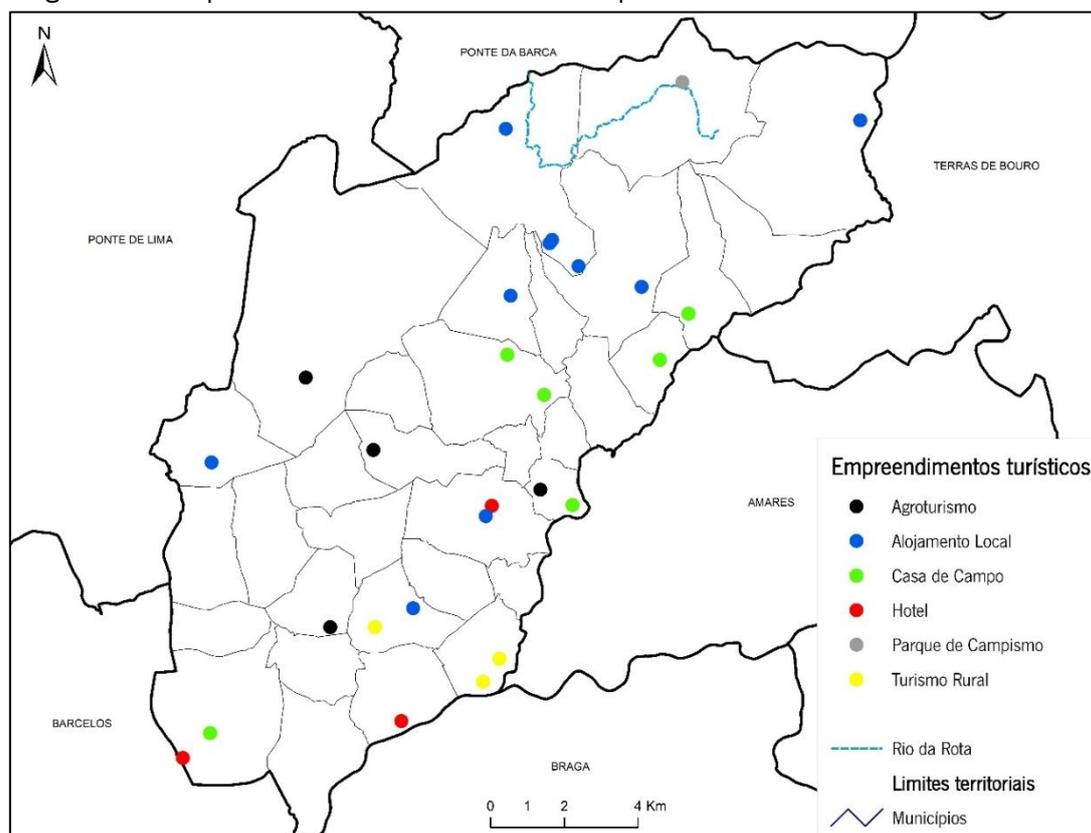
No que diz respeito à restauração do município esta é vasta e diversificada, estando bem distribuída pelo território do município, tendo que se ter em consideração que existe um maior número de estabelecimentos onde há maior número de serviços disponíveis e mais população.

⁸ Cfr. <http://www.icnf.pt/portal/ap/pnpg>

Segundo o PIDETUR - Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo em Vila Verde (Município de Vila Verde, 2010), em 2010, existiam no município 62 estabelecimentos licenciados relativos à restauração.

No que diz respeito ao alojamento este também se encontra repartido pelo município (ver Figura 30). O técnico superior de turismo da câmara municipal forneceu-nos a 6/1/2017 dados relativos aos empreendimentos turísticos de Vila Verde, num total de 27 empreendimentos existentes. A partir das moradas foi-nos possível elaborar um mapa com a sua distribuição pelo município. Foram usadas seis categorias (agroturismo, alojamento local, casa de campo, hotel, parque de campismo e turismo rural), sendo que as que apresentam uma maior representatividade são o alojamento local e as casas de campo.

Figura 30 – Empreendimentos turísticos do município de Vila Verde em dezembro de 2016



Fonte: elaboração própria com base em dados fornecidos pela câmara municipal de Vila Verde.

8.5 – Notas conclusivas

A rota dos moinhos além de dar a conhecer aos turistas os moinhos existentes, tem associada uma componente histórica, que poderá potenciar o desenvolvimento turístico e económico do município, fomentando a atração e o interesse por Vila Verde.

É importante ter em consideração que esta rota faz a ligação com outros trilhos já existentes no município, localizadas na freguesia de Aboim da Nóbrega e Gondomar. Desta forma, os turistas têm a possibilidade de diversificar as suas atividades. Além de trilhos pedestres têm também disponíveis trilhos equestres e trilhos ciclo turísticos. Apesar destes aspetos, quem pretenda realizar a rota proposta tem a hipótese de visitar outros pontos de interesse que estão relativamente perto do local da rota.

De forma geral, a rota pode ser implementada da forma que explicámos neste capítulo ou ainda através de uns passadiços que formem o percurso ao longo do rio, permitindo que alguns moinhos se tornem espaços físicos de visita, de forma a que os turistas compreendam o seu funcionamento e participem em atividades relacionadas com a moagem e com a confeção da broa de milho, por exemplo, ou ainda a implementação de um centro interpretativo.

CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

A recuperação económica do país tem sido potenciada nos últimos anos pela atividade turística, assim como por um conjunto de outras atividades. Ainda assim convém reter a importância do turismo sustentável para os países recetores, devido às consequências ambientais que o turismo em massa provoca. Contudo, convém que as atividades sejam diversificadas para que não exista uma saturação do destino.

O desenvolvimento do turismo em áreas rurais pode complementar a atividade agrícola, que tem decrescido e pode auxiliar a combater o despovoamento das aldeias, tendo sempre em consideração que este aspeto não pode ser visto como solução para os problemas do mundo rural, mas sim como uma alternativa.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) definiu os produtos de acordo com as potencialidades de cada território. O turismo de natureza é um dos que mais contribui para o desenvolvimento da região norte, sendo que é neste contexto que surge a rota dos moinhos. Numa outra escala, o Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo em Vila Verde (PIDETUR) tem como objetivo tornar o município num destino turístico de excelência, criando estratégias de desenvolvimento para este setor.

A análise realizada aos principais indicadores turísticos em várias entidades territoriais permite-nos compreender que a atividade turística está em expansão. Atualmente, os turistas procuram atividades que lhes permita abstrair da vida quotidiana, sendo que as atividades de natureza são muito procuradas.

Cada vez mais o turista utiliza a internet para planificar as suas visitas, dispondo de várias plataformas. Neste sentido, esta investigação revela aspetos inovadores que se centraram no facto de ser a primeira vez que se tenta estruturar uma rota dos moinhos que pode ser implementada no território em estudo. A disponibilização de uma aplicação para *Android* e *IOS*, em que a rota dos moinhos aparecesse de forma detalhada com todas as informações adjacentes, poderia permitir o acesso à informação turística e poderia ser um elemento que ajudasse o turista, na medida em que seria mais fácil para este fazer o trilha proposto e visitar elementos do município de Vila Verde e nos municípios vizinhos.

O estudo de caso da rota dos moinhos no município de Vila Verde, aquele que nos propusemos investigar, contribuiu para tornar mais explícito o papel que o turismo tem vindo a ocupar no desenvolvimento económico de Vila Verde, como é exemplo a importância da marca “Namorar Portugal”, que tem contribuído para o surgimento de novos produtos.

Vila Verde oferece aos turistas a possibilidade de realização de três trilhos pedestres, um trilho equestre e um trilho ciclo turístico, conseguindo-se assim perceber a reduzida oferta e que o município tem delineado estratégias que ainda não saturaram o destino “Vila Verde”.

Relativamente ao município, este é dotado de recursos naturais e elementos culturais de grande valor, podendo traduzir-se em produtos turísticos de elevada qualidade. Além destes aspetos também é importante considerarmos a gastronomia rica e diversificada e as tradições vila verdenses. A necessidade em converter o potencial em produto turístico deriva da importância de compreender que o facto de existirem diversos recursos não faz com que estes se assumam como produto sendo preciso delinear estratégias.

O elevado número de moinhos existente no município levou-nos a concluir que estes não têm sido aproveitados e que a sua utilização é reduzida. Compreende-se o facto de os moinhos não serem públicos, mas sim privados, o que dificulta a sua integração numa rota e também a recuperação destes, pois tem de partir da iniciativa privada dos proprietários e não de entidades que possam colaborar através da aplicação de projetos financiados por fundos comunitários.

As acessibilidades que o município detém são várias e diversificadas, permitindo fazer a ligação a diversos pontos de interesse e às principais vias de acesso de forma fácil e rápida. Relativamente à restauração esta também é diversificada, existindo diversas opções, desde a gastronomia típica do Minho a pratos mais convencionais.

Na nossa opinião o município demonstra ter recursos que podem ser usados como produtos turísticos, pois já o tem feito com os principais eventos realizados anualmente, como o “Namorar Portugal” ou a “Rota das Colheitas”. Ainda assim compreendemos que existe a necessidade de melhorar a qualidade da oferta, pois nada é estático e a atividade turística é a prova de que tudo está em constante evolução e que a procura se vai diversificando conforme o perfil do turista. O município deve apostar em elementos naturais, culturais e patrimoniais de elevada qualidade de que dispõe, tornando-se mais atrativo. Um elemento positivo que apresenta é o facto de todos os meses do ano estarem associados a algum evento em especial. Pretende-se que as atividades tenham ligação entre elas e que não formem atos isolados, de forma a fixar por mais tempo os turistas em Vila Verde.

Consideramos que os esforços para concretizar o objetivo de colocar Vila Verde como destino de excelência têm sido vários e de forma bem conseguida, mas ainda assim existe um extenso caminho a percorrer.

A entrevista semiestruturada que foi aplicada nesta investigação permite-nos responder à primeira questão de partida, entendendo que os principais agentes locais consideram que a rota dos moinhos tem potencial para o desenvolvimento local e que tem potencial turístico, considerando que o património molinológico é vasto e muito rico. Ainda na análise de conteúdo percebemos que os entrevistados consideram que o município está dotado de diversos elementos que podem ser desenvolvidos turisticamente favorecendo o desenvolvimento económico dos estabelecimentos locais, mas também no estabelecimento de novas empresas.

A rota dos moinhos pode promover o desenvolvimento turístico de Vila Verde, na medida em que haverá uma atração de turistas para a rota, mas que irão acabar por visitar outros locais do município, criando também um desenvolvimento económico. A rota pretende dar a conhecer os moinhos em particular, mas também os restantes elementos do município, aqueles que são mais atrativos.

A candidatura a fundos comunitários que teria de ser apresentada para a recuperação de moinhos enquadra-se no PDR2020, na medida 10.2 onde se aborda a renovação de aldeias e se pretende que exista uma preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais. Este aspeto é relevante pois auxilia os proprietários que gostariam de ver os seus moinhos requalificados e que não possuem condições económicas para proceder à sua requalificação. O antigo quadro comunitário era mais específico. O PRODER defendia a preservação e valorização do património rural construído, por exemplo, dos moinhos ou espigueiros.

Consideramos pertinente apontar a principal limitação que nos foi surgindo no decorrer desta investigação, ou seja, o limitado acesso aos dados sobre a atividade turística em relação a Vila Verde, para que se pudesse fazer uma análise mais realista da situação presente.

Reconhecemos a importância de numa próxima investigação nesta temática e nesta área de estudo se alargar a área de levantamento dos moinhos para o município todo e não só numa parte, como foi feito. Apesar da articulação desta rota com as outras já existentes no município, existe também a necessidade de articular esta com outras rotas dos municípios vizinhos, não sendo os limites territoriais uma limitação para a ação. Tem de existir complementaridade entre os territórios para que estes se possam desenvolver de forma conjunta.

BIBLIOGRAFIA

Obras, artigos, dissertações e teses

- Almeida, N. (Coord.) *Turismo 2020, Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Portugal 2014-2020*. Turismo de Portugal, I.P., Lisboa.
- ATAHCA (2008), *Modelo Teórico-Prático de Criação de Rotas*. Vila Verde, Braga.
- Bardin, L. (1979), *Análise de Conteúdo*. Trad. Portuguesa. Edições 70. Lisboa.
- Bardin, L. (2015), *Análise de Conteúdo*. Trad. Portuguesa. Edições 70. Lisboa.
- Beni, M. (1997), *Análise Estrutural do Turismo*. Segunda edição, Editora Senac. São Paulo. Brasil.
- Beni, M. (2001), *Análise Estrutural do Turismo*. Quinta edição, Editora Senac. São Paulo. Brasil.
- Brunt, P. e Courtney, P. (1999), *Host Perceptions of Sociocultural Impacts*. Annals of Tourism Research, vol.26, nº3, pp. 493-515.
- Cabugueira, A. (2000), *Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de política económica regional*. Gestão e Desenvolvimento, nº9, pp. 103-136.
- Cadima Ribeiro, J. e Vareiro, L. (2001), *Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu - Atas do VIII Encontro Nacional da APDR, Ed. APDR, Coimbra, pp. 329-341.
- Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Remoaldo, P. (2012), *The Host-Tourist Interaction in a World Heritage Site: the case of Guimarães*. China-USA Business Review, vol.11, nº3, pp. 283-297.
- Christous, E. (2006), *Heritage and cultural tourism: a marketing-focused approach*, in Sigala, M. e Leslie, D. (Ed.), *International Cultural Tourism: management, implications and cases*, Elsevier, Oxford, UK, pp. 4-15.
- Cisne, R.; Gastal, S. (2010), *Turismo e sua história: discutindo periodizações*. Seminário de pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul, Brasil.
- Costa, C. (2005), *Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)*. Análise Social, volume XI (175), pp. 279-295.
- Costa, M. (2016). Síntese de Resultados Estatísticos 2015. Vila Verde. Município de Vila Verde.
- Cunha, L. (2009), *Introdução ao Turismo*. Editorial Verbo, 4.ª Edição. Lisboa.
- Cunha, L. (2010), *Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os primórdios*. Fluxo & Riscos, nº1. pp. 127-149.
- Durand, J. (Coord.) (2004), *Vila Verde: Uma Etnografia no Presente*. Câmara Municipal de Vila Verde.

- Eusébio, M. (2006), *Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional. O caso da Região Centro de Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro. 606p.
- Faulkner, B. e Tideswell, C. (1997), *A framework for monitoring community impacts of tourism*. Journal of Sustainable Tourism, vol.5, nº1, pp. 3-28.
- Figueiredo, E. (2011), *Introdução: Um rural cheio de futuros?*. O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro. 1ª ed., pp. 13-46.
- Jafari, J. (2002), *Enciclopedia del Turismo*. Síntesis. Madrid. 722p.
- Galhano, F. (1978), *Moinhos e Azenhas de Portugal*. Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos e Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.
- Góis, M. (2014), *Perceção dos impactes da Braga Capital Europeia da Juventude 2012*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho. Guimarães. 197p.
- Kastenholtz, E. (1999), *Segmenting Tourism in Rural Areas: The case of North and Central Portugal*. Journal of Travel Research. 37, pp. 353-363.
- Lerat, S. (2000), «DEWAILLY J.M., e FLAMENT E. Le tourisme», Les Cahiers d'Outre-Mer. [Em linha]. 218 | Avril-Juin 2002, mis en ligne le 13 février 2008. [Consult. 24 dez. 2013]. Disponível em: <http://com.revues.org/2339>.
- Loyn, H. (organização) (1990), *Dicionário da Idade Média*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 748p.
- Macedo, R. (2010), *Análise construtiva de moinhos de vento e água para elaboração de recomendações para a sua reabilitação*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho. Braga. 140p.
- Mancini, J. (2015), *Una nueva tendencia turística*. Revista Turismo y desarrollo local, vol. 8, nº18, pp. 1-17.
- Martins, L. (2011), *Turismo, investigação e formação – tendências e desafios em tempos de mudança*. Orações de Sapiência/3. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Martins, C. e Souto, S. (2001), *Rota dos Moinhos de Santa Isabel do Monte*. Câmara Municipal de Terras de Bouro e ATAHCA. Vila Verde. ATAHCA
- Marujo, M. e Carvalho, P. (2010), *Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável*. Revista Turismo & Sociedade, vol. 3, nº2, pp. 147-161.
- Ministério da Economia e Emprego (2012), *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Horizonte 2013-2015*. Lisboa.

- Ministério da Economia e Emprego (2013), *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Revisão e Objetivos 2013-2015*. Lisboa.
- Ministério da Economia e Inovação (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo em Portugal (PENT)*, Lisboa.
- Moreira, C. (2006), *O entendimento do Património no contexto local*. Revista OPPIDUM, nº 1, pp. 127-140.
- Município de Vila Verde (2010), *Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo em Vila Verde*. Sumário Executivo. Proviver e Horwath HTL.
- OMT (1985), *Role de l'État dans le salvaguarde et la promotion de la culture comme facteur de development*. Madrid. OMT.
- OMT (2000), *General guidelines for developing the tourism satellite account (TSA): measuring total tourism demand*. Volume 1, Madrid. OMT.
- OMT (2003), *Guia do Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Bookman. São Paulo.
- ONU (1987), *Our Common Future*. Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Pakman, E. (2014), *Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*. XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade do Estado do Ceará. Brasil.
- Peralta, E. (2000), *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Revista Antropológicas, nº4, pp. 217-224.
- Pérez, J. (2015), *La diversificación económica sostenible del medio rural a través del turismo cinegético*. Revista de Cultura e Turismo, ano 09, nº3. pp.44-63.
- Quivy, R. e Campenhout, V. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa
- Reigado, F. (2000), *Desenvolvimento e Planeamento Regional – uma abordagem sistemática*. Editorial Estampa. Lisboa.
- Reis, E. (1996), *Estatística descritiva*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Remoaldo, P., Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L. e Mota, M. (2012), “Sustainable and Responsible Tourism – Trends, Practices and Cases, Planning Considerations for Tourism in the Minho-Lima Region (Northwest Portugal)”, Ed. Parikshat Singh Manhas, The Business Scholl and Scholl Hospitality and Tourism Management, University of Jammu, Jammu 6 Kashmir, New Delhi. pp.108-123.

- Remoaldo, P., Duque, E. e Cadima Ribeiro, J. (2014), *The Environmental Impacts of Hosting the “2012 Guimarães European Capital of Cultural” as Perceived by the Local Community*. Ambiente y Desarrollo. Vol. XIX. Colômbia. pp 25-38.
- Remoaldo, P. et al (2014), *Tourism and Hospitality Research*. vol.14 (4), pp. 206-2018.
- Richards, G. (1996), *Cultural Tourism in Europe*. CAB International. Wallingford, UK. 254 p.
- Rodrigues, D. (2012), *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. UBlmuseum, Revista Online do Museu de Lanifícios da Beira Interior. 248p.
- Rubio, K. (2005), *Da Europa para a América: a trajetória do movimento olímpico brasileiro*. Revista eletrónica de geografia e ciências sociais. Universidade de Barcelona. Volume IX, nº 200.
- Sachs, I. (1993), *Estratégias de transição para o século XXI*. In: Bursztyn, M. (org.). Para pensar o desenvolvimento Sustentável. Brasiliense. São Paulo. Brasil, pp. 29-56.
- Silva, A. e Pinto, J. (1987), *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento. 2ª edição.
- Silva, J. e Perna, F. (2002), *Turismo e desenvolvimento auto-sustentado*, em Costa, J. (Coord.) [2002], *Compêndio de economia regional*, Colecção APDR. Coimbra, pp. 431-474.
- Silvano, M. (2006), *O Turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro. 235 p.
- Scótolo, D. e Netto, A. (2015), *Contribuições do turismo para o desenvolvimento local*. Revista de Cultura e Turismo, ano 09, nº1, pp. 36-59.
- Toselli, C. (2015), *Turismo, Planificación estratégica y desarrollo local*. *Revista Turismo y desarrollo local*, vol. 8, nº18, pp. 1-8.
- Turismo de Portugal, I.P. (2011) *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Propostas para a revisão no Horizonte 2015 (versão 2.0)*. Lisboa.
- Turismo de Portugal, I.P. (2012), *Relatório de Sustentabilidade, Atuar para o Desenvolvimento Sustentável, Centenário do Turismo (1910-2011)*. Edição de 2012. Direção de Estudos e Planeamento Estratégico. Lisboa.
- Vareiro, L. (2008), *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima*. Dissertação apresentada à Universidade do Minho. Braga. 337p.
- Vareiro, L. et al (2011), *Residents' perceptions of the benefits of cultural tourism: the case of Guimarães*. *Kultur als Touristischer Standortfaktor – Potenziale – Nutzung – Management*, Steinecke, A.; Kagermeier, A. (Orgs.), Paderborn Geographical Studies, Institute series nº 23, pp. 187-202.

- Vitorino, M. (2012), *Território, Monilogia e Turismo*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Leiria. Leiria, 161 p.
- WTO (1993), *Sustainable Tourism: Guide for local planners*. Tourism and Environmental Publication. Madrid.

Publicações estatísticas

- INE, I.P. (2012), *Censos da População 2011*. Lisboa.
- INE, I.P. (2014), *Estatísticas do Turismo 2013*. Lisboa.
- INE, I.P. (2000), *Anuário Estatístico da Região Norte 2000*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2002), *Anuário Estatístico da Região Norte 2001*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2003), *Anuário Estatístico da Região Norte 2002*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2004), *Anuário Estatístico da Região Norte 2003*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2006), *Anuário Estatístico da Região Norte 2004*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2006), *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2007), *Anuário Estatístico da Região Norte 2006*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2008), *Anuário Estatístico da Região Norte 2007*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2009), *Anuário Estatístico da Região Norte 2008*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2010), *Anuário Estatístico da Região Norte 2009*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2011), *Anuário Estatístico da Região Norte 2010*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2012), *Anuário Estatístico da Região Norte 2011*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2013), *Anuário Estatístico da Região Norte 2012*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2014), *Anuário Estatístico da Região Norte 2013*. Porto, Direção Regional do Norte.
- INE, I.P. (2015), *Anuário Estatístico da Região Norte 2014*. Porto, Direção Regional do Norte.

Legislação

- Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU), 1998. Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.
- Portugal. Resolução do Conselho de Ministros n.º97/2003, de 1 de Agosto de 2003. Orientações da Política do Turismo. Presidência do Conselho de Ministros. DR 176 – Série I-B.

Sítios eletrónicos

- <http://www2.unwto.org/> - Organização Mundial do Turismo.

- <http://www.cm-vilaverde.pt> (Acedido em dezembro de 2014).
- <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3718> (Acedido em dezembro de 2015).
- <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.380785018639239.115886.149065925144484&type=3> (Acedido em dezembro de 2015).
- <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.959292950788440.1073741969.149065925144484&type=3> (Acedido em dezembro de 2015).
- <http://www.portaldaempresa.pt> (Acedido em dezembro de 2015).
- <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020> (Acedido em fevereiro de 2016).
- <http://www.fundoscomunitarios.dgai.mai.gov.pt/Paginas/Default.aspx> (Acedido em fevereiro de 2016).
- <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=389> (Acedido em fevereiro de 2016).
- <http://www.qren.pt/np4/home> (Acedido em julho de 2015).
- http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60032_pt.htm (Acedido em julho de 2015).
- <http://proder.atahca.pt/> (Acedido em julho de 2015).
- http://europa.eu/index_pt.htm (Acedido em julho de 2015).
- <http://www.qca.pt/acessivel/pos/ponorte.asp> (Acedido em junho de 2016).
- <http://www.norte2020.pt/programa/apresentacao> (Acedido em junho de 2016).
- http://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/programa/po_norte2020.pdf (Acedido em junho de 2016).
- <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=110&eid=573> (Acedido em junho de 2016).
- <http://www.qca.pt/fundos/estrutura.asp> (Acedido em junho de 2016).
- <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329> (Acedido em julho de 2016).
- <http://www.pdr2020.info/> (Acedido em julho de 2016).
- <http://www.apdr.pt/> (Acedido em julho de 2016).
- <http://www.dgadr.mamaot.pt/> (Acedido em julho de 2016).
- http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/portugal_2020_ja_injectou_mais_de_200_milhoes_nas_empresas_portuguesas (Acedido em janeiro de 2017).

ANEXOS

ANEXO I – Quadros com informações sobre dados estatísticos de Portugal, Região Norte, Cávado e Vila Verde

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2000

2000	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	4 397 065	803 557	751 351	369 312	325 078	264 943	1 008 002	324 855
Região Norte	1 127 210	55 189	144 067	63 389	49 432	25 927	52 232	24 819
Cávado	149 606	6 862	16 119	8 838	9 109	2 701	11 141	1 539
Vila Verde	2 668	20	272	35	2	4	4	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2001.

2001	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	9 985 020	4 532 232	1 912 516	1 046 164	799 229	1 755 514	7 266 838	676 300
Região Norte	1 848 929	124 481	282 949	126 214	93 085	68 833	157 524	45 893
Cávado	247 178	16 738	31 702	17 866	15 892	8 776	32 538	4 323
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2002.

2002	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	10 646 274	4 104 649	2 068 414	1 156 272	779 743	1 825 183	7 406 249	625 476
Região Norte	1 959 010	128 577	346 327	141 676	104 304	58 298	155 414	49 314
Cávado	248 846	14 948	32 798	20 371	13 936	7 997	28 051	3 580
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2003.

2003	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	11 138 588	3 771 828	2 392 962	1 093 163	737 868	4 495 960	7 080 418	576 217
Região Norte	1 986 634	112 616	373 884	138 595	88 120	53 571	138 514	38 956
Cávado	265 484	13 320	40 906	18 378	9 579	7 388	23 108	4 032
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2004.

2004	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	11 647 747	3 898 469	2 726 015	1 111 643	723 353	1 679 343	7 378 185	578 826
Região Norte	2 159 037	101 843	394 981	124 111	84 118	47 067	149 296	37 889
Cávado	283 022	11 953	35 441	13 394	6 670	6 367	17 628	3 496
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2005.

2005	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	12 350 001	3 862 780	3 194 856	1 241 117	953 332	1 795 330	7 257 561	623 688
Região Norte	2 292 416	136 864	491 581	145 465	102 526	56 367	143 627	49 016
Cávado	318 600	16 935	42 936	15 194	8 132	8 031	15 360	3 843
Vila Verde	6 046	14	292	171	7	7	20	4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2007.

2007	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	13 023 693	3 657 516	3 069 468	1 590 488	929 096	1 974 157	7 302 078	568 053
Região Norte	2 417 660	154 128	538 552	198 970	127 212	61 351	140 733	52 034
Cávado	343 576	17 383	51 444	22 310	9 069	807	16 993	5 995
Vila Verde	7 614	11	321	263	21	2	22	5

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2008.

2008	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	13 242 692	3 341 911	3 203 770	1 595 447	803 211	1 789 147	5 669 681	530 178
Região Norte	2 530 242	141 331	564 645	196 615	97 962	60 810	116 127	67 347
Cávado	350 864	18 348	51 872	21 048	7 465	7 501	14 990	5 017
Vila Verde	6 113	14	576	185	13	6	1	44

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2009.

2009	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	13 783 084	3 279 012	3 277 782	1 619 416	869 313	1 843 369	5 494 953	576 819
Região Norte	2 511 052	139 611	566 311	233 348	121 675	76 634	123 680	54 975
Cávado	314 850	15 070	46 546	18 752	9 349	6 205	11 298	4 977
Vila Verde	6 072	27	1 051	278	20	0	0	28

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2010.

2010	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	13 436 555	3 392 161	3 445 112	1 931 067	918 210	1 992 895	6 258 563	311 898
Região Norte	2 462 932	149 710	574 837	268 001	142 568	80 002	126 717	56 774
Cávado	320 992	14 187	48 342	22 541	7 750	5 6930	10 033	3 646
Vila Verde	6 119	41	1 132	298	7	4	0	31

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2011

2011	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	12 424 460	3 684 847	3 076 625	2 224 668	867 038	2 137 313	6 421 542	662 872
Região Norte	2 373 305	154 724	515 498	316 966	136 018	78 205	138 258	65 175
Cávado	311 305	14 870	45 418	23 442	8 481	5 255	7 441	3 367
Vila Verde	4 703	10	522	267	141	2	6	6

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

Quadro – Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual em 2012

2012	União Europeia							EUA
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	6 581 899	951 021	1 305 549	880 774	339 312	457 342	1 442 054	349 024
Região Norte	1 747 194	97 885	310 703	185 759	65 757	43 462	62 437	45 819
Cávado	201 147	6 445	25 216	13 501	3 883	2 763	3 244	1 532
Vila Verde	4 062	16	422	321	30	110	2	0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, I.N.E., Porto, 2000 a 2014.

ANEXO II – Guião de entrevista à Câmara Municipal de Vila Verde e à ATAHCA

Esta entrevista insere-se na dissertação de Mestrado em Geografia (área de especialização em Gestão e Planeamento do Território) da aluna Delfina Vilela, sob a orientação da Professora Doutora Paula Remoaldo e do Professor Doutor Miguel Bandeira. O objetivo principal é aferir a opinião de alguns agentes locais sobre o desenvolvimento do turismo no município de Vila Verde, a sua evolução e a dinamização do mesmo, com particular destaque para os moinhos deste município.

1 – Na sua opinião, qual é o papel do turismo no desenvolvimento do município de Vila Verde?

2 - Considera satisfatório o contributo que o turismo tem dado para o desenvolvimento do município?

2-1 – Classifique a sua satisfação numa escala de 0 a 10, em que 0 corresponde a nada satisfeito e 10 a muito satisfeito.

2-2 – Qual foi o motivo principal que o levou a dar essa classificação?

2-3 – Na sua perspetiva, o que pode ser feito para melhorar o desenvolvimento turístico do município?

3– Que importância tem sido concedida ao turismo por parte da Câmara Municipal de Vila Verde/ATAHCA? Concretize enumerando alguns projetos de que tem conhecimento.

4– Considera que a cultura e o património podem ser usados em Vila Verde como recursos turísticos e convertê-los em produtos turísticos? Se sim, de que forma?

5– Que iniciativas de âmbito cultural são realizadas anualmente pela Câmara Municipal de Vila Verde/ATAHCA?

6– Que mais-valias retiram dessas iniciativas para o desenvolvimento do município?

7 – Existe um inventário dos recursos turísticos?

7.1 – Se sim, está atualizado?

7.2 – Se não, porque não existe?

8– Dispõem de técnicos de turismo ou pessoas a trabalhar no planeamento da atividade turística?

9– Que estratégias tem desenvolvido a Câmara Municipal de Vila Verde/ATAHCA para promover turisticamente o município?

10– Das seguintes opções indique as que considera mais relevantes para o sucesso de um destino turístico.

Cooperação entre as instituições competentes	
Criação de estratégias de promoção	
Investimentos governamentais e/ou apoios comunitários	
Qualidade do serviço prestado aos visitantes	
Satisfação dos visitantes	
Relação ente visitantes e residentes	
Outra. Qual?	

11– Na sua perspetiva, a oferta turística de Vila Verde corresponde às expetativas dos visitantes?

Porquê?

12– De que forma o município tem aproveitado o património rural, tal como, espigueiros, moinhos, como recursos turísticos?

13– Em que medida os moinhos existentes no município de Vila Verde são um elemento que pode atrair visitantes? O município reconhece-lhes valor turístico?

14– Considera que a existência de uma rota dos moinhos no município teria potencial para atrair visitantes?

15– A autarquia/ATAHCA está disponível para apoiar a criação de uma rota dos moinhos em Vila Verde?

15.1 – Se sim, que tipo de apoio?

15.2 – Se não, porque não?

Muito obrigada pela sua disponibilidade!